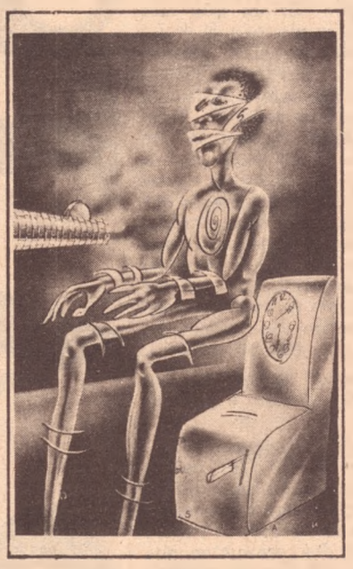
PENA DE MORTE RONDA OPERÁRIO

Jesus Paredes.

MARINA SPROCS
Sônia Lafoz



Quinta-feira, dia 17, o operário Jesus Paredes Soto (preso desde 1974) será julgado pela 1ª Auditoria do Exército no Rio de Janeiro e corre o risco de ser condenado à pena de morte ou prisão perpétua. Em situação semelhante, será também julgada a socióloga Sônia Eliana Lafoz hoje exilada e eleita vereadora em Villetaneuse, na França. Ambos são acusados de participação no sequestro do embaixador da Alemanha no Brasil, Ehrenfried Von Holleben, em junho de 1970, embora inexista qualquer prova contra eles, a não ser depoimentos alheios arrancados sob torturas, conforme consta dos autos do processo. O IPM sobre o sequestro foi chefiado pelo general Hugo Abreu, atual articulador da Frente Nacional de Redemocratização. Exclusivo: uma defesa política de Paredes Soto e um depoimento seu sobre as condições de trabalho na Crysler, onde foi funileiro até o momento da prisão. Págs. 6 e 7.

EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL - Cr$ 10,00 – NÚMERO 24 - 14/20 DE AGOSTO DE 1978

PANFLETAGEM AGORA TAMBÉM NOS QUARTÉIS

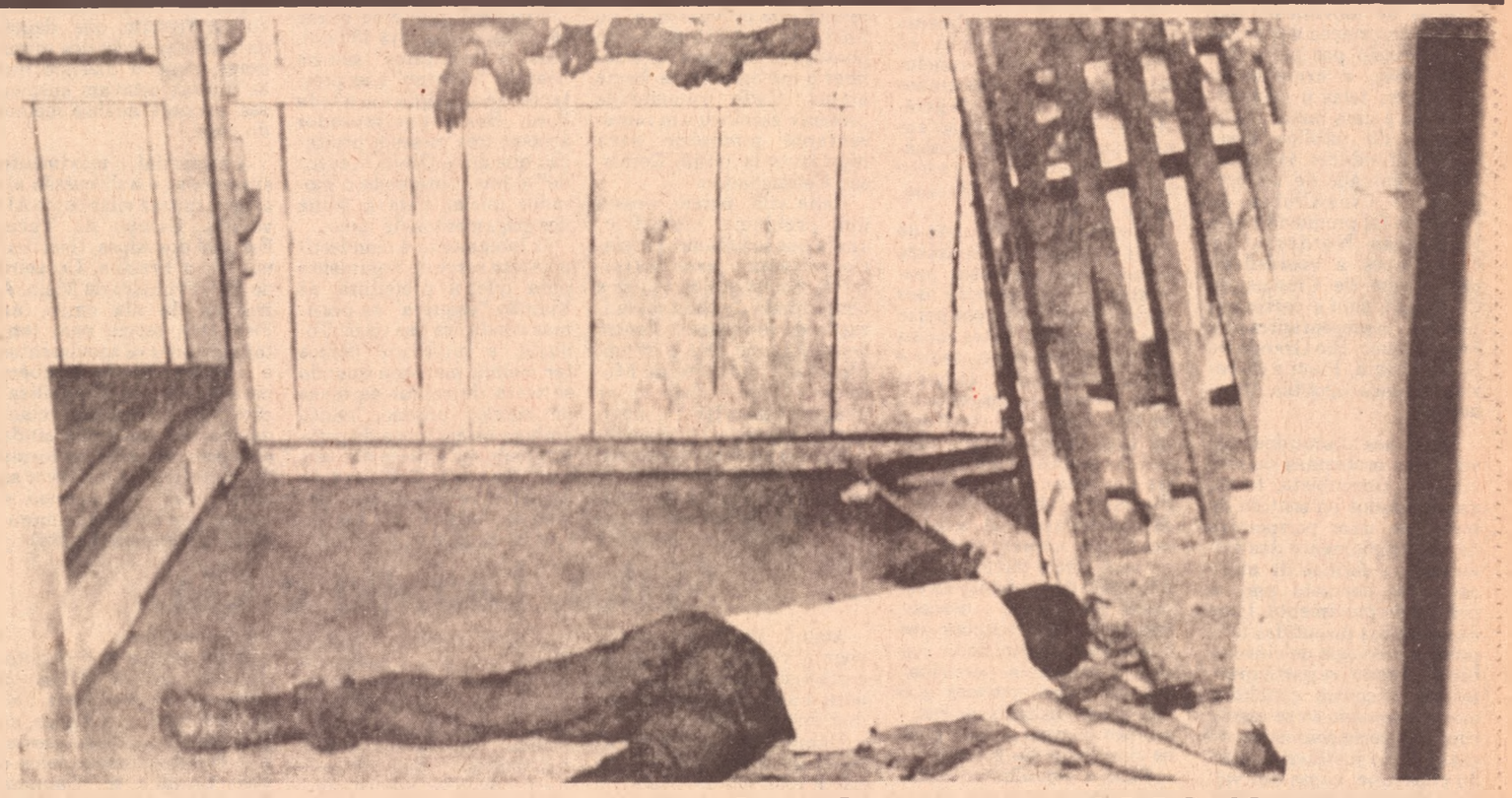
Um monte de manifestos circula atualmente nos meios militares. Uns falam em "democracia", outros pregam a continuidade do regime de exceção. Você pode conhecer textos integrais de algumas destas peças. Pág. 5

A nova lei antigreve vai pegar?

Para conter o surto grevista que começou na indústria automobilística de São Bernardo no dia 12 de maio, o general Ernesto Geisel baixou o decreto 1632, proibindo qualquer tipo de paralisação ou operação-tartaruga nos setores considerados essenciais à segurança nacional. Seus porta-vozes dizem que trata-se de "abertura política", mas muitos sindicatos não caíram nessa e contestam a nova legislação. Ainda na pág. 3, as eleições metalúrgicas estão dando o que falar. Em São Paulo, a Oposição Sindical começa fazer um balanço da sua atuação no pleito recente. Em Belo Horizonte e Contagem, os resultados acabam de ser divulgados. Ainda deu pelego na cabeça.

Expulsão de secundarista dá greve em Porto Alegre

Em Porto Alegre, a expulsão do estudante Flávio Eduardo, o "Caco", do tradicional Colégio Júlio de Castilho, foi respondida com greve, trazendo à cena o movimento secundarista. Terça-feira, cerca de 500 alunos paralisaram as aulas. No dia seguinte, o turno da manhã parou por completo, cerca de 1500 alunos, e o movimento se manteve no turno da tarde. "Não somos matões de aula", "Queremos greve e a volta do Caco", eram os **slogans** dos secundaristas das comissões formadas para correr as salas de aula. (Pág. 8)



Chacina de trabalhadores de Ipatinga, em 1963 (fotos e fatos) — Pág. 12

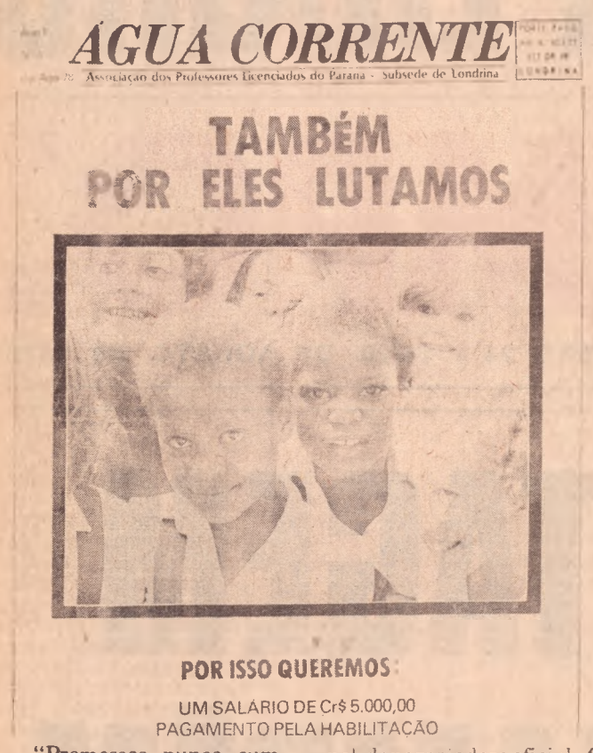
Luta interna no Vaticano

(... o galho não é apenas saber quem será o sucessor de Paulo VI) - Pág. 9

MDB: as tramas convencionais.

(no Rio, os cortes de Chagas; em Minas, candidatos "debaixo do balaio") - Pág. 4

Professores cruzam os braços no Paraná



"Promessas nunca cumpridas. Boatos nunca transformados em fatos. Esperanças mortas. Os professores cansaram. Agora reagem." Esse estado de espírito dos professores do Paraná, captado pelo jornal da categoria em Londrina, o Agua Corrente", transforma-se numa força material cada vez maior. Calcula-se que até a semana passada já existiam 10 mil professores em greve em quase 250 escolas, reivindicando piso salarial de cinco mil cruzeiros; estabilidade para os professores com mais de 10 anos de serviço; concurso para habilitação; salários proporcionais às habilitações; regulamentação imediata do Estatuto do Magistério. A perspectiva para esta semana é de greve em todas as escolas estaduais paranaenses, retomando uma tradição de luta que teve um de seus pontos mais altos em 1968, quando o professorado do Paraná fez greve de 15 dias e conseguiu aumento que variou entre 80 e 120%.

O movimento começou em Londrina, importante centro político do Estado, por iniciativa dos professores de 1ª e 4ª séries. Organizou-se em comissões por escola e reuniões intercomissões, culminando num Congresso Permanente. O governo encarregou o reitor José Carlos Pinotti, da Universidade de Londrina, de formar uma comissão de professores de cima para baixo, atribuindo-lhe o papel de negociadora oficial. O Congresso Permanente não reconheceu esta comissão e formou uma outra, representativa, que aguardará o chamamento das autoridades. Estas permanecem em silêncio absoluto mas certamente serão obrigadas a abandonar esta posição a curto prazo. O movimento não dá sinais de enfraquecimento, antes pelo contrário: com a mesma rapidez com que expandiu-se de Londrina para 17 municípios da região cafeeira, numa primeira fase, estende-se agora para o resto do norte e ganha o sul do Estado, incluindo a capital, Curitiba. A rápida expansão da mobilização coincide com o esgotamento de praticamente todas as formas de diálogo como abaixo-assinados, memoriais, pressões junto a deputados, idas à Assembléia Legislativa, e outras. Ao lado disso, recrudesce a precariedade das condições de vida do magistério. As professoras normalistas ganham só 2.500 cruzeiros e há 10 mil professores sem vínculos empregatícios e em completa instabilidade: os suplementaristas. "Com o que ganho, tenho que ser lavadeira e cozinheira", disse uma professora da localidade de Vila Nova, com 30 anos de trabalho, esposa de um motorista. "Estamos na última gota! É preciso soluções concretas e rápidas para os entraves que enfrentamos!", concluíram os 40 participantes da primeira reunião inter-comissões realizada em Londrina.

A pequena grande greve de Itu

Os ceramistas de Itu, em greve desde o dia 25 de julho, realizaram na última quarta-feira, dia 9, uma das mais movimentadas assembléias do movimento, com a participação de 300 trabalhadores. Estiveram presentes algumas entidades e oposições sindicais que levaram seu apoio aos grevistas através de dinheiro e alimentos destinados até o momento a 351 famílias.

Durante a assembléia os setores da oposição sindical presentes levaram um documento de apoio assinado por 29 entidades, representando mais de um milhão de trabalhadores de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, alem dos DCEs da USP e PUC e a UEE de São Paulo. "O movimento dos ceramistas de Itu faz parte da luta do conjunto dos trabalhadores, iniciada com as greves do ABC e ampliada para vários outros setores, contra o arrocho econômico, político e social a que estamos submetidos há 14 anos," afirma o documento.

Segundo informes, os patrões, não concordando com a decisão do T.R.T. - que acabou, na realidade, considerando legal o movimento dos grevistas - enviaram a Brasília uma comissão para contatos com o Ministro do Trabalho a fim de que seja reconsiderada a decisão do TRT. Ainda, segundo as denúncias, até mesmo o prefeito da cidade esta fazendo parte da comissão, contra os trabalhadores.

Os patrões, que vinham se recusando a aceitar qualquer proposta, já estão propondo um aumento de 10%, apesar de acenarem com a demissão de alguns ceramistas. Entretanto, o sindicato continua reivindicando os 34% e não aceita a demissão de nenhum operário.

Em cima de bastanter entusiasmo a assembléia foi se desenvolvendo. "Precisamos continuar firmes. Já ganhamos no tribunal. O Brasil inteiro está vendo o nosso exemplo. Nós apanhamos e reagimos sem medo. Agora, com a vitória na mão não podemos amolecer", disse um dos oradores.

Mostrando a enorme disposição para a continuidade do movimento fala outro ceramista: "Diziam que não iam dar aumento e já estão querendo negociar. Diziam que íamos perder no Tribunal e já ganhamos. Estamos com tudo na mão. De fome ninguém vai morrer, porque estamos recebendo muita ajuda. A gente tem que continuar com a paralisação até a vitória. Tem uma cerâmica que só quer pagar 25 dias e quem não quiser receber, eles disseram, que vai ter que receber no cartório, mas não é assim. Nós vamos receber, mas não no cartório. Nós vamos receber no Forum. No cartório é prá casar".

Forçados a negociar, devido à decisão do TRT, os patrões continuam fazendo intimidações. Agora é a vez do advogado Lázaro Pinute, defensor dos ceramistas, que vai responder as um inquérito sob a acusação de ameaça de agressão. Apesar disso os ceramistas não recuaram em momento nenhum, e estão com toda força para arrancar na marra o seu aumento salarial.

Demissão de repórteres no Rio

Quatro repórteres das sucursais do jornal O Fluminense de Caxias e Nova Iguaçú foram coagidos a se demitirem pelo diretor superintendente da empresa, Efrem Amora, no último dia 3, depois de terem paralisados suas atividades em solidariedade a dois repórteres-fotográficos demitidos da empresa com sede em Niterói, por reivindicarem melhores condições de trabalho. Os fotógrafos queriam máquinas fotográficas para poderem trabalhar e um aumento de salário por desempenharem também a função de motorista. Como resposta o patrão, de maneira arbitrária, achou mais fácil demití-los.

Inconformados, os quatro repórteres, no último dia 2, resolveram paralisar as suas atividades e cobrar do chefe de reportagem, o sr. João da Silva Filho, a posição de apoio antes dada as reivindicações dos fotógrafos. Entretanto, a atitude do chefe foi a de recolher os nomes das pessoas paradas e entregar ao patrão, assumindo inclusive, ser capaz de sózinho suprir as necessidades da duas sucursais.

Devidamente articulado com o Sindicato dos jornalistas profissionais do Rio de Janeiro, o patrão reuniu os seis jornalistas em uma sala, retirando antes, os dois repórteres-fotográficos para uma conversa em separado. Depois bastante irritado, o diretor superintendente do Jornal passou a fazer ameaças e pressões aos quatro repórteres para que eles se demitissem, ou então, além da justa causa, o próprio sr. Efrem usaria dos seus conhecimentos para "queimar" os jornalistas junto a outras empresas, impedindo-os assim de arrumarem outro emprego.

Isolados dos companheiros de redação e sem nenhum apoio do sindicato, os repórteres acabaram sendo obrigados a pedir demissão.

Pega ladrão!

Um grito de "pega ladrão" e "máquina punguista" dado pelo comerciante Antonio Pinho no interior da agência de Nova Iguaçú, Baixada Fluminense, da Letra Crédito Imobiliário S/A não assustou ninguém. O comerciante só explodiu e resolveu botar a boca no mundo depois de ser roubado pela quarta vez consecutiva pela máquina contadora de moedas da Letra. O segredo da máquina é que ela recebe uma quantia para somar e registra outra bem menor.

Na verdade, o descaramento e a impunidade das empresas de crédito imobiliário que captam recursos de caderneta de poupança, autorizadas pelo BNH, chegou aolimite do intolerável. Com agências luxuosas e confortáveis, farta publicidade nos jornais e revistas, as empresas imobiliárias conseguem atrair inclusive pessoas mais pobres e exploradas que lá vão deixar suas moedas poupadas com dificuldades, sob a garantias de que "ninguém perde dinheiro em caderneta de poupança".

Pelo exemplo constatado na Letra S/A, o roubo é descarado. Isto sem falar em que todo o sistema habitacional é garantido com dinheiro do trabalhador, do Fundo de Garantia, e utilizado para construir residências luxuosas e apartamentos com piscinas e quadras de tênis.

O caso do comerciante Antonio Pinho, residente em Nova Iguaçú, relatado minuciosamente e com indignação pelo **Correio da Lavoura**, semanário da Baixada Fluminense, começou no dia 28 de março quando a máquina treinada para roubar registrou uma fração de 25 centavos na quantia que ele levou para depositar, da qual constavam apenas moedas de 1 cruzeiros e 50 centavos.

Desconfiado, ele conversou com amigos e quando voltou para fazer novo depósito, no dia 5 de maio, contou direitinho os Cr$ 400,00 em moeda que levou. Os 400 se transformaram então em Cr$ 268,00, com a máquina e a Letra abocanhando Cr$ 132,00. Cinco dias depois ele voltou com tres testemunhas que o ajudaram a contar e recontar Cr$ 230,00 em moedas. Mas para a máquina estes 230 valeram apenas Cr$ 200,00 , menos 30 do que ele poupou para depositar.

Após a denúncia feita ao semanário Correio da Lavoura, o comerciante voltou à agência da Letra, certo de que nao seria mais roubado. Mas ainda desta vez a máquina lhe roubou Cr$ 48,00 dos Cr$ 330,00 que ele havia levado em moedas. Foi aí que ele deu o berro de máquina punguista e pega ladrão. Mas nada aconteceu. Afinal, o dono da Letra Imobiliária S/A é o sr. Luís Felipe de Oliveira Pena, ex-diretor do BNH e candidato a dep tado federal pelo MDB do Estado do Rio, glorioso partido do sr. Chagas Freitas. **(Álvaro Caldas)**

Onde morar?

O movimento dos loteamentos clandestinos também está iniciando em Porto Alegre. No sábado, 5 de agosto, mais de 150 pessoas representando 25 vilas reuniram-se na sede da FRACAB (Federação Riograndense das Associações Comunitárias e de Amigos de Bairros) para discutir a questão dos loteamentos clandestinos e irregulares, que atinge mais de 70 vilas de Porto Alegre. Diversos moradores das vilas fizeram relatos dos problemas e, no final, se estruturaram os pontos básicos para encaminhar o movimento de forma ampla. Cada comunidade presente escolheu um representante provisório para representá-la numa Comissão Coordenadora.

Cada vila, porém, possui um problema específico, ainda que intimamente relacionado com a posse dos terrenos. Sendo assim, viu-se a necessidade de uma organização do movimento dentro de cada grupo. Daí, a formação das "Comissões de Moradores", que deverão se mobilizar para levar o movimento segundo as caracteristicas específicas da comunidade. Estas comissões de moradores realizarão reuniões nas próximas semanas, definindo os caminhos que o movimento vai seguir, junto com a Comissão Coordenadora.

A Lomba do Pinheiro, na divisa de Porto Alegre com Viamão, pratinamente iniciou o movimento nos primeiros dias de agosto. Nas diversas vilas que a formam, moram mais de 30 mil pessoas em barracos, sem água, luz, esgoto, calçamento e com problemas também sobre a posse dos terrenos. Estes, são propriedades de uma ta dona Olívia, uma "loteadora" que hoje vende terrenos até por Cr$ 130 mil. Mas os "contratos" são na base do "caderno" e as prestações se multiplicam a toda hora. Basta um morador atrasar três meses a prestação que dona Olívia "revende" o lote, obrigando o morador iniciar toda a trilha dos pagamentos de novo.

O loteamento é clandestino e isto serve de argumento para que a prefeitura de Viamão "esqueça" as péssimas condições das vilas. Todavia, a prefeitura parece ter melhor memória quando se trata de cobrar as taxas de serviço urbano, muito embora esteja longe de prestar qualquer espécie de "serviço" às vilas. Em nome do loteador, os moradores pagam as taxas e, no fim do mes passado, eles foram surpreendidos com mais taxas: a prefeitura estava exigindo a regularização das construções clandestinas e aplicando uma multa de Cr$ 20,00 por metro quadrado construído. Resultado: as multas chegavam até Cr$ 4 mil para alguns casos.

Mas o resultado não foi bem este. Indignados, muitos moradores reuniram-se e resolveram ir em comissão na prefeitura para resolver o caso. E foram. Falaram com o Secretário da Fazenda e com o Prefeito, que, depois de muita pressão dos moradores, acabou dizendo que as multas estavam suspensas até uma análise melhor do caso.

A partir daí, o movimento ampliou-se e a discussão alcançou outras vilas como Alvorada, Campo da Tuca, Estrada dos Alpes, Graciliano, Nova Brasília, Cruzeiro do Sul, Primeiro de Maio. A reunião do dia cinco, na FRACAB, serviu para tentar aglutinar os movimentos e fortalece-los e também para incentivar a mobilização pelo loteamento clandestino em vilas que ainda não possuem alguma forma de organização para levar as suas lutas. "É preciso a união", concluiram os moradores. **(Eleonora Canto)**

Cinema alternativo

Reunidos na cidade de Cachoeira, no Recôncavo baiano, no final do mês passado, representantes de entidades cineclubistas do Nordeste discutiram, entre outras, duas preocupações básicas do movimento que são a apropriação dos meios de produção por parte dos Cineclubes, a exemplo de projetores, telas e salas de exibição e uma maior participação do público deste tipo de atividades. O encontro denominado de VII Jornada de Cine-Clubes do Nordeste foi promovido pela Federação Nordeste de Cine-Clubes e coordenado pelo Clube de Cinema de Cachoeira, com a participação de representantes de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia, Piaui e da revista cinematográfica Montagem.

Os temas discutidos, envolvendo problemas do movimento cinecubista, foram aprofundados no sentido da busca de uma perspectiva de aperfeiçoamento das atividades, e formas de atuação mais concreta para a prática do movimento. Uma das questões discutidas foi a própria ideologia do cineclubismo, tendo os participantes do encontro concluido que a discussão só se esgota com o aperfeiçoamento da prática que justifica o papel do cineclube, como um veículo desvinculado do sistema comercial de exibição, produção e realização, ligado a uma formulação teorica básica que seria a própria ideologia do movimento. Discutiu-se também no encontro, as formas de luta contra a censura, quando foram avaliadas as diversas formas de censura, que vão desde a existência dos laboratórios reveladores de filmes e tapes, até a econômica, bem mais sofisticada do que a exercida oficialmente pelo Estado. Quanto ao público, chegou-se a conclusão de que os cine-clubes têm o papel de veículo gerador de ampla discussão entre o público, sendo necessária a difusão do debate sobre os temas que envolvem cinema e público.

No final a VII Jornada de Cine-Clubes do Nordeste aprovou as seguintes propostas: - Apropriação dos meios de produção por parte dos cineclubes. Estes meios seriam os projetores, telas e salas de exibição; - garantir uma constância por parte do público, queseria efetivada na prática através da criação de grupos de estudo entre o público, para efeito de discussões sobre os filmes; - democratização na escolha dos filmes a serem exibidos, ou seja, que o público passe a intervir diretamente na escolha dos filmes; - descentralização das direções dos cineclubes, permitindo assim uma ampla participação de outras pessoas que não fossem as costumeiras, - criação de uma revista para os cineclubes do Nordeste.

Para o conselho editorial desta revista, que será editada na Bahia, deverão ser, escolhidos representantes das seguintes entidades: Clube de Cinema da Bahia, Associação Baiana de Cinema e Revista Montagem.

Maluf, Lutfalla e Cia.

Maluf, ave rara, capaz de voar à vontade no fogo da corrupção, faturando sua nota e sobrevivendo no melhor dos mundos.

Honra ao mérito: a Arena oferecer-lhe o governo de São Paulo, maior Estado da Federação, pois ele foi mais hábil que seu colega Laudo Natel.

Sinal dos tempos: Paulo Salim Maluf, fez a negociata que fez na Lutfalla, falou e disse, e tem a cobertura da ordem do regime. A Justiça Eleitoral não dispõe de meios para impedi-lo de tomar posse; o Tribunal Superior Eleitoral manteve o acórdão do Tribunal Regional Eleitoral . Está endossada a convenção arenista de 4 de junho.

Para bloqueá-lo, a única saida Geisel baixar-lhe o AI-5 - mas por que? o presidente se indispor com o grande contingente paulista de seu partido? Enfim, "tá todo mundo em casa!

Haja protesto: o deputado João Cunha (MDB) já convocou os Ministros Falcão, da Justiça, e Veloso, do Planejamento, para prestaram esclarecimentos sobre o caso Lutfalla na Câmara. Eles sabem das coisas, claro. Mas - provavelmente não vão abrir o bico sobre tema que não lhes interessa, pois afinal Maluf é - também - um governador de Figueiredo, não é?

GERAIS

FINAIS

GREVE/ Entraram em greve no último dia 10, em São Paulo, os 1500 operários das Indústrias Químicas Bayer S/A, reivindicando 30% de aumento salarial. Se é Bayer é bom.

ESTUDANTES/ Estão em greve os estudantes de Biologia e Farmácia da Universidade de São Paulo-USP, da Universidade de Campinas-UNICAMP, os de Biologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em Araraquara estão paralisados os cursos de Farmácia e Bioquímica e poderão também enterar em greve os estudantes desses cursos da Universidade Federal de Minas Gerais e da Faculdade de Biologia da Universidade do Estado de São Paulo -UNESP, em Botucatu. Todos eles estão protestando e denunciando um projeto que está em vias de ser aprovado pelo congresso Nacional, onde a presenta apenas a regulamentação da profissão de biomédico. Eles denunciam ainda a manipulação dos projetos de regulamentação de profissões por grupos econômicos e políticos e defendem uma regulamentação ampla e sem restrições da profissão de biólogo, que incluia inclusive a profissão de biomédico.

DEMISSÕES/ Operários ligados à Chapa 2, da oposição sindical da região de Campinas, estado de São Paulo, trabalhadores da Boch e da Smger, foram demitidos sem justa causa e não estão conseguindo emprego em nenhuma fábrica da região. Por outro lado, um Comitê de Solidariedade foi formado por diversos setores e reuniu-se já na última terça-feira para tomar medidas políticas em relação ao problema. A última decisão do Comitê foi de permanecer mobilizado, pronto para encaminhar o que for decidido pelos operários, o que deveria ocorrer no início da próximana.

COLEÇÃO/ Sob a supervisão do professor Florestan Fernandes, a Editora Ática está elaborando a série Grandes Cientistas Sociais. Os primeiros volumes já foram lançados e todos eles contém uma introdução crítica e uma série de textos representativos do pensamento de cada autor focalizado.

ENCONTRO/ Mais de 150 estudantes universitários de todo país reunidos em São Paulo, no final do mês passado, no II Encontro Universitária, emitiram um manifesto onde defendem a libertação imediata do estudante Cajá, repudiando "a situação de injustiça e arbitrariedade que sofre Cajá e com ele, todos os brasileiros. No final do documento os estudantes se colocam ainda "pelo fim das torturas e das prisões arbitrárias, por ampla liberdade de organização e expressão para o povo, pela anistia".

ANISTIA/ O Comitê Goiano pela Anistia estará promovendo, de 20 a 26 de agosto umu "Semana Goiana Pró-Anistia", na capital do estado. Entre as denúncias que serão feitas durante a semana está a do "desaparecimento" de James Alen Luz e Tarzan de Castro, líderes estudantís vítimas dos órgãos de repressão.

TEATRO/ Com estréia marcada para setembro, está sendo montada em São Paulo a peça "Murro em ponta de faca", escrita em Lisboa por Augusto Boal, autor exilado há sete anos do Brasil. A peça, dirigida por Leon Hirzman, trata exatamente da história de três casais de brasileiros exilados e dos problemas que enfrentam nessa situação.

CONVENÇÃO/ Está marcado para 19/20 agosto a realização da Iª Convenção Nacional da Convergência Socialista - movimento que se lançou a 6 meses em defesa da criação de um Partido Socialista no Brasil. Para esta convenção estão convidados todos os que se consideram socialistas e democratas e a proposta de pauta inclui a discussão do programa e estatutos para o Partido Socialista; o programa a ser defendido pela Convergência Socialista nas próximas eleições.

DIRETÓRIO/ Os estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Sagrado Coração de Jesus estão denunciando a destruição de seu diretório Acadêmico e exigindo sua reconstrução imediata. As Irmãs que administram a escola, após uma série de medidas repressivas e arbitrárias, invadiram o Diretório, levaram todo o patrimônio e destruiram a sede da entidade estudantil.

LANÇAMENTO/ Será lançado em Juiz de Fora, dia 25 próximo, no Centro Cultural Pró-Música, o livro Caminhando, do deputado federal Tarcísio Delgado.

Assine EM TEMPO:

Nome ..... Profissão.....

Idade.....Endereço ..... Bairro.....

Fone..... Cidade ..... Estado..... CEP.....

End. Comercial ..... Horário..... Fone.....

Estou enviando o cheque nº..... do Banco..... em nome da Editora Aparte S/A

Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP), CEP 05415, fone 853-6680.

Anual Cr$ 500,00 **Semestral Cr$ 250,00**

EM TEMPO:

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluísio Marques. Álvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Bernardo Kucinski, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente). Suplentes: Carlos Tibúrcio, Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flamínio Fantini.

DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr., Flamínio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente).

Secretário de Redação: Carlos Moreira

Produção e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges.

Editor-Geral: Jorge Baptista.

EDITORIAS: Internacional: Carlos Tibúrcio (editor), Carlos Eduardo Matos e Lionel Almeida (sub-editores), Aluízio José Marques, Altair Moreira, Cecília Tompsom, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Maria Cristina Pfau, Marineide Oliveira, Marion Frank, Suzana; **Nacional**: Flamínio Fantini (editor), Antonio Espinosa, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Flávia Resende, Geraldo Nascimento, José Luiz, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio., **Cultura**: Aguinaldo Meyer, Arnaldo Xavier, Cláudio Camargo, Edmur Gomes, Ethel Leon, Fátima Diniz, Flávio Aguiar, Gilberto Morgado, José Arrabal, Maria Rita Kehl, Mateus Sampaio, Nadine Habert, Paulo Nassar, Sérgio Alli; Sérgio Squilanti **ARTE:** João Bosco L. Brandão, Sérgio L. Papi (diagramação), Beto Maringoni, Duto Bicalho, Siam,Martinez, (ilustração); Ennio Brauns Fº, João Roberto Martins Fº, Niels Andreas (foto).

Revisão: Alfredo Maria Camilo de Souza, Tomé

Arquivo-Pesquisa: Luis Gabriel, J. Moura Marinho, Maria Quiteiro, Silvestre Prado, Rubens Adorno.

SUCURSAIS:

Brasília (SCS - Edificio Maristela, s/1103): Luiz Carlos Marina Juarez: **Recife** (R. Aníbal Falcão, 127 -Fraças): Sérgio de Souza, Cecy Prutello, Orlando Mindelo (coordenação), Fred Navarro, Paulo Santos, Rebeca Scatrut, Alzira Medeiros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira, (administração). **Belo Horizonte** (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto Duarte (chefe da sucursal), Edgar da Matta-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélio Santos, Maizé Trindade, Mauricio Godinho, Paula Régis, Paulo Barcala, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspahan, Virgínia Pinheiro (redação), Mariza araújo, (administração): **Curitiba** (R. JoséJosé Loureiro, s/1203 - Edifício Mauá): Paulo Sá Brito, Reinoldo Atem; **Porto Alegre** (Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20): Ana Barros Pinto, Carlos Aveline, Gerson Schirmer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Cláudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont, **Salvador** (Av. 7 de setembro, 202 - s/501): Adelmo Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria. **Rio de Janeiro** (R. da Lapa, 200 s/408): Adauto Novaes, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Bahia, Cláudio Camara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Menezes, Jorge Ricardo Gonçalves, Lais Meirelles, Ligia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luiz Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Arão Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas.

ESCRITÓRIOS:
Aracaju (SE): David Dantas. **Campinas** (SP): Fátima Barbosa, Rinaldo Barros. **Florianópolis** (SC): Fernando Vidal, João Sampaio, José Adelino. **Fortaleza** (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos, José Saraiva Jr., Vinicio de Araújo (administração e distribuição). **João Pessoa** (PB): Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos. **Natal** (RN): Cícero Correia, Francisco de Assis.
ADMINISTRAÇÃO (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Edvard Luiz Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Leme, Jesus Verela, Nilo Sérgio Diniz, Samira Zaidan, Hélio Gomes.
Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Alberto Marcondes Piccina (São Paulo); Arnaldo Afonso Barbosa (Belo Horizonte); Adelmo Oliveira (Salvador).
Diretor-Responsável: Robison Ayres.
EM TEMPO é uma publicação da Editôra Aparte S/A - Rua Bernardo de Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP: 05415 - Telefones: 280-4759 e 853-6680. Composto e impresso nas oficinas da PAT-Publicações e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros (SP) - Telefones: 368-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

Oposição metalúrgica de SP dá um balanço

Agora que a posse do pelego Joaquim dos Santos Andrade como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo está garantida pelas autoridades, mesmo depois de constatada (oficial) a fraude eleitoral, a Oposição Sindical começar a fazer um balanço da sua atuação. Anízio, Hélio, Santo e Clóvis, todos da Oposição, conversam sobre o assunto, numa espécie de depoimento coletivo. "O que o governo quer é que a gente aprenda a nadar por correspondência. E isto não dá mais", afirma um deles.

Exatamente 24 anos depois do suicídio do ex-presidente Getúlio Vargas, no próximo dia 25, Joaquim dos Santos Andrade, o pelego mais importante da América Latina, tomará posse mais uma vez como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, para começar um novo mandato.

Segundo os participantes da Oposição Sindical – que conseguiu anular o pleito após desmascarar uma fraude eleitoral – jamais Joaquim tomaria posse se dependesse mesmo dos trabalhadores. No entanto, o Delegado Regional do Trabalho, Vinícius Ferraz Torres, não pensa assim e vai garantir a permanência de Joaquim.

Um dos membros da Oposição revela: "Foi o ministro do Trabalho quem mandou um telex confidencial para o Vinicius, dizendo que o Joaquim tinha maioria e ia ser empossado. A gente enfrentou as eleições nas fábricas e ganhou. Enfrentamos também a roubalheira e conseguimos anular as eleições. Mas quando chega o Ministro do Trabalho, ainda não temos esta força. O fato é que estamos amarrados nesta estrutura sindical que eles puseram aí, que faz o Joaquim permanecer na testa do sindicato há 14 anos."

Por não aceitarem passivamente todas as irregularidades que envolvem a "vitória" do pelego, os integrantes da Chapa 3, querem levar a luta jurídica até as últimas consequências. Entraram com um mandado de segurança junto ao Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, que normalmente é julgado em três meses. Entretanto, esta medida não interferirá na posse de Joaquim. "Se for levada em conta a experiência anterior e a ligação do Ministério com os pelegos e corruptos, a posse é mais do que certa. Mas nós não reconhecemos a posse, que é ilegítima, nem a vitória, que foi roubada", diz um dos entrevistados.

Dando um balanço

A chapa 3 conquistou um saldo de trabalho junto às bases do setor. "A maior vitória, foi levar pra tudo quanto é fábrica o programa da oposição. Depois de 14 anos, a gente sentia nos bate-papos nas portas das fábricas o interesse dos metalúrgicos pelo o que estava acontecendo: as greves, as lutas das outras oposições na grande São Paulo, a situação do país. Nestes meses de campanha, apareceram vários companheiros que simpatizaram com o programa, e que hoje, estão aí batalhando pela oposição. Porque sua elaboração foi democrática discutida dentro das fábricas por mais de duas mil pessoas. Isto quer dizer, que a Chapa 3 expressou o que os trebalhadores estavam sentindo naquele momento. Por isso, terminadas as eleições, a Chapa 3 não caiu no vazio, continua lutando por seu programa".

O avanço da oposição não se deu apenas na conscientização, refletiu-se também na organização dos trabalhadores, apontavam os entrevistados. Dezenas de comissões de fábricas tiveram que ser reconhecidas pelos patrões, e algumas delas, conseguiram estabilidade de um a dois anos para os seus membros. As comissões de fábricas enfrentam e resolvem; "o problema de um sindicalismo sempre teve dificuldades em ter suas bases dentro das fábricas". Ela articula o sindicato com as fábricas, distribui boletins, discute a campanha salarial e sindicaliza. "É a peça principal na luta pelo sindicalismo independente e autônomo. É o futuro do sindicato brasileiro."

Contra as ofensivas do regime no campo político - a nova lei de greve e as reformas - os operários respondem: "ficaram com vergonha em fazer um novo Ato Institucional, e fizeram uma lei de greve que corresponde a ele. Na verdade, estas são as medidas de abertura que o governo propõe. E uma coisa ficou provada, qualquer que seja esta abertura, ela não tem nada a ver com a classe operária. Pra nós, é arrocho em cima de arrocho. O Simonsen falou que um banco não pode ficar 15 dias parado, mas o bancário pode ficar ganhando um salário de fome? Não será mais um decreto que vai segurar os trabalhadores. Essa lei e a portaria 34/37 vão ser quebradas com tudo. Se o governo não quer greve, ele quer decreto salário alto e congele o custo de vida".

A perspectiva de continuação do trabalho da oposição só é garantida pela constante relação com as bases. "Vamos continuar lutando pelo ponto principal que é o fim desta estrutura sindical. Nossa participação foi política e não eleitoreira. É nossa relação com as bases está garantida porque nós estamos na fábricas. Nós vamos continuar fazendo, assembléias por fábricas, onde os operários possam trocar experiências e aprofundar as questões sindicais. Mas para se chegar até aí tem um caminho".

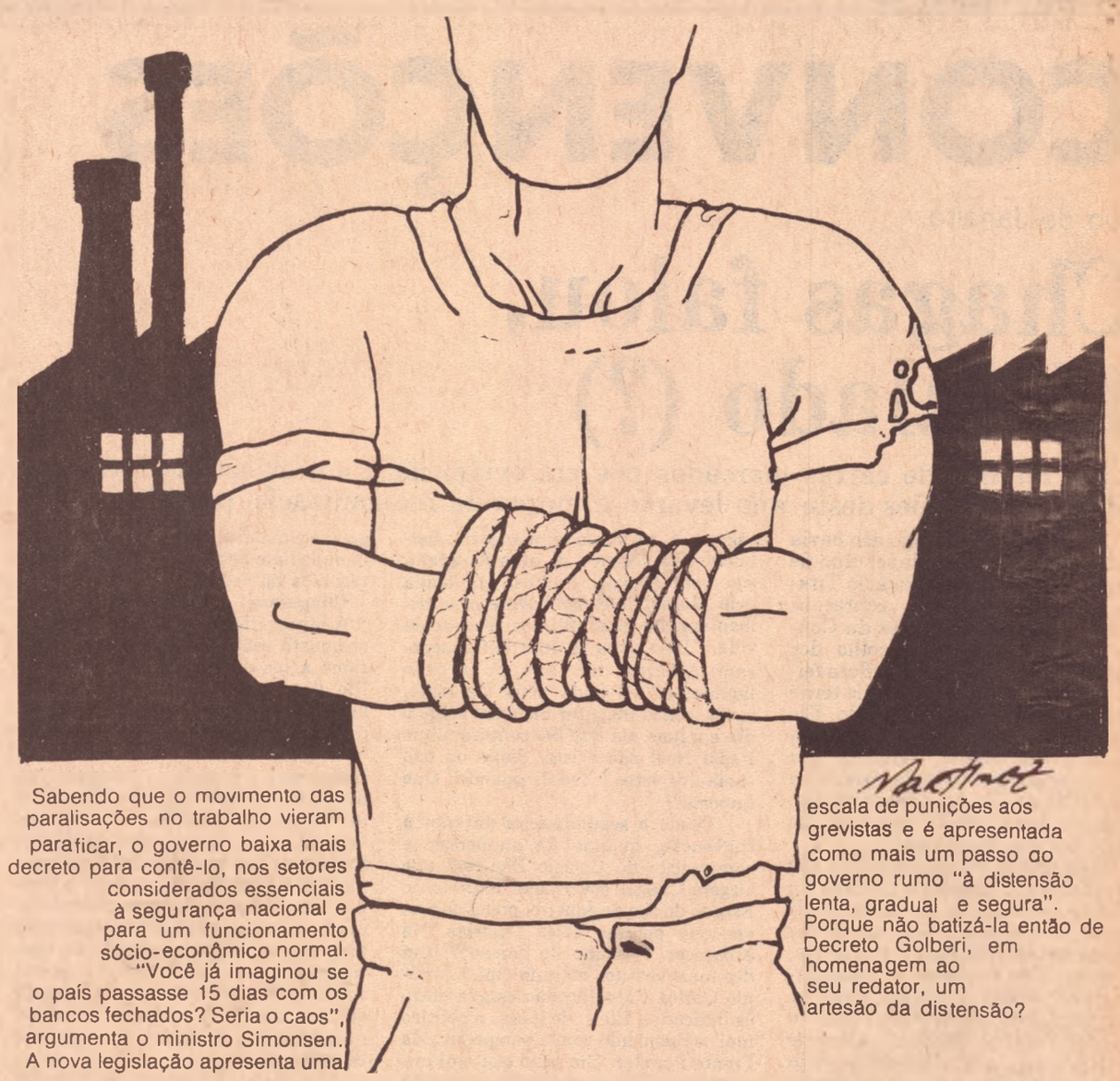
Amadurecer a idéia da CGT

A experiência do movimento operário no sentido da criação de organismos intersetoriais já faz parte da história dos sindicatos no Brasil, tais como: O MUT em 1946 - Movimento pela União dos Trabalhadores -, a CGT em 1964 e o MIA em 1968, Movimento Inersindical Anti-arrocho - . Os integrantes da Chapa 3 também discutem a idéia:

"Só através de uma CGT é que nós conseguiremos quebrar a verticalidade dos sindicatos atuais. O que nós operários temos que fazer é que esses organismos surjam com representatividade. Pelas bases. É preciso amadurecer esta idéia hoje para que ele não seja outro organismo criado para tolher a participação da maioria dos trabalhadores. Tem muitos operários que já estão pensando nisto, mas tem uma maioria que não teve esta experiência de luta. Tem muitos jovens que só participaram destas greves. Nas greves de 15 dias ainda dá para os operários ganhar em alguma consciência. Mas naquelas mais curtas de meio dia? O grande avanço da luta operária é a CGT, e a gente tem que falar nisso sem receio. Tem que levar para as bases, porque a gente discutindo nas bases a gente dificulta pra aqueles que querem construir uma CGT de cima para baixo. A questão da CGT passa pelo fortalecimento das comissões de fábricas, da vida sindical e pelas discussões em assembléias, para que os trabalhadores tomem conhecimento dos organismos que os representem."

Embrionariamente já começam surgir organizações inter-regionais de várias categorias de trabalhadores. "A solidariedade aos ceramistas de Itú é um bom exemplo da união dos oposicionistas. Outro exemplo, que já está sendo discutido, é a possível unificação das campanhas salariais de Osasco, Guarulhos e São Paulo que tem o dissídio na mesma data. É importante que estas oposições sindicais discutam seus problemas, unifiquem suas campanhas salariais e cheguem até um índice único. "Nós já percebemos que não dá para ficar brigando só numa fábrica. A luta da oposição é uma luta mais ampla. É a luta de todos os assalariados e os trabalhadores não podem ficar ilhados". "Eles falam que a gente não deve participar de política, mas a gente acha fundamental que os operários participem. Que discutam com seus colegas as questões do governo, das leis e da democracia. A própria luta pela derrubada da Lei de Greve é uma luta política. O que o governo quer é que a gente aprenda a nadar por correspondência. E isto não dá mais. Chega dos outros falarem por nós. Nós vamos falar por nós mesmos e independente do que eles acham, nós estamos participando da vida política".

Carlos Savério e Prado Júnior



Sabendo que o movimento das paralisações no trabalho vieram para ficar, o governo baixa mais decreto para contê-lo, nos setores considerados essenciais à segurança nacional e para um funcionamento sócio-econômico normal. "Você já imaginou se o país passasse 15 dias com os bancos fechados? Seria o caos", argumenta o ministro Simonsen. A nova legislação apresenta uma escala de punições aos grevistas e é apresentada como mais um passo do governo rumo "à distensão lenta, gradual e segura". Porque não batizá-la então de Decreto Golberi, em homenagem ao seu redator, um artesão da distensão?

A nova palmatória antigreve

De vez em quando, um pouco de juízo não faz mal a ninguém", gracejou o ministro Mario Henrique Simonsen, da Fazenda, ao comentar segunda-feira a nova legislação repressiva contra o direito de greve, baixada pelo general Ernesto Geisel no último dia 4.

Realmente, sr. ministro, depois de 14 anos de sufoco, os assalariados começaram a perder o juízo. E estão paralisando o trabalho e silenciando as máquinas para reaver o poder aquisitivo que os salarios perderam neste período com o arrocho. Reivindicam autonomia sindical, arrombam na marra a lei de greve, já falam até em anistia e convocação de uma assembléia constituinte. Como diz a piada, se continuar assim vamos acabar numa democracia, sr. ministro!

A palmatória inventada agora para incutir juízo nos trabalhadores é o decreto-lei nº 1632. O empregado que participar de greve em serviço público ou atividade essencial incorrerá em falta considerada greve, e ficará sujeito às seguintes penalidades: advertência, suspensão de até 30 dias ou rescisão do contrato de trabalho, com demissão por justa causa. Estas penas serão aplicadas individual ou coletivamente, dentro do prazo de 30 dias do reconhecimento da greve pelo Ministro do Trabalho. Além disso, o dirigente sindical ou de conselho de fiscalização profissional, que direta ou indiretamente, apoiar ou incentivar movimento grevista em serviço público ou atividade essencial, será punido com advertência, suspensão, destituição ou perda de mandato, por ato do Ministro do Trabalho. Também, o funcionário público que participar de greve ou para ela concorrer, incorrerá em falta grave, punível com demissão ou suspensão.

Estas punições aplicam-se aos seguintes setores, considerados **atividades essenciais**, tanto na área de produção, distribuição e comercialização: serviços de água e esgoto, energia elétrica, petróleo e gás e outros combustíveis, bancos, transportes, comunicações, carga e descarga, hospitais, ambulatórios, maternidades, farmácias e drogarias, bem como indústrias a serem definidas ainda por decreto presidencial. Nestes casos a greve é proibida **constitucionalmente**, isto é, pelo artigo 162 da Constituição Federal de 1967. O mesmo acontece com os serviços públicos federais, estaduais e municipais, de execução direta ou indireta, delegada ou concedida.

O decreto define greve como "a atitude da totalidade ou de parte dos empregados que acarreta a cessação da atividade ou diminuição do seu ritmo normal". Como todo decreto-lei, terá de ser aprovado ou rejeitado pelo Congresso Nacional dentro de um prazo de 60 dias, a contar de sua vigência.

Abertura política?

O pano de fundo da emergência deste decreto salta aos olhos de qualquer um: as greves que começaram dia 12 de maio na indústria automobilistica de São Bernardo do Campo e ganharam todo o ABC paulista e a própria capital do estado. O movimento já atingiu o serviço público, como é o caso das paralisações dos médicos e ameaça a chegar consistentemente a setores vitais para o funcionamento atual da economia. "Você já imaginou se o país passasse 15 dias com os bancos fechados? Seria um caos. Já 15 dias sem produzir automóveis, a situação não fica tão caótica", comentou o Ministro da Fazenda. O governo sabe que o movimento grevista veio para ficar, mesmo que não reconheçam isso públicamente; daí, procura lançar mão de instrumentos inovadores para contê-lo.

A história da legislação antigreve implantado no país pelo regime militar, começa logo após o golpe com a lei 4330, cuja revogação é hoje uma exigência constante das oposições sindicais e inúmeros sindicatos. A pretexto de "regulamentar o direito de greve" que a Constituição de 1946 garantia, a lei 4330 introduziu mecanismos tão intrincados e burocráticos como pré-requisitos da paralisação do trabalho, que torna-se virtualmente impraticável a convocação de uma greve pela via legal, mesmo que seja oficialmente reconhecida como justa.

A Constituição de 1967 diz expressamente em seu artigo 162: "não será permitida greve nos serviços públicos e atividades essenciais, definidas em lei". Agora, o decreto 1632 regulamentou a Constituição precisando quais são os setores considerados **essenciais.**

A Lei de Segurança Nacional, baixada pela Junta Militar em 1969, também entrou de sola. O artigo 38 proíbe "promover greve ou lock-out, acarretando a paralisação de serviços públicos ou atividades essenciais, com o fim de coagir qualquer dos poderes da República. A pena não é nada convidativa: reclusão de 4 a 10 anos. Quem incitar à paralisação de serviços públicos ou atividades essenciais e isso resultar em morte, a pena pode ser de morte, conforme reza o artigo 39.

Com relação à Lei de Segurança Nacional, o novo decreto está sendo apresentado pelas autoridades como um "abrandamento", um passo na política de "distensão" e de "abertura política". Por exemplo, Simonsen declarou: "são proibições bastante brandas porque não mandam ninguém para a cadeia", apenas geram demissão. Ou o coronel Rubem Ludwig, assessor de imprensa da Presidência da República e porta voz do presidente Geisel: "o patrão não precisa mais entregar o caso à polícia, expondo todos os seus empregados à Lei de Segurança". O próprio autor do texto do decreto não poderia ter sido melhor escolhido para ajudar a vender a imagem de "aperfeiçoamento democrático": o general Golberi do Couto e Silva, artesão de tantas articulaçações lentas, graduais e seguras.

Entretanto ninguém caiu nessa. "Se o trabalhador de uma forma geral, já não tinha muitas razões para acreditar nas reformas prometidas pelo governo, está a demonstração clara de que as promessas de abertura não passam de palavras. O trabalhador efetivamente só tem motivos para desconfiar disso tudo", disse o Lula, Luiz Inácio da Silva, presidente do Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Flamínio Fantini

Em Minas, pelego ainda resiste.

No segundo escrutínio das eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, perde a Oposição Sindical.

Por 5.882 votos a 2.976 a Chapa 1, de situação, encabeçada pelo pelego João Silveira, confirmou sua vitória sobre a Oposição Sindical, Chapa 2, no segundo escrutínio das eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. A Chapa 3, que apresentou um programa muito semelhante ao de João Silveira, teve seu apoio reduzida a apenas 231 eleitores.

Na base territorial da entidade trabalham mais de 60 mil metalúrgicos, seja na produção, seja na administração e burocracia das empresas. Desse total, apenas um quarto, ou seja 15 mil trabalhadores, está associado ao sindinato. À época das eleições apenas 12 mil associados estavam em condições de votos por terem a sua situação de sócio regularizada junto ao sindicato.

Em relação ao primeiro escrutínio, praticamente não houve alteração no comportamento eleitoral dos metalúrgicos, permanecendo o mesmo perfil de distribuição de votos. A única diferença registrada entre os dois escrutínios está no fato de que a Chapa 3 perdeu parte de seus eleitores para a Chapa 1 e para a Chapa 2.

Resultados das eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem – 1978

LOCAL DE VOTAÇÃO	CHAPA 1 (PELEGO)				CHAPA 2 (OPOSIÇÃO SINDICAL)				TOTAL (votos válidos)	
	VOTOS		%		VOTOS		%			
	1º Turno	2º Turno	1º	2º	1º Turno	2º Turno	1º	2º	1º Turno	2º Turno
Belo Horizonte	1 550	1 626	69,0	70,8	631	638	28,1	27,8	2 247	2 297
Contagem	3 869	5 256	60,1	62,7	2 165	2 338	33,6	34,4	6 437	6 792
*Manesmann	1 302	1 492	57,4	63,9	731	735	32,2	31,5	2 267	2 335
*Belgo Min.	382	416	37,9	39,5	586	622	59,1	59,1	1 009	1 053
TOTAL	5 419	5 882	62,4	64,7	2 796	2 976	32,2	32,7	8 684	9 086

"Aumenta o abismo entre o estado e o povo"

Reunidos em Santos para fazer uma avaliação do V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, os sindicalistas que formaram a oposição ao Ministro Ari Campista divulgaram um manifesto condenando o decreto 1632. Entre os presentes estavam os sindicalistas Luiz Inácio da Silva, de São Bernardo, João Paulo Pires Vasconcelos, de João Monlevade, e Arnaldo Gonçalves de Santos. Eis a íntegra do documento, que circulará nacionalmente como abaixo assinado principalmente nas fábricas.

"Os trabalhadores representados pelas entidades sindicais profissionais, que este subscrevem, nesta data, resolvem tornar público o seu repúdio ao decreto lei 1632, de 4 de agosto de 1978, pelo seguinte motivo:

a) no exato momento de uma propalada abertura "democrática" o Governo tripudia sobre os anseios de autonomia reiteradamente expressos pelos trabalhadores, decretando medidas coercitivas e arbitrárias contra o exercício legítimo do direito de greve;

b) no seu afã repressor, o Governo tenta impedir os direitos dos trabalhadores em importantes setores da produção, comercialização e ditribuição, quando dever a, isto sim, tê-los protegido melhor da penetração de controles estrangeiros, estes realmente lesivos à segurança nacional;

c) o decreto aumenta ainda mais o grau de subordinação e tutela das entidades de trabalhadores ao aparelho repressivo do Estado, submetendo a ação de seus dirigentes e associados ao arbítrio do Ministério do Trabalho;

d) da mesma forma ampliou o arbítrio dos patrões tornando possível que até mesmo os trabalhadores estáveis sejam demitidos mediante inquérito sumário;

e) O Governo, que não encara como segurança nacional a alta de juros e lucros exorbitantes dos bancos, protege os banqueiros quando concebe a atividade bancária como de "segurança nacional" e, por isso, tenta impedir nela m exercício do direito de greve;

f) o mesmo critério fica claro quando o Governo tenta evitar que os operários defendam seu nível de salário pela greve em atividades que, embora essenciais, nem por isso são menos lucrativas.

Diante de mais essa demonstração de prepotência, os trabalhadores vêem que aumenta o abismo entre o Estado e a Nação, entre o Governo e o Povo. Ao invés de atender os desejos, generalizados de melhores salários e maior autonomia e liberdade sindical, o Governo concentra seus esforços e a sua imaginação na elaboração de decretos leis repressivos visando a intimidar a classe trabalhadora.

Engana-se porém. Não serão decretos desse tipo que diminuirão a capacidade de luta dos trabalhadores e seu empenho por construir um Brasil próspero para todos e não apenas para uma minoria.

Reafirmamos que em um regime democrático serão inóquas quaisquer medidas que busquem a estabilidade sócio-econômica, se não se levar em consideração que somente o pleno exercício do direito de greve pode estabelecer o justo equilíbrio no relacionamento entre empregado e empresa"

CONVENÇÕES

Rio de Janeiro

Chagas falou, tá falado (?)

Uma reunião de cartas marcadas põe em evidência a correlação de forças no MDB. As eleições deste ano levarão a marca da reorganização partidária.

Na manhã de domingo não havia mais espaço para qualquer tipo de ilusão no plenário do Palácio Tiradentes, pequeno para conter os quase 1.500 participantes da Convenção do MDB. A escolha dos candidatos já estava feita. Fora feita no gabinete do "homem de terno branco", na rua do Riachuelo. Ele é praticamente o dono do partido, no Rio. Sua chapa, indicada por sua executiva (100% da executiva do MDB do Rio é chaguista) só poderia ser alterada pelo voto de 80% dos convencionais.

Mas 85% dos convencionais são obedientes à liderança mafiosa do futuro governador do Estado. E dessa chapa, integrada ainda por algumas candidaturas populares, haviam sido cortados os candidatos que, desde a origem, mais se haviam comprometido com a Frente Popular Eleitoral, além de outros , cujo trabalho eleitocal já em andamento, ameaçava alguns arraiais do dr. Chagas Freitas (vide quadro). Gente com boa votação deu lugar a gente seguidamente derrotada em pleitos anteriores; gente potencialmente eleita ficou sem legenda. E, até agora, continua sem legenda.

Surpresas por toda a parte

Enquanto partidários de Zé Eudes , candidato popular poupado pela navalha chaguista, confessavam sua surpresa - "deu zebra", eles diziam - ante o corte da legenda de Raimundo de Oliveira, até a véspera muito tranquilo, do outro lado da cerca também havia um certo espanto. Djalma Delamare, que 1970 não obteve mais que 1.140 votos na disputa de uma vaga na Assembléia, surgiu agora como 62º indicado na chapa de candidatos a deputado federal. Ele se acha mau entrosado para opinar sobre a Constituinte, pensa que os direitos humanos são "uma questão de Humanidade" e desconversa quando perguntam sobre o AI-5. "Não me mete nisso que é perigoso". Delamare é filiado à 14a. Zona Eleitoral (Méier), mas sua indicação veio do diretório de Bom Jesus de Itabapoana, lugar que ele desconhece. "Nunca estive lá, não sei como posso ter tantos amigos."

Adaury Fernandes é outro surpreendido. Ele mesmo conta que o apanharam no corredor para ser candidato (é o nº 61 da lista de indicados à Câmara dos Deputados). "Só aceitei para denunciar, aqui na Convenção." João Prates é secretário de Miro Teixeira. Como Ari Veloso. E como Afrânio de Oliveira. Almir Grego é secretário de Erasmo Martins Pedro. Nas últimas eleições ele teve 1.324 votos. "Quem sabe agora eu tenho mais sorte..."

Talvez agora, concorrendo pela oposição, Mário Viana , comentarista de futebol, e Edson Santana, ex-Rei Momo, tenham mais sorte. Em 74 os dois integraram a chapa da ARENA.

Era uma vez um acordo

"Se não indicarem o Nelson eu rompo e renuncio", dizia o senador Amaral Peixoto durante a convenção. Renunciaria à vaga "biônica", diga-se de passagem. E, na verdade, não dizia: balbuciava. A legenda de uma fotografia sua com Chagas Freitas, publicada pelo "Jornal do Brasil", sintetizou brilhantemente seus últimos tempos de vida. "Dois anos de luta enfraqueceram Amaral, um ano de acordo liquidou-o." E nada mais lhe resta, agora, senão inventar histórias sobre o dia e a hora em que lhe contaram que Papai Noel não existe. Sabia ou não sabia dos vetos? Desde quando? Que importa?!

Desde a segunda-feira anterior à convenção, quando foi anunciada a composição do Colégio Eleitoral que elegerá Chagas governador indireto do Estado do Rio de Janeiro, podia-se prever que alguma coisa "marota" ia acontecer. O nome do vereador (um dos mais votados no município) Antônio Carlos Carvalho não estava entre os indicados. Ele é, de longe, o político mais empenhado com a perspectiva da Frente Popular. Um cabo eleitoral importante na campanha deRaimundo de Oliveira. Como todos os demais candidatos populares, comprometidos mais ou menos com a Frente Popular, Raimundo estava na lista de Amaral Peixoto. O velho cacique precisava simular contar com os votos de todos os anti-chaguistas, mesmo daqueles que não estavam dispostos a defender seu próprio caciquismo. Ele sabia que estava sendo usado por quem pretendia utilizar. Na luta por uma indicação, as candidaturas populares correram junto com os "amaralistas". "No Rio só existe um bi-partidarismo, dentro do próprio MDB, aquele que divide os chaguistas dos demais emedebistas de todos os matizes." A frase, de um convencional, fechava seu raciocínio, de qse a possibilidade de eleição é sempre de 50%, mas para a obtenção de uma legenda, dado o controle de Chagas sobre a máquina partidária, a chance não passa de uma em dez.

Da segunda para a sexta-feira, quando começaram a correr os boatos a respeito dos cortes, o comitê de Raimundo, como o de outros candidatos da Frente, funcionou como uma máquina a pleno vapor. Havia fumaça, ninguém acredita, porém, que alguém fosse botar fogo na palha. É evidente que Chagas Freitas já tinha tudo articulado. Se contou para o senador Amaral, ou não, e quando, isso é politicamente irrelevante. Seus interesses, ao nivel da reorganização partidária, não admitiam, nem podiam admitir, a articulação antagônica da Frente.

Raimundo de Oliveira, um dos cassados pela máquina de Chagas Freitas.

Chaguismo e Trabalhismo:

A burocrática e autoritária máquina chaguista está aliada, de forma clara como a luz do sol, ao que restou, no Rio, da velha máquina trabalhista, do ex-PTB. A ponte dessa aliança é a candidatura Ário Teodoro. Fazer seus convencionais indicar como cabeça de chapa para o senado o "campeão" do divórcio, Nelson Carneiro, para derrotá-lo nas eleições de 15 de novembro, por meio dos votos de cabresto, essa é a jogada de Chagas para completar a liquidação de Amaral. Ao mesmo tempo, liquidar com as candidaturas populares, nem chaguistas nem amaralistas, verdadeiramente de oposição, comprometendo assim o desenvolvimento da Frente pelo isolamento que lhe impõe em relação aos votos que, nos próprios "currais", poderiam desgarrar.

Tem razão Raimundo de Oliveira quando afirma que "os trabalhadores entram, cada vez mais, na cena política, o que inviabiliza o monopólio dos antigos caciques para determinar as normas da reorganização partidárias". Ele defende a Frente para reforçar a oposição, evitar a divisão das forças populares, "não fazendo do socialismo um divisor de águas, mas centrando na questão da democracia". Chagas pode estar se lixando para o socialismo, mas essa história de democracia mexe com seus nervos. Já pensou? Democracia, prá começar, interna no partido de Chagas?

Parece evidente que as candidaturas populares subestimaram a burocracia que ainda está gerando normas para essas eleições e cassando legendas à vontade do patrão. E, se duvidar muito, contando até com o beneplácito da maior parte das forças mais tradicionais da esquerda, que, nessas horas, é que costumam se reagrupar.

Se o objetivo é fazer de cada diretório um centro de debates aberto e, mais a médio prazo, implementar alternativas não autoritárias, nem cupulistas, nem pré-rotuladas, dentro do quadro da reorganização partidária, não resta outro caminho aos candidatos populares que tiveram sua legenda garfada senão jogar suas campanhas nas ruas. Pressionando denunciando por todos os meios os métodos do chaguismo, que fazem da indicação uma verdadeira guerra.

Enchendo as galerias da Assembléia Legislativa, no dia da convenção, os partidários de Raimundo de Oliveira souberam criar um fato político e abrir um espaço político real. Flores da Cunha e Modesto da Silveira, candidatos com eles: "Legenda para os candidatos populares!" É por aí. Conquistar legenda, sim, barganhando sem purismo, até com Miro Teixeira, mas sem disfarças ou limitar a força já acumulada, base para o compromisso mais importante que, como estava previsto, levaria a campanha aos bairros da periferia e à porta das fábricas. Que seja uma força pequena, mas que não venha a se enfraquecer ainda mais por falta de ar. *(M. Reis)*

Os cortados

Candidatos da Frente Popular cortados na Convenção:

- Raimundo de Oliveira, professor do curso de pós-graduação de Engenharia (COPPE) da UFRJ. Sua campanha já estava armada, com vários comitês organizados em bairros e entre jornalistas, professores, estudantes. Esperava ter uma das maiores votações no Estado.

- Alexandre Farah, sobrinho do senador Benjamin Farah.

- Jorge Romero, vereador em Caxias, filho de um cassado.
- Paulo Ramos, major da PM.

Outros cortados:
- José Colagrossi, ex-deputado cassado; indicado por Tancredo Neves, sua preterição esta mobilizando, inclusive, a Executiva Nacional do partido, em Brasília.
- Afrânio Santana e Sérgio Lomba, ambos indicados por Lysâneas Maciel; Lomba (comenta-se) foi vetado pelo próprio Erasmo Martins Pedro, temeroso de um candidato que disputaria votos na comunidade protestante.
- Newton Cordeiro, candidato de Roberto Saturnino.
- Manoel Luiz, presidente do diretório do MDB, em Campos.
- Otoni Rocha, que concorreria na mesma base do chaguista Pedro Ferreira, e José Gouveia Filho, que disputaria a preferência dos eleitores de outro afilhado de Chasgas, Gilberto Rodrigues.

Minas Gerais

Candidatos "debaixo do balaio"

As manobras foram tantas que a direção do partido, forçada por protestos, não teve outra saída: marcar nova Convenção Regional para o dia 20.

A convenção do MDB de Minas Gerais se realizou no dia 30 de julho em Belo Horizonte, sede da Assembléia Legislativa do Estado. O mínimo que se pode dizer dessa convenção é que ela foi uma pantomina. Foi a convenção do conhavo, com lista de candidatos a deputado feita "debaixo do balaio", na base da politicagem de cúpula e troca de favor, bem ao gosto do deputado federal Jorge Ferraz, que ocupa a secretaria regional do partido. O MDB luta nacionalmente pelas liberdades democráticas. Sua ala mais combativa faz o movimento avançar na linha da luta pela Constituinte. Esta luta, em seguida, foi literalmente abandonada pelo MDB, mas permaneceu na ordem do dia para as oposições populares. No entanto, o MDB é nas condições políticas atuais o depositário natural dos votos das oposições, pois representa pelo menos a bandeira que exige o fim do regime.

No entanto, nas entranhas do MDB, como por exemplo em suas convenções, o que funciona é o burocratismo e o manobrismo politiqueiro. Enfim, o que está consagrado nas convenções é o caciquismo golpista, a anti-democracia. A despeito de na convenção do MDB mineiro terem sido incluídos na lista de candidatos nomes de oposicionistas comabativos tais como Edgard Amorim e Tercísio Delgado, candidatos à Câmara, Humberto Rezende, Ronan Abru, João Francisco e Clássio Gonçalves, que concorrem à Assembleia Legislativa, o que deu a tônica da convenção foi o conchavão. Resultado: a executiva regional do MDB foi forçada a convocar outra convenção.

O deputado Dalton Canabrava explica porque: "Houve pressões de candidatos, inclusive muitos deles com mandatos, para que não se permitisse candidaturas que poderiam ser prejudiciais aos seus respectivos interesses eleitorais. Muitas dessas pressões feitas por elementos que tinham grande força na convenção pois comandavam muitos delegados. Assim, a executiva regional do MDB viu-se forçada a atender estas pressões e excluir da chapa de candidatos diversos nomes que poderiam enriquecer a votação da legenda do MDB. A grita contra isso foi muito grande, e sensibilizou o eleitorado emedebista de todo o Estado, que passou a censurar a atitude do partido. Muitos dos que criaram problema para aceitação daqueles candidatos preteridos se pronunciaram depois formalmente a favor do registro de novas candidaturas" explica Canabrava.

Os casos mais notórios de impedimento de candidaturas são os seguintes: o deputado estadual Kemil Kumaina, eleito na região de Teofilo Otoni, no Nordeste de Minas, forçou o veto de um candidato da mesma região. No entanto, esse caso foi tão público que o candidato prejudicado netrou com um recurso na própria convenção do MDB e obteve a indicação de seu nome na lista de candidatos oficialmente aprovados. Newton Cardoso, ex-prefeito de contagem e candidato a deputado federal pelo MDB impediu a indicação do nome de uma vereadora de Contagem, que pretendia se candidatar à Assembléia Legislativa. Newton Cardoso articulou dentro de contagem uma dobradinha com um candidato a deputado estadual que ele próprio lançou. Aliás, o comentário que correu na convenção era de que dentre os 113 nomes que figuram na lista dos candidatos a deputado estadual aprovados pelo MDB, Newton Cardoso teria conseguido indicar 32 nomes. O MDB poderia apresentar 144 candidatos à Assembleia Legislativa: Os conchavos encurtaram a lista para 113 nomes.

Ligado à Companhia Magnesita, indústria produtora de refratários, cuja fábrica está localizada na cidade industrial de Contagem, e ligado a certos segmentos militares com forte influência governamental, Newton Cardoso teve respaldos institucionais poderosos para obter acesso as mais variadas fontes de recursos financeiros públicos enquanto estava à frente da prefeitura de Contagem. No entanto, não se sabe com que meios materiais, o fato é que durante a campanha eleitoral de 1976 Newton Cardoso financiou as campanhas de 39 prefeitos do interior de Minas, inclusive muitos deles hoje comandando as administrações de cidades importantes como Ipatinga.

Daí a facilidade que ele teve para indicar três dezenas de nomes como candidatos a deputado estadual na convenção realizada no dia 30 de julho passado. Nessa linha de ação de impedir a indicação de candidatos na convenção também ficou célebre a manobra do deputado José Baccarni, de Juiz de Fora, que conseguiu inviabilizar a indicação de um membro do MDB de São João Del Rey, cidade da zona da mata, próxima a Juiz de Fora, e terra natal de Tancredo Neves, candidato ao senado pelo MDB mineiro.

Ao serem denunciados esses fatos através da imprensa mineira o MDB regional não teve outra saída: anular a convenção do dia 30 de julho e, sob pressão, convocar uma nova convenção regional marcada para 20 de agosto. Dalton Canabrava observou que a manobra que já está sendo feita no sentido de se impedir a inscrição de novos canditos é a de "boicote à convenção, que para se reunir oficialmente necessita da presença da metade mais um dos delegados, ou seja, de 367 dentre os membros que têm direito a voto na convenção". *(Sucursal de Belo Horizonte)*

Meia sola na crise do regime

Nesta altura do campeonato, qual o futuro da Frente Nacional de Redemocratização?

A decisão do senador Magalhães Pinto de não concorrer às eleições presidenciais pela legenda do MDB nao deve ser vista simplesmente como fruto de obstáculos insuperáveis à sua escolha na Convenção Nacional do MDB, no dia 23 deste mês. Soma-se, possivelmente, a esta decisão as reduzidas chances de vencer o general João Batista de Figueiredo e a disposição dos dirigentes moderados do MDB – da qual não estaria alheio o próprio senador mineiro – de legitimar no Colégio eleitoral o candidato imposto pelo Governo em troca de algumas concessões no projeto de reformas.

Nem por isso é possível afirmar que as chances do general Euler Bentes Monteiro venham a ser maiores. O respaldo à sua candidatura limita-se hoje ao grupo "autêntico", o que não lhe dá garantias de vir a ser escolhido. Iniciativas do próprio governo para esvaziar a Convenção do partido de oposição e a sintomática ausência dos setores chaguistas na reunião do Diretório Nacional, no último dia 9, não são fatos alentadores para o general dissidente.

Transição controlada

Muitos perguntarão qual o futuro da Frente Nacional de Redemocratização nesta altura do campeonato? Esta Frente não nasceu exclusivamente para apresentar um candidato alternativo à presidência. Para isso ela não precisaria ter nascido. Os interesses aparentes que serviram de pretexto à sua articulação nem sempre adquiriram contornos claros e precisos. Pelo contrário, sempre foram heterogêneos e contraditórios.

Contudo, a direção deste projeto nunca escapou das mãos dos moderados do MDB e dos dissidentes civis e militares do regime, como Magalhães Pinto, Teotonio Vilela e o próprio general Euler.

Embora com projetos políticos distintos, estes setores convergiram para a Frente a partir do seu descontentamento face a lentidão e timidez com que Geisel vem procurando responder às crescentes aspirações democráticas das massas populares e pelo temor de que elas se transformem numa alternativa ao próprio regime. É isto que os impele a buscar uma transição controlada para a crise política do regime.

Hortanto, é pouco provável que a Frente Nacional de Redemocratização morra com o desfecho da sucessão presidencial, embora todos os seus esforços iniciais convergissem para isso. O próprio Magalhães Pinto (e Euler também) já afirmou em sucessivas entrevistas, que a Frente seria a ponte para um novo partido no quadro da reforma partidária anunciada pelo governo.

Os parlamentares "autênticos" do MDB depositaram (e ainda há os que depositam) esperanças nesse projeto, acreditando, equivocadamente, que essa Frente poderia transformar-se no desaguadouro natural da crescente insatisfação popular. Ora, a experiência das lutas políticas contra o regime nestes últimos anos (por exemplo, a campanha da Constituinte) demonstram que a cúpula moderada do MDB, para não falar dos atuais dissidentes arenistas, se procuram desfazer-se do regime autoritário, não pensam fazê-lo apoiando-se nas lutas e nas iniciativas populares. Pelo contrário, tentam conter a impedir o seu desenvolvimento. Por isso iludem-se aqueles que consideram possível conquistar uma verdadeira democracia sob a batuta da burguesia liberal. E só semeia confusão quem procura transformar em paladinos da democracia quem não o é ou nunca foi.

Aqui e agora

É importante que as iniciativas da oposição democrática e popular levam em conta que nem o regime autoritário está suficientemente débil para ser suprimido e nem o movimento operário e popular está suficientemente forte para ocupar o centro das lutas políticas.

Há quem pense que a crise atual do regime é tão profunda e o seu isolamento tão crescente que basta um sopro para que o arbítrio possa desaparecer. Mas há também os que duvidam que o movimento popular possa intervir no processo político em curso e só acreditam na possibilidade dos liberais ou de generais descontentes porém ao estado de excessão.

Para os primeiros está o recente Decreto Lei 1632, que impõe restrições mais draconianas ao direito de greve. Aí está a intervenção do governo nas recentes eleições sindicais dos metalúrgicos de São Paulo decidindo o pleito a favor do pelego Joaquim de Andrade. Aí estão as ações de empastelamento de EM TEMPO e VERSUS impunemente praticadas por grupos para-policiais. Aí estão as salvaguardas constitucionais. Quem não vê isso, não vive aqui, vive na Lua.

Para os segundos, aí estão as greves dos operários da Grande São Paulo. As greves dos médicos residentes e dos funcionários dos hospitais de São Paulo. As oposições e as direções sindicais combativas que procuraram desbancar os pelegos e desenvolver uma ação sindical fora do controle ministerial. As lutas dos moradores da periferia contra os loteamentos clandestinos e por melhores condições de vida. Aí está o manifesto de repúdio de várias entidades de classe denunciando o Decreto Lei-1632 (ver pág. 3).

Estes fatos são uma razão a mais e não menos para afirmar que, embora sofrendo um processo de crescente isolamento, o regime não está prestes a ser suprimido e o que vem despontando é a incursão cada vez mais incisiva do movimento operário e popular na cena política, ampliando suas aspirações democráticas.

Nesse sentido não é a mesma coisa os liberais darem uma solução para a crise do regime ou se é a classe trabalhadora e o povo a intervir massivamente na supressão do arbitrio e a sustentar uma alternativa própria ao regime de excessão. Tal alternativa só será viável se desde já construimos uma sólida unidade de todos os setores populares numa ampla frente. Uma Frente - esta sim verdadeiramente popular - que lute pela supressão do regime e do aparelho repressivo, por liberdades democráticas e melhores condições de vida para o povo. Uma Frente que não fique a meio caminho na conquista da democracia e que lute por um governo que represente claramente os interesses populares.

Esta Frente deve materializar-se no processo eleitoral, através de iniciativa comuns dos candidatos populares, mas conquistando também um espaço na própria restruturação partidária do governo. Sem isto a democracia que queremos navegará por águas turvas e entre os limites estreitos dos acordos palacianos dos quais o povo sempre permanecerá alijado *(Eduardo Fernandes)*

LEIA

Cadernos do presente

cara a cara

Contraponto

Assine

DE FATO

PAT tablóides em off set 282-2523

MANIFESTOS MILITARES

Uns falam em "democratização" e exigem o fim da violência política. Outros defendem veladamente a tortura e dizem que há uma campanha para desmoralizar as Forças Armadas.

O processo de discussão pela via agitativa da panfletagem de manifestos anônimos volta a se intensificar na média oficialidade das Forças Armadas. EM TEMPO já anunciara esta tendência através de uma ampla reportagem sobre os vários grupos no interior das FFAA e sua "imprensa nanica" (ver nº 11, de 15 a 21/5/78, a matéria "Inquietação Militar"). A grande imprensa vem episodicamente publicando alguns trechos de manifestos. Recentemente os semanários MOVIMENTO e ISTO É apresentaram também reportagens sobre o fenômeno.

Por julgarmos que estes documentos, ainda que anônimos, são peças importantes para se conhecer os militares e por decorrência a conjuntura política do País, é que agora apresentamos **na íntegra** alguns destes manifestos.

As formas mediante as quais eles surgem são variadas: alguns são simples cartas; outros, pretendendo-se periódicos, apresentam-se como jornaizinhos. A maioria deles, contudo, aparece como manifesto. Todos anônimos, diferentemente dos famosos manifestos militares que vieram a entrar na história política do País.

A qualidade destes textos em geral é bastante precária: desde grosserias gramaticais até uma profusão de argumentos contraditórios, entremeio a um tom excessivamente doutrinário. E o principal, um posicionamento político ambíguo, que não chega a disfarçar seu substrato autoritário, direitista. Quando tentam alçar vôo numa análise com um pouco mais de profundidade, o que decanta é uma sociologia barata de que o poder político vem do poder econômico e é por este manipulado, num apelo à fraseologia anticorrupção típica da pequena burguesia.

O documento 1 é atribuído ao **Movimento Militar Democrático Constitucionalista - MMDC**, e de todos é o mais claramente oposicionista. Data de março deste ano. Mas o grupo parece estar agora um tanto na penumbra em função das suspeitas de sua ligação com agências desestabilizadoras do tipo da CIA.

O documento 2 é tido como originário da **Escola de Comando e Estado Maior do Exército - ECEME.** O foco de seu ataque é claramente o grupo do Planalto - Geisel e Figueiredo -, em especial o processo sucessório, o que tem sido apontado como um sintoma de sua vinculação com as articulações do general Hugo Abreu. O documento nº 3 é um apanhado sistemático das teses essenciais do de nº2, e ao que tudo indica pode ser o abaixo assinado de que se tem notícia estar correndo entre centenas de majores, capitães e coronéis.

Finalmente o documento nº 4 pretende ser um jornalzinho periódico. É de todos o mais claramente direitista, simplesmente conclamando à unidade profissional, omitindo-se de críticas ao grupo palaciano, mas não conseguindo esconder sua defesa do uso de torturas. Sua mensagem principal é que são os "subversivos" os responsáveis pela desunião hoje existente na tropa.

1 Basta de sangue inocente derramado!

É pungente o pranto das mães, viúvas, irmãos e filhos de brasileiros arrancados de suas cátedras, tribunais, fábricas, escolas, laboratórios e redações dos órgãos de comunicação e imolados em praça pública, ou nas masmorras da ditadura.

Vila Militar, 27 de março de 1978

Ao povo brasileiro!

Cultua-se, hoje, a memória dos que tombaram no combate ao surto terrorista, iniciado no final da última década e contido pela ação patriótica das forças armadas.

Reverenciam-se, amanhã, nas universidades, centenas de vítimas de uma repressão desumana, desencadeada e exercida em nome de uma revolução, feita com intuito de preservar a paz social.

Os acordos do toque de silêncio, que antecederam nos quartéis a chamada nominal dos nossos companheiros -"heróis mortos em holocausto à pátria estremecida" – são tão pungentes quanto o pranto das mães, viúvas, irmãos e filhos de outros brasileiros, arrancados de suas cátedras, tribunais, fábricas, escolas, laboratórios e redações dos órgãos de comunicação e imolados em praça pública, ou nas masmorras da ditadura, implantada em nome de um movimento que pretendia preservar a ordem e a tranquilidade da família brasileira.

Tão dolorido quanto o pranto dos órfãos do sargento Argemiro Camargo, do almirante Nelson Gomes Fernandes ou do major Toja Martinez, é o desespero dos pais e companheiros dos estudantes Edson Luiz de Lima e Souto e Alexandre Vanucci Leme. E a desesperança da viúva e dos filhos do jornalista e professor da Universidade de São Paulo Vladimir Herzog.

Para cada herói morto na repressão ao terrorismo, pode ser enumerado um sem número de vítimas da ditadura, em uma exacerbação de ânimos que jamais levará à pacificação por todos desejada.

Basta de sangue inocente derramado, que só dará aos extremistas – do sistema ou contra ele – a justificativa para novas violências. Somente aos radicais interesses a radicalização da luta, uma radicalização suicida, que conduzirá a pátria ao caos social, em um círculo vicioso de violência incontida.

Ao governo, imposto ao povo contra a vontade da maioria, compete dar o primeiro passo.

Basta de prisões arbitrárias! Basta de tortura!

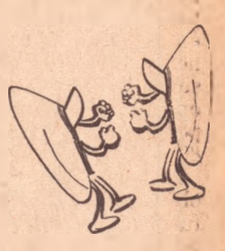
O país está maduro para a democracia sem adjetivos!

As forças armadas estão cansadas da função de guarda pretoriana de torturadores e corruptos.

MMDC – Movimento Militar Democrático Constitucionalista.

2 Governo não é ação entre amigos

Um governo não pode ser a circulação dos mesmos homens de uma chefia pública para um organismo financeiro de grande porte, de um governo para uma empresa estatal, de um órgão técnico para um gabinete ou para "testa de ferro" de uma empresa multinacional. Não é, nem pode ser um rodízio de "donos", ou de qualquer outra coisa...



Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido. Por mais patriota, íntegro, trabalhador e sábio, um governante não é, nem será jamais um Deus no Olimpo; nem uma nação de 113 milhões de pessoas pode ter seus destinos decidido por 13 pessoas...

O poder nacional há de ser exercido em nome do povo, pois quando não for exercido em seu proveito, faculta-lhe a opção clara de mudá-lo de mãos.

Se é admissível, que em nosso estágio de desenvolvimento o povo não é capaz de delegar eficazmente o exercício do poder que dele emana, é também verdade que está alheio e desinformado, nem entende as maquinações, os conflitos de interesses, as lutas de grupos que por sua hierarquia social e econômica, tem exercido o poder ao longo da nossa história. É também evidente que não lhes são outorgados os instrumentos que equilibrem a ineficiência da escolha de sua representação política, com a eficiência de uma participação mais ampla da vontade nacional nas decisões de poder.

Têm-se feito não uma, mas várias revoluções no Brasil. Todas elas, invariavelmente, transformadas em luta de grupos pelo poder.

Isto sempre ocorreu no momento de ruptura entre o poder econômico dominante e a classe militar que ajustou o pacto social. Assim são feitas as revoluções. Como agora, nelas todas, sempre a presença do mito do militar apolítico, dissociado do meio ambiente em que vive, justificou a realização deste pacto, como um poder moderador chamado a corrigir a derrocada das instituições.

Quando os objetivos dos líderes civis se dissociam dos objetivos dos líderes militares (particularmente dos que participam do poder) o mesmo mito justifica o rompimento do pacto social. Neste contexto, as lideranças se afastam dos interesses do povo, inapelavelmente.

O que estaria ocorrendo agora, em meio de tantas divisões que cada discurso de chefes militares reafirma como "perfeita unidade"? Unidade sim - mas na fé do Exército e nas Forças Armadas como instituições.

As necessidades de respostas sociais à grande maioria da nação, têm sido, infelizmente, atendidas em níveis indesejáveis, quer pelas limitações dos recursos disponíveis para realizar o crescimento econômico, mas também porque por pressões de toda ordem, são atendidas na medida que se obtenha a estabilidade social. Nãomais que isso! Concede-se um mínimo de respostas, mesmo porque o mais preparado governante não constitui sozinho o governo. No próprio ventre governamental representantes de grupos de interesses, têm sido usados para reorientar soluções ou simplesmente bloqueá-las.

Neste conflito entre governos e sociedade, entre os vários segmentos da estrutura do governo, sempre prevalecem as pressões dos grupos que controlam, pela vertente econômica, os espaços sociais e políticos.

Respostas mais amplas a quem tem maior poder de pressionar. E pressiona mais quem controla a produção geral de bens necessários à vida da população. É por tal razão que as instituições militares acabaram envolvidas por interesses que não lhes são próprios.

A revolução de 64 se fez por meio de um pacto social cujos componentes são de fácil indentificação. Seus avalistas maiores foram as Forças Armadas. Durante 14 anos e, provavelmente, por mais 7, elas vão afiançar as soluções de governo. Elas tinham originalmente o apoio popular...

Se é um pessimista convicto pode negar as conquistas realizadas, também o é, a inegável presença do impasse nacional a que se conduziu o movimento.

As feições mais evidentes desse impasse emergem do conflito entre os rumos que tomou o processo revolucionário e as aspirações populares. A reordenação institucional, longe de ser uma iniciativa da revolução é antes, a resultante da pressão detetada neste universo complicado de aspirações não satisfeitas pela revolução. É na verdade um jogo onde se barganha o controle do poder.

De repente se percebe que em amplos segmentos do povo, condensando anseios e interesses, a perseguição tenaz da volta ao Estado de Direito, pressupondo um retorno aos quartéis desde já, o empenho dos chefes em excluir as Forças Armadas da questão sucessória. Excluir como? Por ironia cabe perguntar quando os militares, efetivamente, estiveram fora dos quartéis, no sentido de realmente influir nas grandes decisões de governo?

As Forças Armadas, de repente, simplesmente se viram colocadas contra o resto da Nação. Não interessa se o povo sabe ou não o que ocorre nas esferas elitizadas. Terá ele suas razões para dizer, sim ou não a um governo. Na democracia um governo é humilde diante do não. A cabeça e mais ainda seus corpos subalternos parecem perplexos ao identificarem que a concordância com que seu silêncio viabilize as soluções de governo, nem sempre coincidentes com as aspirações e necessidades do povo, é a causa principal da situação a que foram levadas.

Agora o pronunciamento do chefe militar já se preocupa com o respeito do povo pelas suas Forças Armadas. São sintomas da doença...

São elas que recebem a desaprovação popular! Os partidos políticos apenas se ajustam às criações casuísticas que nascem do estreito círculo em que se concentrou o poder. Mas eles encontram fórmulas para sobreviver, até mesmo à estrutura partidária vigente. Isto é inerente à sua própria natureza. A classe política não tem outros caminhos ou armas.

Por isso se cogita do pluripartidarismo. De um lado atende ao predomínio do poder e ao mesmo tempo significa a sobrevivência dos políticos. Cada parte tem seus meios peculiares para sobreviver. Uma usa a outra.

Mas, a concepção das organizações permanentes das Forças Armadas não permite essas adaptações.

Históricamente, todas as vezes que surgiram conflitos, ou a solução deslizou para o aclive hierárquico ou desaguou em revolução, através da qual a reordenação hierárquica se ajustou.

Em 1930 foi assim. Sempre foi assim. Em 1964 foi assim...

Da mesma forma que foi difícil romper as servidões de seus padrões grupais de hierarquia e disciplina para abortar 64, será difícil ao povo entender que o silêncio das Forças Armadas, representa mais o aferramento àquelas servidões, em nome da estabilidade social. Ante ameaça ideológica, entendem os militares que é preciso preservar, a qualquer preço a hierarquia, a coesão e a unidade do corpo militar da nação. A impressão que fica é que as Forças Armadas nunca foram tão mal compreendidas pela sua Nação.

Admitamos, porém, que esta unidade não existe. Muito mais que a obediência consciente aos chefes supremos ou superiores, este silêncio representa o pavor da desordem social. Ou então há que se admitir a inércia e o comodismo. Menos em um caso e mais outro, o perigo reside na ocorrência do desfibramento das instituições militares.

Este desfibramento afeta a profissionalização, pois no final o que se observa é o extremo oposto da ingerência política, perniciosa e indesejável - o alhaiemento real do contexto social da nação - de forma tal, que se permite a um pequeno grupo de pessoas o controle do poder por simples rodízio ou troca de postos. Espetáculo dantesco que não escapa ao mais humilde observador. Mas, ele vai votar. E as Forças Armadas não poderão calar as urnas. Para isso não há canhão. No bojo disto tudo um conflito latente, mas cristalino - as gerações mais jovens se frustam na observação de exemplos do que ocorrem nas cúpulas das instituições, a cada instante. Não é necessário exemplificar. Nossa realidade está farta deles. Só não verá quem não quiser! O Ministro de ontem passa a "lixo direitista" num piscar de olhos. O amigo leal é preterido e desrespeitado. Altos chefes militares são tratados como inimigos perigosos. Um governo não é uma ação entre amigos e nem uma Nação é o confronto simplista entre generais e civis, ou entre generais e escalões subordinados. O Exército não é a vitrina pública das excrescências dos grupos de poder.

Um governo não pode ser a circulação dos mesmos homens de uma chefia pública para um organismo financeiro de grande porte, de um governo para uma empresa estatal, de um órgão técnico para um gabinete ou para "testa de ferro" de uma empresa multinacional. Não é, nem pode ser um rodízio de "donos", ou de qualquer outra coisa...

O governo de uma Nação é mais do que isso. Não é jamais uma troca de amigos alinhados, por mais convencidos que estejam de que aquilo que arquitetam, resultará na melhor solução para o País.

Em razão dessa ação entre amigos, tem se falado no nome das Forças Armadas e feito em nome da Revolução. E falando em nome da Revolução usam-se as vozes das Forças Armadas. Não há como desvincular uma coisa da outra. E, estas vozes estão, na verdade em silêncio.

Afinal os militares têm sido ouvidos na profusão e ambiguidade de uso dos instrumentos de exceção? Na condução da economia? Na solução dos impasses políticos? Em que, tem as Forças Armadas sido consultadas? Quando foram consultadas? Talvez agora, quando é preciso acalmar as revoltas de centenas de cabeças silenciosas diante de um processo que só deixou profundas cicatrizes. É verdade que a instituição militar não existe como órgão de consulta do governo, a não ser dentro de suas atribuições constitucionais. Sua tarefa é outra, é claro! Mas há constituição ou poder revolucionários? E o que é mais importante - o que deseja o consenso nacional?

Cabe ao poder revolucionário dar ou encontrar respostas para o consenso nacional. Como explicar o impasse? Não seria porque as soluções têm sido dadas, não buscando respostas aos anseios nacionais, mas antes e quase sempre, na busca do controle do poder. Não sejamos ingênuos. É assim em democracias sem fé, inclusive na democracia relativa!

Não se cogita de pôr em dúvida a integridade dos chefes da revolução; nem a perseverança com que se tenham lançado na materialização de suas intenções. Esforçaram-se, às vezes, em conjunturas adversas, na tarefa ingente de construir um País mais justo.

Então, como explicar o impasse? Só controla o poder num espaço social que controla os recursos disponíveis nesse espaço. As Forças Armadas, por sua biologia e fins orgânicos, não controlam nenhum recurso escasso ou mecanismo da economia nacional. Como iriam controlar o poder? Não controlam portanto o poder. Assistem apenas, assistem - todos os acertos e desencontros!

No momento histórico em que se depara a nação - um momento de mudanças - não é o pessimismo, mas a clarividência que percebe a perspectiva explosiva de um impasse que se delineia. Impasse, resultante da ausência de respostas suficientemente amplas no contexto social e de um processo de mudanças, diametralmente oposto à intenção de abertura e renovação institucional. Impasse pela reprovação revolucionária, via eleitoral (a cada dia mais palpável). Tudo isto está a exigir mais consenso nas soluções e nos caminhos a seguir. É hora de unir, somar. E cada instante, o que sobra do método e do processo é a divisão e o ferimento no corpo social. O que os provoca? A luta pelo poder. Um grupo com as mandíbulas cravadas no poder e com contrição maxilar, por ambição desmedida. Um grupo que tolera a corrupção. Mas, não é possível encontrar estes caminhos, apropriadamente, se não se equilibrar, após devidamente dimensionadas, as aspirações de cada camada social. Não se trata, portanto, de por meio de um ou onze interlocutores, identificar estas aspirações em segmentos elitizados da população. É preciso ouvir tudo e a todos. É preciso ouvir antes, não depois da trovoada!

Não adiantam a onipotência ou a onisciência como braços de um corpo no Olimpo, a arrumar as peças sociais, senão porque é o antimétodo da democracia que afinal se almeja aperfeiçoada, mas porque a arrumação social se faz quando se encontram leitos adequados para os vazamentos das pressões sociais, ou quando consciente ou inconcientemente o povo encontra saída para seus anseios.

Conciliar reformas com sucessão revolucionária não pode comportar manobras de cúpulas em torno de nomes. Só o consenso viabilizará o processo. Assim, em breve, um novo Presidente! Seja João ou Pedro, o que está errado não é o nome ou pessoas. O que está completamente divorciado da realidade é o processo. Nele, uns podem falar tudo, manobrar todos os valores e mecanismos do poder e à totalidade da nação resta ouvir a escolha - como um nascimento divino, uma transmissão monárquica ou uma troca soviética de governante. Um processo que, enfim, não concede audiência à opinião pública, que não ouve a nação, que não harmoniza os contrários e a cada dia gera um corpo estranho em seu próprio organismo. Uma competição interminável de homens e preferências de pequenos grupos. Tão distante da democracia como qualquer regime totalitário... É isto que ofende a Nação! Uma fórmula miraculosa de divisão e permanência no poder. Um processo, afinal, que vai fazer concessões de distensão ou abertura (a democratização do regime já está ultrapassada; agora já se trata de anistia - a nova pressão a que a revolução está sujeita), para conservar-se no poder. A democracia não seria assim um fim a ser buscado, mas a forma de conservar o poder.

Seria rigoroso e injusto dizer que a revolução se transformou numa ação entre amigos? Concessões do poder para se conservar o poder. Não seria tempo de deixar germinar um consenso nacional? Não seria hábil e histórico, que os chefes militares retirassem as Forças Armadas da incômoda função de serem responsáveis por decisões para as quais não foram, sequer chamadas a opinar? Não seria prudente auscultar seus corpos subalternos, para ouvindo de perto o pulsar de suas idéias, evitar-se um conflito, pelo menos moral, que todos buscam ocultar? Pior que isso, a repetição inapelável da história por ter deixado de aprendê-la.

Os "jovens turcos" em sua aspiração de profissionalismo, viram-se envolvidos em conspirações políticas. O "Tenentismo" profissional transformou-se em político. E não resolveram os problemas da Nação.

Fizeram história, mas resolveram os problemas das instituições militares. A revolução de 64 não solucionou os problemas básicos das Forças Armadas. Se há líderes, a perceber que danos sofre a Nação com os conflitos entre as artérias e órgãos do corpo militar, que haja pelo menos sensibilidade para o tributo que pagam as Forças Armadas pelo problema. Que haja pelo menos uma manifestação honesta pelos meios legais. Eis um caso em que o silêncio não é de ouro e "silenciosas" não pode significar o abandono de responsabilidades ou o militar ausente de seu ambiente social. O governo de uma Nação não é uma ação entre amigos. As eleições deste ano podem significar o não irremediável a todo este processo!

A democracia será relativa, cada vez mais a cada dia, na relatividade imprescrutável do que ocorre nos corredores do poder. Poder e corredores que só existem, realimente, se neles existir o povo.

Novas e dolorosas cirurgias se terá que realizar no organismo social. Mais a verdade do povo estará distante da verdade do poder.

Até que uma instabilidade acabe com a "ação entre amigos".

Sempre é bom lembrar Alfred de Vigny, em "grandezas e servidões militares"... as ambições e os terrores dos governos aumentaram o mal, separando-os cada vez mais do país e dotando-as de uma servidão mais ociosa e mais grosseira que nunca...

...Obedecer o comandar num Exército, é mesmo o servir. Haverá um ponto em que se deplorará essa servidão...

E finalmente, lembrar o então Chefe do Estado-Maior do Exército em 20 de Março de 64, no seu histórico documento aos militares daquele órgão:

"Os meios militares nacionais e permanentes não são propriamente para defender programas de governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e aplicação da lei.

Não são instituídos para declararem solidariedade a este ou aquele poder. Se lhes fôsse permitida a faculdade de solidarizar-se com programas, movimentos políticos ou detentores de altos cargos, haveria necessáriamente o direito de também se oporem a uns e outros.

Relativamente à Doutrina que admite seu emprego como força de pressão contra um dos poderes, é lógico que também seria admissível voltá-la contra qualquer deles.

...É preciso perseverar sempre "dentro dos limites da lei"...

3 O Exército não pode estar contra o povo

O Exército não pode ser exposto como uma vitrine pública onde se exibem as excrescências e maniqueísmos da luta pelo poder. Os chefes do Exército não podem ser expostos publicamente como "lixo direitista" ou " conspiradores vulgares" quando não aceitam o processo político imposto pelo governo.

1. Preocupa-nos a imagem do Exército perante a Nação. Temos consciência que o Exército se desgasta perante a opinião pública, e é responsabilizado por todas as dificuldades nos campos político econômico e social.

2. O Exército não foi e não é ouvido ou siquer consultado nas soluções apresentadas pelo Governo. Este problema se agravou no processo sucessório. Não consideramos este processo nem revolucionário, porque não ouviu as áreas revolucionárias e muito menos democrático, por razões óbvias e claras.

3. O Exército não pode ser exposto como uma vitrina pública onde se exibem as excrescências e maniqueísmos da luta pelo poder. Os chefes do Exército não podem ser expostos publicamente, como "lixo direitista" ou "conspiradores vulgares" quando não aceitam o processo político imposto pelo Governo. As preterições nas promoções de oficiais, em particular nas de oficiais generais não podem ser exploradas publicamente em favor de candidaturas políticas. O efeito é irreparável nas gerações mais jovens.

4. Os companheiros da Marinha e da Aeronáutica precisam saber que a maiorias esmagadora dos oficiais não aprova e nem participa da exclusão dessas Forças na solução dos graves problemas nacionais. O envolvimento permanente dos mais altos chefes do Exército e o silêncio dos Brigadeiros e Almirantes, não é responsabilidade do Exército. É consequência do jogo imposto pelos grupos de poder. Não aprovamos e nem somos responsáveis. Participamos juntos dos mesmos anseios e preocupações.

5. Entendemos que a divisão do corpo militar da sociedade brasileira, bem como a segregação que se delineia poderá ter consequências desastrosas. Isto foi provocado pelos objetivos e imposições de um grupo que não tem raízes nas Forças Armadas, embora dele participem elementos militares. Muito menos traduzem o que pensam as Forças Armadas. Não admitimos em hipótese alguma que o Exército seja levado à condição de força pretoriana e partidária.

6. Sentimo-nos no dever de alertar nossos chefes para o fato de que este processo, além de causar apreensões em todos os escalões do Exército, compromete a instituição diante do povo, de cujo seio procede a totalidade de nossos homens.

7. A reprovação popular de que será alvo o Governo, por não ter encontrado soluções para os problemas sociais e econômicos do país, será transferida aos militares, principalmente ao Exército.

8. O Exército está, no momento, colocado contra as aspirações populares, contra a vontade da maioria da nação e na situação de fiador de uma solução reprovada por amplos setores nacionais. Está a instituição arrastada para o meio de um jogo político onde seus princípios mais caros e basilares estão sofrendo danos irreparáveis. O Exército não pode estar contra o povo. Nunca.

9. Temos a mais absoluta convicção de que nenhum escalão da hierarquia militar dá respaldo consciente ou aprovação ao processo desencadeado com a sucessão do atual delegado da Revolução. A Revolução afastou-se de seus caminhos.

10. Finalmente, fixamos a irrestrita convicção democrática do Exército e seus componentes. É com a democracia que resolveremos os nossos problemas. Será nela que poderemos combater o comunismo e a corrupção. Será com seus instrumentos que se poderá construir uma sociedade mais justa no Brasil. É por acreditar na democracia que vemos tardia e suspeita, a intenção de quem até agora esqueceu de praticá-la. Se quer democracia não se pode impô-la ditatorialmente.

4 A exceção é um pecado universal

Os terroristas que desencadeiam a guerra total contra a ordem existente devem saber que as guerras seguem as suas próprias leis, ou seja, acabam levando à força bruta.

"RUMO À TROPA" é um boletim de recortes de jornais e comentários sobre o papel dos militares na sociedade brasileira. Na sua edição datada de junho de 1978, a publicação diz: "a nós cabe conduzir a nau a porto seguro e devemos e podemos fazê-lo como Soldados Profissionais. Mesmo que tenhamos ódio figadal a algumas figuras desta república, pelo mal que fizeram às FFAA e ao Exército em particular, não devemos nos desviar de nossos objetivos. Os homens passam ..."

No alto de cada página, lança algumas advertências conspirativas aos seus leitores. "Rogamos-lhe que não faça, sob qualquer pretexto, circular **Rumo à Tropa** fora do âmbito militar". "Não tire cópias de **Rumo à Tropa.** Se quiser ajudar-nos converse com seus amigos sobre seus objetivos e não sobre o próprio. Oriente seus subordinados nesse sentido". "Não comente **Rumo à Tropa** com o companheiro que deixou o Exército por uma multinacional ou uma superestatal". "Não se preocupem em enviar **Rumo à Tropa** aos órgãos de segurança, nós nos incumbiremos de fazê-lo".

A preocupação central desta edição do boletim é demonstrar a marcha de uma campanha de "desmoralização das autoridades e instituições", através de provas colhidas no noticiário da imprensa. Eis o trecho mais significativo:

"Ninguém pode negar que as represálias contra o terror podem e até mesmo costumam pecar pelo excesso, mais isso é um FENÔMENO UNIVERSAL. Os terroristas que DESENCADEIAM A GUERRA TOTAL contra a ORDEM EXISTENTE, devem saber que as guerras, regra geral, seguem as suas próprias leis, ou seja, acabam levando à força bruta: até nas guerras convencionais, as únicas reguladas, frequentemente as normas são violadas.

Apesar desse FENÔMENO SOCIOLÓGICO, o Exército, como instituição quer e sempre zelou pelo prevalecimento da lei, ainda que no combate à criminalidade organizada e jamais permitiu a tortura institucionalizada como querem fazer crer.

Este trabalho faz parte de uma CAMPANHA que se desenvolve com maior intensidade nos dois últimos anos e que visa à DESMORALIZAÇÃO DA AUTORIDADE e o DESCRÉDITO DAS INSTITUIÇÕES. Ao mesmo tempo esta campanha objetiva dar aos terroristas o status de "contestadores políticos", como se a criminalidade objetiva mudasse de aspecto pela pretensão subjetiva de ser praticada como meio de contestação política.

Que melhor forma de atingir a estra tripla finalidade, senão partir para a ofensiva e acusar a AUTORIDADE e as INSTITUIÇÕES de agirem ao arrepio da lei e da forma mais ignóbil?

Por isso, faz parte desta campanha a DIRETRIZ que determina a DENÚNCIA DE TORTURAS, em qualquer circunstância: a orquestração é imediata e global.

Prova evidente desta orientação, que fica clara, até para os mais céticos, está numa das notícias em que vemos o insuspeito, neste particular, General Dilermando, obrigado a ir ao jornais EMPENHAR seu PASSADO e sua PALAVRA DE HONRA para contradizer o banido Ricardo Zaratini que, há 20 anos não faz outra coisa que pregar a REVOLUÇÃO COMUNISTA.

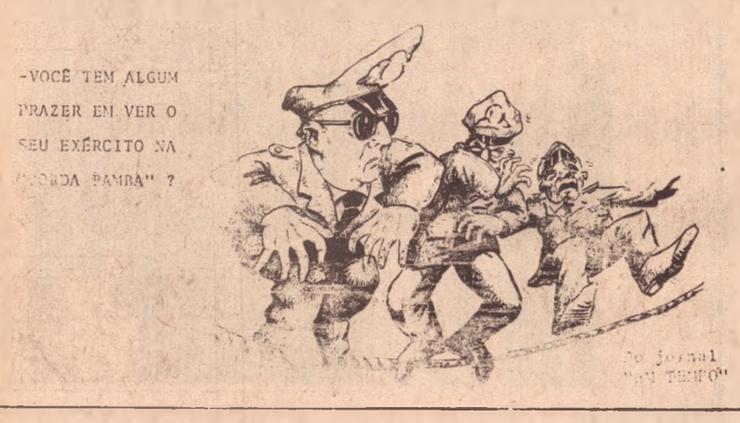
A verdade é que, com a campanha tão bem conduzida, inclusive, com a conivência do Arcebispo de São Paulo (consciente ou não) e sua Comissão de Justiça e Paz, infelizmente, para a opinião pública, - QUEM MENTE É O GENERAL.

A QUE PONTO CHEGAMOS! E quantos companheiros não estarão ao menos a duvidar com quem está a VERDADE?"

A edição de número 11 do semanário EM TEMPO parece estar enquadrada nesta ética de **Rumo à Tropa,** pois foram reproduzidas duas ilustrações referentes à matéria "Inquietação Militar", que retrata a racha no meio militar.

RUMO A TROPA

JUN 78



PENA DE MORTE EM NOVO JULGAMENTO

Na linha de montagem

Um dia de batente do funileiro Jesus Paredes Soto, na Crysler de São Bernardo do Campo, em 1974.

O texto abaixo é de autoria de Jesus Soto. São registros e reflexões de um operário sobre sua própria experiência concreta, sua jornada de trabalho. E ainda: a trajetória de um jovem que – de repente – vê seus amigos na mira da repressão, depois de 1964, depois de 1968, e que acaba optando pela militância política e pela clandestinidade.

“Quero apresentar aqui um dia ou noite de trabalho da minha seção quando funileiro de acabamento da seção de pintura da Chrysler em 1974. O horário era das 17h30m até as 7h do outro dia, quando a outra turma pegava. Estas se alternavam de 15 em 15 dias. Na mudança das turmas a linha não parava. O horário da noite, por si só penoso, era muito mais ainda pela extensão do tempo e do ritmo de trabalho, que era acelerado. Diziam que "à noite não há fiscais nem reclamações".

*Fui vítima de uma suspensão de três dias, perdendo o domingo, (o chamando **gancho**) não por chegar atrasado e marcar o cartão em vermelho, mas sim por chegar à linha atrasado três vezes seguidas; mas não passando nenhuma das vezes de cinco minutos. Fui obrigado a assinar este **gancho** com a ameaça de que simplesmente seria despedido caso não assinasse. A cada mudança de turma (duas em cada mês) perdíamos 13 horas de trabalho.*

Sendo a fábrica constituída de um conjunto articulado, acredito que tais fatos se repetissem nas outras seções. Das 23 às 24 horas era o horário do jantar. Pelas condições do refeitório e pela quantidade de seções, formavam-se grandes filas que consumiam grande parte do horário destinado à refeição, sobrando muitas vezes apenas 10 minutos para a própria alimentação. Havia um outro refeitório conjugado, de igual tamanho, destinado ao pessoal de escritório; embora este pessoal não trabalhasse durante a noite. Esse refeitório permanecia fechado enquanto o outro encontrava-se superlotado, ocasionando que muitos companheiros permanecessem suados, expostos à chuva ou ao frio.

Depois da janta, até 7 horas da manhã, havia apenas uma parada da linha, de 10 minutos, em que nos davam café e pão com manteiga. Esses 10 minutos tinham que ser aproveitados por todos, também, para ir aos sanitários, os quais ficavam superlotados. Nestes sanitários não havia, também, nenhum material de higiene. Esta parada ocorria às 5 horas e, após ela, o trabalho continuava até a chegada da próxima turma, às 7.

“Se você não tá dando conta...”

O tempo decorrido entre a passagem de dois carros era de 48 a 56 segundos. No caso de minha seção, a tarefa a ser cumprida por cada um neste período variava em torno de 5 a 8 defeitos por carro, que deveriam ser corrigidos manualmente devido à impossibilidade de contar com lixadeira elétrica pelos gases que saíam das estufas de pintura.

Cada seção tinha um espaço determinado onde deveria ser cumprida a tarefa. Caso o limite deste espaço fosse ultrapassado antes de terminada a tarefa, acendia-se uma luz vermelha e tocava uma sirene (idêntica às existentes nos carros policiais). O carro era retirado da linha e o operário era ameaçado pelo chefe de seção: "se você não tá dando conta, existem outros lá fora que poderão fazer"; "a fábrica não pode parar pela sua incompetência", "se você não é profissional, outros lá fora são", etc... Quando os defeitos eram numerosos, ficava-se durante horas e horas entre a sirene e o trabalho a vencer, até que com um esforço ainda mais acentuado, conseguia-se recuar até a margem oposta à sirene, e sair do olhar vigilante do homem que a acionava. Em outras seções, as máquinas eram reguladas no ritmo máximo(e algumas até adaptadas para ainda maior velocidade) e seu controle de parada era privilégio do chefe, impondo desta maneira seu ritmo ao operário.

Quando se fala acima na retirada de carros da linha, não se deve entender que, por isso, ficava alguma vaga, pois qualquer vaga assim deixada era imediatamente preenchida por carros que eram recuperados aos sábados e domingos (quando a fábrica funcionava, mas a linha não andava) e colocados em locais apropriados para a imediata reposição.

Na seção de funilaria o ritmo acelerado da linha (que é o mesmo de toda a fábrica) obriga estranho procedimento: os companheiros que trabalham na solda, embora recebam da fábrica óculos de segurança, são obrigados a não utilizá-los para não perder tempo em pô-los e retirá-los para poder ver o defeito e para poder soldar. Levando em conta que isto era feito durante uma jornada de 13 horas diárias, pode-se deduzir em quão pouco tempo o companheiro estará certamente cego ou inutilizado para esta tarefa. Diante deste ritmo acelerado e contínuo pode-se facilmente perceber o desgaste nervoso e emocional que isto acarreta, sendo frequentes as crises de choro, histeria e às vezes coisas mais sérias. Eu mesmo presenciei um companheiro ter um verdadeiro acesso de loucura, rasgando seu macacão subindo em cima dos carros, amassando os tetos, dando joelhadas nos pára-lamas, enquanto mordia um arame que lhe fez sangrar a boca, tendo sido necessário ser subjugado à força para ser levado dali.

Na mesma noite, na mesma seção onde isto ocorreu, a saída deste operário causou o aumento de trabalho para os outros, e a tal ponto que outro operário de 40 anos mais ou menos, terminou por ter uma crise de nervos, gritando e chorando ajoelhado, pedindo a Deus que o levasse dali. Estes fatos logicamente não são exclusivos de minha fábrica e as estatísticas de acidentes e de casos de aposentadoria por loucura, no Grande ABC, estão aí para provar.

A continuidade do movimento da linha e a absorção que o trabalho impõe ocasiona, mesmo após a jornada de trabalho, já na rua, a perda do referencial das coisas (impressão de que os postes da rua se encontram em movimento, na mesma velocidade da linha e em sentido contrário; dificuldade de caminhar olhando para o chão, pois dava a sensação deste estar se movimentando também). Lembro ainda que este ritmo acelerado da linha impedia qualquer interrupção do trabalho, quer fosse para ir aos banheiros, quer fosse para fumar etc... Ainda quanto à velocidade da linha, ocorria que na primeira hora de trabalho (tanto no começo da jornada como depois da refeição) o ritmo era menor do que nas horas subsequentes, para favorecer uma adaptação progressiva.

Prova de periculosidade: o homem é operário!

Morava no Rio Grande do Sul com minha mãe viúva, e era a fonte de sustento dela. A partir do golpe de 1964, e com a posterior prisão e tortura de amigos, em 68 passo a ser procurado pelos órgãos de segurança, como aconteceu com outras pessoas que pelas suas idéias se opunham ao golpe.

Valendo-me da minha profissão -funileiro- e da irresponsabilidade do Ministério do Trabalho que tem uma maioria, senão toda uma equipe de fiscais corruptos, pude sobreviver trabalhando sem nenhuma documentação. A cada prisão de um amigo, sabendo das torturas por que passavam, eu me convencia de não apresentar-me às autoridades, resolvendo assim permanecer. Em tais condições vim a conhecer minha esposa.

Em 72, agora já efetivamente ligado a uma organização que lutava pela organização independente da classe operária e pelos seus interesses históricos, pude obter documentação falsa para mim e para minha esposa (já agora também procurada por minha causa). Com esta documentação nos casamos e registramos nosso filho nascido em 73. A esta altura já trabalhava, com carteira assinada, na Rudcar, vindo depois a trabalhar na Chrysler, onde fui preso.

Locais onde trabalhei: Importadora e Comércio de Veículos (autorizada Willys) em Canoas, Rio Grande do Sul, até o fechamento da firma em 69; no Rio de Janeiro: Oliveira e Nascimento Oficinas de Mecânica e Lanternagem, na Av. das Bandeiras; Oficina Mecânica Cabral em Nova Iguaçu; Auto-Iguaçu (autorizada Volkswagem); e várias outras oficinas menores onde trabalhava por empreitada.

Em todas as pequenas oficinas e mesmo nas médias (como, por exemplo, as autorizadas), foi uma constante o trabalho sem carteira assinada ou qualquer outro direito legal trabalhista, inclusive para os menores. As mudanças de um local para outro ocorriam geralmente em função de noticiário jornalístico envolvendo meu nome, ou quando um freguês policial ou semelhante fazia indagações sobre documentação etc.

Na Chrysler, ao preencher a ficha já se tinha que aceitar fazer horas extras, caso contrário, nem se enchia a ficha. Sendo aprovado no teste (que dura várias horas, as quais não são pagas), o mesmo problema era colocado de outra forma: "se não fizer horas extras, não tem condições de continuar"; consequentemente a carga de horas extras média atingia de 130 a 140 horas mensais. Isto consta nos autos do meu processo, inclusive é utilizado como prova da minha periculosidade.

Havia repressão acintosa e generalizada, dentro da fábrica: celas de prisão, pau-de-arara com magneto e outras modalidades de tortura. Qualquer operário que durante o trabalho fosse surpreendido noutra seção, sem autorização do chefe (autorização às vezes feita por escrito), era levado para estes locais semi-disfarçados em depósitos "thynner" e interrogado. Dependendo da gravidade, isto é, se apanhado com uma arruela ou parafuso saindo da fábrica já era na verdade espancado lá mesmo para denunciar companheiros e outros supostos roubos que eram feitos descaradamente pelos chefes com consentimento da guarda.

Em suma, o operário ia para a rua sem direito a nada, espancado e obrigado a assinar confissões, estas já na delegacia policial, saindo como ladrão. A revista era na saída da fábrica, havia vistoria nos armários e caixas de ferramentas. Isso era apenas a parte mais bonita de uma repressão política efetuada por uma rede de alcaguetes e especialistas do DOPS.”

O operário Jesus Paredes Soto e a socióloga Sônia Eliana Lafoz (hoje vereadora na França) serão julgados no próximo dia 17, no Rio de Janeiro. Sem qualquer prova que os condene, a não ser depoimentos alheios, arrancados sob torturas durante os interrogatórios de um IPM chefiado em 1970 pelo então general de brigada Hugo Abreu, eles são acusados de participação no sequestro do embaixador da Alemanha no Brasil. Penas previstas: prisão perpétua ou pena de morte.

No próximo dia 17, quinta-feira, reúne-se o Conselho de Sentença da 1ª Auditoria do Exército do Rio de Janeiro, desta feita para julgar o processo 79/70, onde os réus - o operário Jesus Paredes Soto e a socióloga Sônia Eliana Lafoz - poderão ser condenados à pena de morte ou prisão perpétua, conforme reivindica o Procurador Militar Mário Mattos Cortez.

Jesus encontra-se na prisão desde abril de 1974, tendo sido detido em São Bernardo do Campo (SP), onde então trabalhava como funileiro da indústria automobilística Crysler. Sônia, exilada desde 1971, adotou posteriormente a cidadania francesa e em março do ano passado foi eleita vereadora em Villetaneuse, arredores de Paris.

“Brasil grande”

O processo 79/70 trata do sequestro do ex-embaixador alemão no Brasil. Ehrenfried Von Holleben, em 11 de junho de 1970, no Rio de Janeiro. Na ocasião, disputava-se a Copa do Mundo no México, enquanto aqui o governo Médici ensaiava os passos do "milagre" e do "Brasil Grande". Os dias seguintes ao sequestro foram dias tensos, marcados pela operação **pente-fino** levada adiante por um gigantesco aparato repressivo que tomou conta da cidade, efetuando inúmeras batidas e prisões. Mas, cedendo afinal à exigência do "Comando Juarez de Brito", que assumira a autoria do sequestro, o governo libertou 40 prisioneiros políticos em troca dele Von Holleben.

Imediatamente, para apurar as responsabilidades da ação, instaurou-se um Inquérito Policial Militar (IPM), presidido pelo general Hugo Abreu (o mesmo que hoje articula a Frente Nacional de Redemocratização), cuja fase policial - de interrogatórios - esteve a cargo da Marinha e do Exército. Meses depois, na Auditoria Militar, os implicados no referido IPM iriam denunciar o tipo de tratamento a que foram submetidos durante os "interrogatórios". José Roberto Rezende disse: "...as declarações prestadas no IPM foram sob torturas e não representam a verdade". E Manoel Henrique Ferreira foi além: há dois anos o **Jornal do Brasil** publicou um longo relato onde ele descreve detalhadamente o processo de demolições física e psicológica por que passou.

Apesar disso, José Roberto, Manoel Henrique e também Alex Polari, que estão presos no Rio de Janeiro, foram condenados à prisão perpétua. Mas um outro indiciado no processo, se já não estivesse morto, teria sido condenado à morte. A sentença foi curta e grossa: "...Eduardo Leite, codinome **Bacuri**, se vivo estivesse seria condenado à morte" (conferir EM TEMPO nº 21, págs. 6/7: segundo depoimentos de presos políticos, Eduardo Leite foi assassinado em São Paulo, após quatro meses de prisão; ou seja, - aplicaram-lhe **de fato** a pena de morte).

Penas da lei

Constou ainda da sentença do processo 79/70, em seu primeiro julgamento, que "os indiciados Sônia Eliana Lafoz e Jesus Paredes Soto não foram denunciados" - por se reconhecer a falta de provas contra eles. Entretanto, em 15 de março do ano passado, sete anos depois, reabre-se o processo contra Sônia e Jesus, os quais estariam incursos no art. 28, parágrafo único, do Decreto-Lei 898, de 29/09/69 (pena de morte ou prisão perpétua).

Segundo a advogada Eny Raimundo Moreira, também presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia - CBA, Rio de Janeiro -, que defenderá no próximo dia 17 os dois acusados deste segundo **round** do processo, continua não existindo nos autos qualquer peça que os envolva no sequestro ocorrido em 1970. Mas o Promotor Militar, ainda assim, esbraveja em seu despacho: Jesus e Sônia "estão denunciados e incursos nas penas do art. 28".

A pena de morte e a prisão perpétua, atualmente vigentes, foram instituídas pelo Decreto-Lei 898, de 29 de setembro de 1969, ou seja, pela chamada "Nova Lei de Segurança Nacional". Na ocasião, o argumento apresentado para tentar justificar a medida era de que o regime (já autoritário) precisava se armar mais ainda para enfrentar os "focos de luta armada". Preparou-se então a "fórmula legal adequada para a situação", coisa feita sem maiores problemas, pois o regime dispunha como ainda dispõe dos mecanismos arbitrários dos Atos Institucionais (no caso, os AIs 5 e 12).

De lá para cá, a pena de morte ainda não foi executada **legalmente** nenhuma vez, pois os órgãos da repressão preferiram executá-la **de fato, através** da eliminação sumária de mais de 200 opositores políticos do regime - segundo denúncia feita pela Anistia Internacional. Mas a ameaça do Decreto-Lei 898 permanece de pé, inclusive o seu art. 28, que evidencia o caráter ditatorial do regime, ao dar-lhe cobertura jurídica para matar aqueles que lhe fazem oposição.

Quem julga quem?

Na realidade, a não aplicação prática da legislação da pena de morte nos últimos anos nada tem a ver com a "clemência da regime", mas - sim - com a sua incapacidade política de **assumir** os fuzillamentos previstos pela Lei de Segurança Nacional.

O primeiro condenado à morte, em 1971, foi o estudante Teodomiro dos Santos. Em seguida, porém, o Superior Tribunal Militar reformularia a sentença, transformando-a em 30 anos de prisão. Já o caso de Teodomiro, até hoje preso em Salvador (BA), foi alvo de ampla campanha de protestos no Brasil e no exterior, a ponto de impossibilitar a confirmação da pena máxima por parte do Superior Tribunal Militar. Enfim, os protestos específicos e - depois - as conquistas dos diferentes movimentos de contestação ao regime, o revigoramento das lutas reivindicatórias e por liberdades democráticas, acabaram revogando - na prática - a lei seca da pena de morte.

Contudo, assim como a "lei de greve", esta "lei da pena de morte" ainda se mantém enquanto instrumento de intimidação para tantos quantos ousam enfrentar arbitrariedade. No pacote de reformas" recentemente colocado na praça, anuncia-se que o governo estaria afinal disposto a retirar da legislação o "direito de matar adversários". Entretanto, no julgamento de Jesus e Sônia, dia 17, o que joga não é só uma questão jurídica, nem apenas a liberdade ou a vida de um operário militante e uma socióloga apoiada por mandato popular. O processo - um fato político - implicará sobretudo no julgamento público do próprio regime autoritário que agora tenta travestir-se com a máscara da auto-reforma. (J.B.)

A lei seca

"...sairá da prisão... e terá os olhos vendados, salvo se o recusar, no momento em que tiver de receber as descargas".

I - Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei 898, de 29/09/69):
Dos crimes e das penas:
Art. 28 - Devastar, saquear, assaltar, roubar, sequestrar, incendiar, depredar ou praticar atentado pessoal, ato de massacre, sabotagem ou terrorismo.
pena: reclusão de 12 a 30 anos.
parágrafo único: Se da prática do ato, resultar morte:
pena: prisão perpétua em grau mínimo e, morte, em grau máximo.

– O Capítulo IV da Lei de Segurança Nacional trata exclusivamente do processo dos crimes punidos com a pena de morte e de prisão perpétua, em 26 artigos. A Lei de Segurança Nacional tem 107, dos quais 26 são sobre o processo da pena de morte e sete são definições dos crimes enquadrados em tal pena.

– Quem nomeia os militares que vão compor o Conselho de Justiça Militar, quando o crime é de pena de morte, é o Ministro da respectiva arma. Assim se o Conselho é de Marinha é o Ministro da Marinha. (artº 84)

"O acusado poderá dispensar a assistência de advogado, se estiver em condições de fazer a sua defesa". (artº 92)

– "A pena de morte somente será executada trinta dias após haver sido comunicada ao Presidente da República, se este não a comutar, em prisão perpétua a sua execusão obedecerá ao disposto no Código de Justiça Militar". (artº 104)

II - Código de Processo Penal Militar: Capítulo III

Disposições especiais relativas à Justiça Militar em "tempos de guerra".
Art. 707 - O militar que tiver de ser fuzilado sairá da prisão com uniforme comum e sem insígnias, e terá os olhos vendados, salvo se o recusar, no momento em que tiver de receber as descargas. As vozes de fogo serão substituídas por sinais.

Parágrafo primeiro. O civil ou assemelhado será executado nas mesmas condições, devendo deixar a prisão decentemente vestido.
Parágrafo segundo: Será permitido ao condenado receber socorro espiritual.

Art. 708 - Da execusão da pena de morte lavrar-se-á ata circunstanciada que, assinada pelo executor e duas testemunhas, será remetida ao comandante-chefe, para ser publicada em boletim.

“Minha defesa, minha liberdade, minha vida”.

Fala o réu: "...a única defesa com que eu posso contar é a denúncia dessa lei de exceção, utilizada agora, mais uma vez, como meio de intimidação e pressão contra o movimento popular".

"**Aos jornalistas do EM TEMPO:**

Eu sou um dos presos políticos que assinaram o documento de denúncia dos 233 torturadores publicado por esse jornal.

Meu nome é Jesus Paredes Soto, sou espanhol, tenho 29 anos e sou casado com Eulina Lira Rocha, com quem tenho um filho, Luciano, de 5 anos.

Eu fui preso no dia 23 de abril de 1974, na minha casa, em São Bernardo do Campo. Naquela ocasião eu exercia a minha profissão de operário-funileiro na fábrica de automóveis Crysler, naquela cidade. Fui acusado e condenado a 3 anos de prisão por estar dedicado à organização da classe operária, através do trabalho político junto aos meus companheiros de fábrica.

Essa pena eu terminei de cumprir em abril de 1977, quando então deveria ser posto em liberdade. Entretanto, valendo-se de um processo forjado e de depoimentos arrancados sob tortura de pessoas presas em 1971, ano da mais brutal repressão, a Justiça Militar abriu contra mim outro processo. Tratava-se, nem mais nem menos, do sequestro do embaixador da Alemanha no Brasil, ocorrido naquele ano, no Rio de Janeiro.

Passados sete anos, tendo eu já cumprido minha pena em São Paulo, sem ser sequer ouvido sobre aquele fato, seu surpreendido com a transferência para o presídio do Rio de Janeiro, onde me encontro até agora. Muito embora o processo não reúna nenhuma prova contra mim, o Juiz Auditor da 1ª Auditoria do Exército aceitou a denúncia do Promotor que me enquadrava no artigo 28 da Lei de Segurança Nacional, cuja pena é prisão perpétua ou morte por fuzilamento. Chegou agora o dia do julgamento: 17 de agosto.

Não vou insistir para vocês na brutalidade da LSN, instrumento de violência do regime militar. Também não preciso destacar o seu aspecto mais acintoso: a tentativa de legalizar o direito de matar os opositores políticos. Eu sei, porém, que a única defesa com que eu posso contar é a denúncia dessa lei de excessão, utilizada agora, mais uma vez, como meio de intimidação e pressão contra o movimento popular.

Confio, então, a iniciativa dessas forças populares e desse seu importante porta voz a necessidade de uma ampla denúncia da LSN e do seu aspecto mais brutal como a forma que eu vejo de garantir a minha defesa, minha liberdade e minha vida.

Presídio Político do Rio de Janeiro, 27 de julho de 1978"

Jesus Paredes Soto

O “DESAPARECIMENTO” DE FERNANDO SANTA CRUZ

“Por que papai não voltou mais para casa?”

Esta pergunta foi repetida durante muito tempo pelo garoto Felipe, hoje com seis anos de idade. Seu pai chamava-se Fernando Augusto de Santa Cruz de Oliveira, era estudante de direito e trabalhava no Departamento de Águas e Energia do governo estadual de São Paulo. Desapareceu em fevereiro de 1974, numa época em que sofria perseguições dos órgãos de segurança. Nem Felipe, nem a família, voltaram a ver Fernando. Nesta reportagem, a dolorosa via-crucis da família para tentar localizá-lo e responsabilizar o governo pelo seu desaparecimento. "Concluímos pela dura realidade do assassinato de Fernando pelos órgãos de repressão", afirmam seus familiares, que prestaram a EM TEMPO um depoimento sobre o caso.

Fernando

"Felipe tinha apenas 1 ano e 11 meses quando seu pai foi preso. Durante muito tempo, acordamos com sua vozinha aflita chamando pelo pai e nos perguntando: "por que papai não voltou mais pra casa? Por que não posso mais vê-lo?. Ou então: "mamãe, diz pra ele que eu sinto muita saudade ".

Hoje, Felipe já fez seis anos e viveu durante todo esse tempo junto da gente, todo o drama da luta pelo reconhecimento, por parte do governo, da prisão de Fernando. Com o tempo Felipe acabou por saber que o pai havia sido preso, e depois de anos de espera concluiu para um dos seus amiguinhos: "a polícia matou meu pai, só que eu não sei porquê. Mamãe disse que quando eu ficar grande eu vou entender."

O pai de Felipe chamava-se Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira. Tinha 25 anos, era estudante de direito e trabalhava no Departamento de Águas e Energia Elétrica do governo do Estado de São Paulo, quando foi preso no dia 23 de fevereiro de 1974 no Rio de Janeiro, em companhia de Eduardo Collier Filho. Fernando saiu de casa do irmão Marcelo por volta das 15h30. Explicou para Ana, sua mulher, que iria ao encontro de Duda (apelido de Eduardo) e estaria de volta impreterivelmente antes das 18 horas pois o encontro estava marcado para 16 horas. Todos da família sabíamos que Eduardo estava sendo bastante procurado pelos órgãos de segurança, acusado em processo da Ação Popular Marxista Leninista-APML. Fernando não voltou na hora prevista e não mais foi visto a partir deste dia.

Sabedores de que Fernando tinha ido ao encontro de Duda entramos em contato com os familiares deste e tivemos, então, certeza da prisão dos dois companheiros, uma vez que Eduardo também desaparecera: tinha sido sequestrado e seu apartamento revistado por elementos desconhecidos que levaram livros e papéis.

A partir daí começou nossa busca interminável, que dura até hoje, na tentativa de localizá-los e de que os órgãos de repressão, que os havia prendido, lhes reconhecessem as prisões para que os mesmos fossem a julgamento.

Por causa de tudo que vivemos, experimentamos e sofremos, durante todo esse período da prisão e "desaparecimento" de Nando até hoje todos nós mudamos muito no modo de pensar, de agir, de encarar a vida. Nossos conceitos de política, visão e ação diante do mundo em que vivemos se transformaram. Diante desta brutal realidade que nos atingiu, forjou-se em cada um de nós alguns ainda adolescentes uma nova consciência crítica que nos tem levado a assumir a vida, com um compromisso hoje muito mais firme de combater toda a injustiça e opressão.

E já nasceram alguns Fernandos e Fernandas filhos nossos, de amigos e companheiros de Fernando... um jeito de homenageá-lo, uma forma de vê-lo continuar..."

A solidariedade de parentes, amigos e vizinhos.

É uma história longa até de se contar, pois muitos detalhes se perderam com o tempo, ou melhor, perderam a força que tinham no início e o pior é que as palavras já não conseguem expressar os sentimentos experimentados.

É importante lembrar que muitas pessoas nos ajudaram a suportar o sofrimento e a continuar a lutar. Muitas delas, no início, nem acreditavam que o governo e os militares andassem por aí a torturar e até a matar às escondidas em cárceres fechados. Gente como Fernando, que eles conheciam, amavam e respeitavam.

No nosso desespero buscamos todos aqueles que pudessem nos ajudar, batemos em todas as portas possíveis e impossíveis. Desta forma muitas pessoas – algumas com influência e acesso aos militares do poder –, diante de nossa angústia, se dispuseram a ajudar. Para nós, naqueles dias a atividade de principal era sair dia e noite, cada um de nós para um lado, numa busca incessante e desesperada de ajuda e informações. Conseguimos, assim, envolver muita gente na procura do paradeiro de Fernando, desde militares e parlamentares ligados ao governo até padres e líderes da oposição que se dispuseram a nos ajudar e a acionar seus próprios esquemas. Assim, o caso de Fernando chegou ao conhecimento do presidente Geisel; do então chefe do SNI, general Figueiredo; do general Golbery, com quem estivemos pessoalmente em agosto. É incontável o número de pessoas e entidades que nos prometiam notícias, inclusive até pessoas que trabalhavam no DOI e DOPS, etc. As estórias são fantasticas, macabras, kafkianas. Nem vale a pena reconstituí-las. No entanto, disto tudo restou uma coisa que ficou muita clara para nós. Todos os que chegavam perto da verdade dos fatos se horrorizavam, grande parte caia fora, pediam para não ser mais procurados, a coisa era séria demais para poderem resolver... Outros, ao se depararem com a brutal realidade a que eram submetidos aqueles que caíam nas mãos da polícia política brasileira, revoltavam-se como nós mas se diziam impotentes para mudar alguma coisa e por isso calavam-se, omissos. Outros juntavam-se à gente nas denúncias que se podiam fazer daquela época, onde havia uma censura ferrenha. Houve muitos pronunciamentos de senadores e deputados da oposição, várias notícias em jornais estrangeiros e depois na imprensa nacional.

Contato com a Cruz Vermelha do Brasil

No dia 26 de abril de 1974, os familiares de Fernando e Eduardo solicitaram auxílio da Cruz Vermelha, através de um dos seus diretores, professor Jacinto Gomes, pois sabia que este já havia intercedido favoravelmente em casos semelhantes. Jacinto Gomes informou que Fernando e Eduardo estavam realmente detidos pelos órgãos de segurança para averiguações sobre supostas vinculações com movimentos subversivos e que um mês antes Fernando havia necessitado de cuidados médicos. Tais informações tinham sido fornecidas por um coronel do Exército, seu contato, que havia visitado Fernando e Eduardo no local da prisão, de acordo com o professor Gastão Jacinto Gomes. Este mesmo coronel exigia que seu nome não fosse revelado.

Os encontros de familiares com o professor Gastão repetiram-se e neles afloravam muitos detalhes sobre as condições em que encontravam Fernando e Eduardo. Até que, num certo dia, ele pediu à família que não mais o procurasse, pois o tal coronel não lhe daria mais informações. "Esta história - dizem os familiares - não nos convenceu e hoje achamos que a Cruz Vermelha poderia auxiliar-nos a esclarecer este episódio relatado pelo professor Gastão."

O encontro com Golberi

Em agosto de 74, através de D. Paulo Evaristo Arns, a família conseguiu uma audiência com o General Golberi em Brasília, na sede da CNBB, com a presença de 10 famílias de "desaparecidos" - entre elas as famílias de Honestino Guimarães, Paulo Wrigth, David Capistrano, José Roman, Eduardo Collier, Ieda Santos Delgado, e outros. Estavam presentes além do cardeal, o advogado José Carlos Dias e o professor Cândido Mendes, representando a comissão de Justiça e Paz. Durante a entrevista, cada uma das famílias presentes expôs os indícios relativos à prisão e desaparecimento do seu familiar. "O general escrevia, fazia perguntas, anotava na lista que D. Paulo lhe entregara com 22 nomes, demonstrando desconhecimento e surpresa ao saber que havia sequestros bem recentes, isto é, já no governo Geisel. Ante o nosso apelo, o general disse que daria uma resposta no prazo de um mês. Esta resposta nunca chegou aos familiares.

OEA e Falcão

Em 15 de junho de 74 foi enviada à OEA, através de sua Comissão Internacional de Direitos Humanos, carta relatando as prisões e desaparecimentos de Fernando e Eduardo na qual solicitávamos a intervenção deste organismo. O caso foi protocolado sob o número 1844. A Comissão solicitou ao governo brasileiro pronunciamento sobre o caso em 14/8/74, reiterando o pedido em 17/12/74. Até o dia 6/2/75 o governo não havia dado resposta à OEA e solicitava prorrogação do prazo previsto pelo artigo cinco do regulamento da Comissão. Neste mesmo dia pela manhã o Ministro Armando Falcão emitia uma nota pública referindo-se a 27 desaparecimentos onde afirmava que Fernando e Eduardo eram militantes da APML e encontravam-se na clandestinidade, sendo procurados pelos órgãos de segurança.

As famílias escreveram ao Ministro contestando o teor da nota: "O teor da nota oficial expedida por V. Excia. no que se refere ao meu filho perpetua a incerteza de seu destino, razão pela qual sinto-me na obrigação de assumir, na qualidade de mãe, a sua defesa já que ele não pode se manifestar. Mas faço também imbuída dos princípios de justiça e verdade que são postulados sagrados que norteiam o comportamento humano. A afirmação – "encontra-se na clandestinidade", a ele atribuída, é paradoxal e para contestá-la informo a V. Excia. que: Fernando Augusto era funcionário do Departamento de Águas e Energia Elétrica de S. Paulo, residente à rua Diana 698, bairro Perdizes, S. Paulo, tendo, portanto, residência e emprego fixos (...). Sr. Ministro: – que clandestinidade seria esta que transformaria um filho respeitoso, carinhoso e digno em um ser cruel e desumano que desprezaria a dor de sua velha mãe, a aflição de sua jovem esposa e o carinho de seu filho único e muito amado? É fácil concluir que qualquer pessoa, mesmo perseguida, em qualquer lugar onde estiver teria como enviar uma palavra de calma e tranquilidade aos seus familiares. Não posso aceitar pura e simplesmente o argumento de V. Excia."

CPI dos Direitos Humanos

Inconformados com a nota do ministro Armando Falcão, no dia 21 de fevereiro de 1975 familiares de pessoas desaparecidas enviaram carta ao MDB solicitando uma CPI. Um dos trechos desta carta é o seguinte: "... Crentes em que o poder legislativo tem uma função insubstituível para a conquista dos ideais democráticos e da paz social e confiantes na disposição do MDB de cumprir o papel que lhe cabe é que estamos dispostos a colaborar no que for de nossa alçada com uma CPI que se disponha a trazer uma solução completa e definitiva para a incerteza e desespero que estes desaparecimentos nos vêm causando..."

Alguns parlamentares, entre os quais Lisâneas Maciel e Alencar Furtado defenderam arduamente o caráter prioritário da CPI. No entanto, esta iniciativa não deu em nada. Acreditando "no processo de distensão do General Geisel" e achando que "o momento não é adequado" as principais lideranças do MDB – Ulisses Guimarães e Laerte Vieira vacilaram e não levaram consequentemente a posição de constituir a CPI até o fim. Ainda hoje achamos que é necessário uma CPI dos Direitos Humanos para esclarecer casos como o de Fernando e de outros.

As ameaças e prisões sofridas pela família

Durante o tempo que estiveram à procura de Fernando, seus familiares sofreram série de pressões e ameaças. Quando estas não eram diretas, eram acusados de injuriar o Exército e de forjar 'maldosamente' fatos em relação ao desaparecimento de Fernando. Esta acusação foi feita pelo próprio Comandante do II Exército, General Ednardo D'Ávila Mello, através do Tenente Coronel Horus Azambuja que no dia 12 de dezembro de 1974 assim respondeu à um pedido de "esclarecimento sobre a situação de Fernando feito pelos seus familiares: "Na correspondência acima referida são formuladas acusações e insinuações atentatórias à dignidade de uma instituição que se orgulha de ser talvez a mais característica e representativa do povo brasileiro... a carta datilografada em 10 de outubro de 74 e dirigida ao eminente brasileiro marechal Juarez Távora deixa dúvida quanto a autoria do missivista, uma vez que seu conteúdo contundente na agressividade, nas acusações e nas minúcias, apresenta uma sequência maldosamente elaborada de fatos... provavelmente não terão sido escritos pela mesma pessoa o que vem concorrer em desabono de sua autenticidade... Aproveitamos ainda a oportunidade para lembrar a V.S. que o Exército não dispõe de cárceres nem carcereiros como pejorativamente alude aos guardas dos elementos detidos em seus quartéis".

Não bastasse a apreensão e desespero pelo desaparecimento de Fernando, membros da família foram presos e torturados no DOI/CODI pelas equipes do Cap. Ubirajara e Dr. Homero em abril de 74. Nesta ocasião, estranhamente nada nos foi perguntado sobre Fernando embora, segundo o Ministro Armando Falcão ele estivesse na "clandestinidade". Poucos dias depois fomos soltos sem inquérito.

Não há o que perdoar. Não há o que esquecer.

Diante dos fatos narrados, das evasivas, das respostas negativas concluímos pela dura realidade do assassinato de Fernando pelos órgãos de repressão.

Num momento em que vários setores da sociedade brasileira lutam pela anistia acreditamos, que não há o que perdoar, não há o que esquecer, não há pacificação possível. Sabemos que os mortos não reviverão, não voltarão ao nosso convívio por mais que se queira. Por isso, o mínimo que se exige neste momento é a apuração das responsabilidades e punição dos culpados; não só dos torturadores mas de todos aqueles que de uma forma ou de outra contribuem para a existência dos órgãos de repressão. Assim, achamos que a luta pela anistia deve considerar necessariamente o desmantelamento total dos órgãos de repressão para que não aconteçam outros casos como o de Fernando.

A tortura não é pura e simplesmente fruto de uma ou outra mente doentia mas ela é num dado momento um dos métodos que a classe dominante lança mão para garantir a manutenção de seus privilégios.

Hoje mais do que nunca sabemos que Fernando morreu por lutar pela construção de uma sociedade onde não haja exploração de uma classe pela outra.

Exílio: choque cultural, choque elétrico.

O baiano Fernando Batinga chega ao Brasil e conta suas experiências como andarilho involuntário pela América Latina e Europa. Fala da ansiedade dos exilados em regressar urgente. E denuncia a ajuda prestada à polícia chilena por torturadores brasileiros.

Os olhos inquietos do ex-exilado falavam mais que suas palavras. Transbordavam inquietação, vida, entusiasmo pela volta à terra, Brasil/Bahia. Conversamos como velhos amigos (que não éramos). Reconhecíamo-nos, talvez, no sofrimento passado e na alegria do presente (cadeia e exílio, sempre a separação da vida). Sua mãe e seu pai eram rostos sorridentes, vendo o filho retornar vivo, são, cheio de falação, acreditando no futuro.

Do Brasil 70 ele resolveu se mandar. Destino: Chile, via Argentina e Uruguai. Não dava mais pé: era uma sucessão sem fim de represálias e perseguições que não lhe permitiam mais viver no País. Tudo empurrava para fora, sem apelação. E começou a longa odisséia, envolta pela tristeza de abandonar a própria terra, sua cultura, deixar de lado as raízes profundas. Buenos Aires, outro mundo, vasto mundo ("onde tem mais livrarias que em todo o Brasil"). O Chile – a maravilhosa experiência de ver a classe operária efetivamente mobilizada e uma democracia funcionando "com instituições estáveis que atravessavam mais de um século".

Depois, a tristeza do golpe. O Estádio Nacional transformado em campo de concentração. Ali não se dava um tostão pela vida, pelos fragmentos de vida que restavam nos milhares de corpos amontoadas no outrora festivo campo. A completa omissão do governo brasileiro, ou melhor, a ajuda prestada à polícia política chilena por torturadores brasileiros, que foram até lá para torturar brasileiros, especialmente. Graças a Willy Brandt, escapou do inferno. Europa: Alemanha, Portugal, o resto do Velho Continente.

No dia 20 de julho de 1978, depois de passar umas três horas no Aeroporto do Rio de Janeiro, onde fez escala, pousou em Salvador, a querida terra natal. Logo foi intimado a depor na Polícia Federal sobre "assuntos úteis à Justiça Federal". Na cabeça, a idéia de retomar a sua obra de escritor, agora realmente vinculado às raízes de seu povo e outra, tão importante quanto a primeira: contribuir na luta pela democracia que se trava hoje no País. O ex-exilado é Fernando Braga Batinga de Mendonça, nascido em 1943, ex-líder estudantil, ex-poeta, ex-militante cultural, sociólogo, hoje escritor.

No exílio, não deixou de produzir, mas passou de poeta a prosador. "Viagem ao Mundalucinado deste Agora"; "Corpo da Morte"; "Lesebuch Dritte Welt" são algumas de suas obras. "Poranduba", que ele chama de "reinvenção do Brasil", está nas mãos da Gallimard, em Paris, da Bertrand em Portugal e da Paz e Terra no Brasil. Participou, também de "Memórias do Exílio" uma coletânea de depoimentos de exilados brasileiros. No Brasil tinha deixado - poesia - "Convocação da Palavra" e "Canto de Amor e Guerra". Eis a entrevista concedida a EM TEMPO:

Em primeiro lugar, você poderia falar da experiência em sair do País, compelido pelas circunstâncias?

O primeiro exílio – eu tive vários – foi no Chile, onde, imediatamente, aparece a necessidade de sobreviver e a necessidade de adaptar-se enquanto membro de uma cultura, de uma paisagem, de uma experiência histórica completamente diferentes. E ainda a necessidade de vencer o trauma de ter de deixar o Brasil, o trauma da saudade, da nostalgia. Por outro lado, essa experiência que se iniciava era rica tanto no sentido de se poder fazer a comparação entre dois povos distintos, dois processos históricos diversos, como no sentido de obrigar a pessoa a refletir sobre si própria em todos os aspectos, inclusive sobre seus próprios erros e limitações. De repente, você se vê sozinho, tendo que repensar a sua biografia e a história que ficou para trás. Fiquei seis meses sem conseguir emprego, até que fui admitido como sociólogo do Ministério da Habitação no governo da Unidade Popular, fazendo parte de um grupo de pesquisas sobre a organização social dos favelados da Grande Santiago. Um ano e meio após, passei a trabalhar no Departamento de Sociologia da Universidade do Chile, dando seminários sobre política cultural, trabalhando num modelo de política cultural para o País. Até o golpe de setembro de 1973.

E o choque cultural de que falava no início?

O choque começou já na Argentina, um país muito mais maduro do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, amadurecido desde o início deste século. Buenos Aires é uma cidade madura, grave e culta. No Chile, a primeira impressão, ao se chegar a Santiago, é a sua pobreza se comparada, por exemplo, com Buenos Aires. Santiago é mais provinciana. Mas, a segunda impressão é que me marcou. Foi ver o povo do Chile, a classe operária em movimento. Ver as primeiras manifestações da Unidade Popular, ver 100, 300, 500 mil pessoas tomando as ruas. Pela primeira vez na vida a classe operária realmente mobilizada. Tinha muito exilado que chorava à vista dessa movimentação. Eu me lembro que fui a um ato político de solidariedade

aos presos políticos paraguaios e não suportei. Chorei, chorei muito.

No contraste, eu via a nossa pobreza em termos de consciência política e social. E enxergava as possibilidades enormes que tem um povo quando está mobilizado democraticamente em busca de objetivos claros. Democracia burguesa, a do Chile, porque a burguesia detinha as alavancas do poder, mas essas liberdades burguesas não são nada desprezíveis, à medida que permitam a organização popular, em defesa de sua situação econômica e suas aspirações sociais. Quando eu vi o processo político chileno percebi que tudo o que tinha feito até então, em termos de método, estava errado. Eu podia concluir que nunca tinha havido manifestação de massa no Brasil. Compreendi que a libertação da classe operária tem de ser fruto de sua própria luta e não de alguns iluminados de fora. No Chile, as organizações populares eram tão fortes que muitas delas não foram destruídas nem por Pinochet, como os Centros de Mães ou Centros de Vizinhos. Aqui no Brasil a classe operária sempre esteve desorganizada, manipulada, dirigida por alguns corruptos, os pelegos. Nunca conhecemos democracia.

Contudo e apesar de tudo isso, Allende foi derrotado e mais do que ele, o povo foi chacinado.

E então, a chacina, as prisões, o Estádio Nacional?

Com o golpe, prenderam 60 brasileiros. Fui preso como um símbolo – o de ser terrorista, quando nenhum dos 60 preconizavam o terrorismo como saída. Sofri torturas as mais violentas e nunca me acusaram de nada, a não ser a crônica acusação de que tinha ido ao Chile para matar chilenos.

Eram milhares de pessoas presas, um banho de sangue. Ali é que percebi que não se deve expor, em nenhum caso, o povo à chacina. De alguma forma, a política chilena levou o povo a ser chacinado.

Vergonhoso naquilo tudo foi a atitude do governo brasileiro de então, que nada fez para ajudar aos 60 quase cadáveres brasileiros que estavam no Estádio Nacional, quando o Haiti de Baby Doc, o Uruguai de Bordaberry, a Bolívia de Banzer, a Argentina dos militares, todos governos ditatoriais, fizeram alguma coisa no sentido de salvar os seus cidadãos. Dos 60 brasileiros presos, 10 pediram para regressar ao Brasil entre os quais eu me incluía. O vice-cônsul, Lélio Demoro, compareceu ao Estádio e, embora trêmulo de medo, conseguiu anotar os nomes dos que queriam voltar para o Brasil. Com 24 horas depois do nosso pedido, chegavam os bravos rapazes cariocas, especialistas no choque elétrico, melhores ainda no pau-de-arara, cobras no afogamento e quantos mais métodos se possa pensar. E abriu-se uma nova e gratuita página de tortura. Como eu tinha publicado um livro na Alemanha, - Lesebuch Dritte Welt " ou em portugues " Livro de cabeceira do 3º Mundo" – os alemães que me conheciam, quando souberam que eu estava preso, tudo fizeram e conseguiram – para me retirar daquele inferno, onde se conheci alucinações, conheci também a solidariedade, e esta muito mais forte.

Depois, Europa.

Na Alemanha, muita solidariedade, nenhuma experiência política pessoal. Lá fiquei até junho de 1975, de onde segui para Portugal, atraído pelo 25 de abril e pensando em , de alguma forma, reencontrar o Brasil, mas não consegui. Tive um excelente contato com a população e péssimo com o aparelho de Estado. Todas as autoridades portuguesas nunca estiveram à altura daquilo que centenas de exilados portugueses receberam no Brasil durante anos a fio. Criaram problemas de todo tipo para os exilados brasileiros. Quando houve a solidariedade - com Brizola e Flávio Tavares - foi apenas para faturar, obter dividendos políticos.

E os exilados na Europa? Vão voltar mesmo?

Há milhares de exilados que estão ansiosos por voltar . São pessoas que não conseguiram se adaptar na Europa durante todos esses anos e querem retornar, retomar suas raízes e, importante, contribuir para a luta pela democracia que se desenrola hoje no País. Ninguém traz sentimentos de revanche , de ódio ou de violência. Não vêm para aventuras e nem com o objetivo de ensinar a ninguém, mas reaprender um Brasil que não conhecem há muitos anos. Seguramente, eles não darão pretexto a qualquer perturbação antidemocrática. Terão uma participação democrática, clara, legal, aberta. O pessoal já percebeu que o céu não é tão perto. Espera-se que até o fim do ano centenas regressem.

A perspectiva do regresso começou quando começamos - os exilados - a avaliar que a conjuntura era favorável e que, assim, o exílio, a partir desse momento, torna-se artificial. Compreendíamos que já existiam movimentos incipientes de massa na luta pela democracia, que a classe operária começava a dar sinais de vida independente, que setores da classe dominante estavam divididos quanto aos rumos do regime, que a Igreja estava com posições progressistas e que já surgia uma tendência democrática dentro das Forças Armadas. A paciência dos exilados foi se acabando. E os possíveis riscos não impedirão a volta, pois no Brasil estão acontecendo muitas coisas de que os exilados querem participar.

E a luta pela anistia, como a vê?

A anistia é uma necessidade. Quase todos os países antinorte-americanos, mesmo os de governo ditatoriais, estão dando anistia. Acredito que independentemente da eventual boa vontade do Estado, ela tem de ser fruto da luta do povo brasileiro, que tem seus filhos nos cárceres, no exterior, cassados, perseguidos. E mais: estou de acordo com Lula quando ele diz que quem mais precisa de anistia é a classe operária, que acorda às quatro da manhã e dorme à meia-noite. Nós vivemos numa sociedade onde os direitos humanos são violados da forma mais grosseira, chegamos a superar Videla.

E você, especificamente, porque voltou?

Fernando Batinga - Voltei porque o saco estava cheio. A paciência chegou ao fim. E eu como escritor e como cidadão tenho compromisso com o meu país e com minha cultura. O Brasil sempre esteve no fundo de minhas preocupações intelectuais e afetivas e o fato de eu voltar significa retomar as raízes e reinserir-me no processo brasileiro, o que significa, também, lutar pela democracia no Brasil. E os escritores têm a sua especificidade. Muitos escritores alemães, do período hitlerista, como Stefan Zweig e Walter Benjamin, suicidaram-se porque não suportaram a ruptura de raízes.

Venho para reaprender o Brasil, ouvir mais do que falar. E estarei atento aos primeiros passos rumo à democracia e disposto a colaborar para o aflorar de instituições democráticas mais estáveis, que permitiam ao povo brasileiro participar mais decididamente da vida política **(entrevista a Emiliano José e Linalva Maria).**

Secundaristas pedem passagem

"A pior repressão é a familiar"

A utilização do Decreto-lei 477 ou qualquer outro instrumento de exceção para atingir estudantes está bastante desgastada e gera, imediatamente, uma onda de protesto contra sua aplicação. Talvez pensando nisso, o diretor do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, o maior e mais tradicional colégio público de 2º grau de Porto Alegre, professor Heitor Lopes Fialho, buscou recursos mais sorrateiros para expulsar um de seus alunos. Expediu uma "guia de transferência " não solicitada pelo aluno e impediu-o de recomeçar o segundo semestre do ano letivo.

Acostumado com a prepotência utilizada nos colégios secundaristas no tratamento com os alunos, o diretor Fialho, certamente, não imaginou os resultados possíveis de seu seu arbítrio nem que a conjuntura é outra e que mesmo os estudantes secundaristas já não aceitam o autoritarismo e a repressão existentes nas escolas, que na maioria dos casos apenas serve para esconder a incompetência e o baixo nível do ensino reinantes no 2º grau.

O estudante atingido, Flávio Eduardo Silveira, o "Caco",do terceiro ano do 2º grau, e seus colegas resolveram enfrentar a decisão do diretor mobilizando os alunos, procurando a imprensa, e os Diretórios Acadêmicos e parlamentares oposicionistas.

Procurado pela imprensa da capital, o diretor Fialho respondeu apenas: "Não há explicações. Apenas um problema hierárquico." Informou ainda que já enviará um relatório para o Secretário de Educação e Cultura explicando o ocorrido e dando as devidas justificativas.

Aos poucos , porém, as verdadeiras razões foram surgindo.

Da tribuna da Assembléia Legislativa, o deputado Porfírio Peixoto (MDB) denunciava, no dia 2, : "Tudo indica que esta expulsão é política e , por ser política, é que venho a esta tribuna. Este moço é membro do Setor Jovem do MDB e por certo é uma represália pela ação e por seu espírito de liderança dentro daquela Escola."

No mesmo dia, O Setor Jovem Metropolitanno distribuiu nota à imprensa, afirmando: " A expulsão é tão absurda e arbitrária, que nem mesmo justificativa possui, isto é, nem mesmo os tradicionais "enquadramentos disciplinares"

No entanto, são bem claros os motivos que levaram o diretor Heitor Fialho a tomar esta medida arbitrária. Flávio Eduardo é representante de turma, integrante do Conselho de Alunos um dos líderes do grupo Alternativa que no ano passado lançou uma chapa para concorrer às eleições do Grêmio do Colégio (CIEJUC). O candidato a presidente era o Flávio. Estas mesmas eleições foram fraudadas pela direção da Escola, conforme denúncia da chapa publicada na imprenssa.

E a nota do Setor Jovem continua, falando do Grupo **Alternativa**, de seu jornal SEM RODEIO que sofre censura e repressão da direção da Escola, mas mesmo assim, já alcançou seu quarto número com uma tiragem de mil exemplares e, recentemente, impôs à direção uma séria derrota na luta contra o uso de uniformes dentro do Júlio de Castilhos. E, no fim do semestre a chapa Alternativa ganhou as eleições para o Conselho de alunos.

No mesmo dia, o grupo **Alternativa** convocava uma assembléia no Colégio para discutir o assunto.

Para impedir a participação dos alunos, a direção do Colégio Júlio de Castilho encerrou as aulas às 16 horas, no dia seguinte. Mesmo assim, os alunos realizaram a reunião no Laboratório de Física e depois a continuaram na rua, pois Flávio Eduardo fora proibido de entrar na Escola pois "já é um ex-aluno" no entender da direção do Colégio.

A Assembléia decidiu encaminhar a denúncia às demais entidades estudantis secundaristas e universitárias, ampliar o protesto, entrar com mandado de segurança contra a decisão e manter a mobilização na Escola: "pela volta do colega expulso" e "Pelo Direito de Estudar".

(Jorge Andrade)

Flávio Eduardo – o Caco–, Marta e Dario são alunos do "Julinho", como o colégio é mais conhecido em Porto Alegre, que com seus cinco mil alunos é o maior instituto de segundo grau do ensino público e foi durante muito tempo um padrão no ensino secundário do Rio Grande do Sul. EM TEMPO entrevistou os três, membros do grupo Alternativa. O resultado aproxima-se uma radiografia universal hoje nas escolas secundárias do país. Vamos ao bate papo:

Vocês criticam o autoritarismo dentro da Escola, isso se reflete também na qualidade do ensino, no relacionamento aluno-professor?

Marta – "Eles descrevem a matéria: aconteceu isso, isso e aquilo em tal data. Porque aconteceu isso? Não sei. O que é que levou a este acontecimento? Não sei Só sei que na data tal, fulano de tal, fez tal coisa. Eu não tenho o que levou a acontecer o fato e o que vai ocorrer a partir dele. E se eu pergunto, a resposta é "está no livro", e se não está, azar o meu. Não vai cair na prova, não me interessa saber.

Eles não dão uma brecha para que alguém dê uma opinião, discorde ou que se crie um debate dentro da sala de aula. E, se alguém começa a discutir, mesmo que seja um assunto relacionado com a aula ... "Cala a boca, isto é bagunça, vou tirar três ou quatro de dentro da sala de aula, vocês não estão se comportando". Então, o que se tem dentro da sala de aula não são alunos, são bonecos que copiam o que eles dizem e que entram e saem de uma sala de aula e é só. Não têm oportunidade de questionar o que falam prá eles.

Vocês falam que o Serviço de Orientação Educacional é um instrumento do autoritarismo. Como funciona o SOE, que tipo de orientação presta aos alunos?

Dario-O SOE funciona como um órgão de "tranqueira", para reprimir os alunos. Ele elege os presidentes de turma que são os gurizinhos que têm nota mais alta, os mais bonitinhos e tal, e cumprem o papel de informantes, não é? A própria professora também informa. Aí tem reuniões mensais e eles vêm com o papo: "qual o aluno que não está se adaptando bem com a turma?, tem alguém que vai indo mal?", os colegas citados nessas reuniões logo começam a ser chamados ao SOE...

Marta-Eu, por exemplo, sou representante de turma. Aí sou chamada ao SOE e eles perguntam, "olha, Marta, eu queria saber se tem alguém da aula que falta muito", enfim, uma forma de dedar os colegas e depois em aula é aquele mistério. Como que o fulano ou o beltrano recebeu um cartãozinho para comparecer ao SOE ...

Flávio Eduardo Negócio é o seguinte, toda esta situação, toda esta rebeldia que é encontrada nos alunos, que se expressa através de matação de aulas, o SOE tenta canalizar para fazer com que isto não tome outro rumo, que ele não vincule seu desinteresse pelas aulas, sua rebeldia, com a estrutura da escola, com a estrutura da sociedade.

E o jornal de vocês, o SEM RODEIO, como é visto pelos alunos, que lutas tem desenvolvido na Escola?

Marta-Atualmente se tira mil exemplares, começou com quatrocentos, depois foi para setecentos e agora está em mil exemplares. O comportamento do pessoal é ler o jornal rapidamente, depois começa: "o que é que tu achou disso, o que achou daquilo" e começam a discutir o que é publicado numa coluna ou outra, é muito bom.

Flavio Eduardo–O jornal não é apoiado pelo CIEJUC, o deles a direção censura, o nosso é livre, não passa pelo diretor.

Dario-Não é fácil não, a repressão é intensa. Quando a gente está vendendo, pegam o nome da gente, levam para a direção, tiram o jornal. Estes dias eu tava com o jornal e fui levado para o Diretor. Aí me deu uma mijada. me tomou os jornais na marra e depois telefonou para minha mãe, prá minha tia e aí é fogo...

Flávio Eduardo-A luta maior foi a questão do uniforme, foi a que adquiriu maior dimensão. A partir de uma proposição do diretor que queria adotar uniforme no **Julinho**, se fez reuniões, assembléias e um plebiscito que inclusive foi uma proposta nossa. O CIEJUC se omitiu. Conseguimos uma boa vitória que deixou o diretor na defensiva. Nos éramos contra o uso do uniforme porque a gente rechaçava os argumentos principais da Direção. Ela dizia que o uso do uniforme iria emparelhar todo mundo, não ia ter mais desfile de modas no Colégio, todo mundo ia ser igual. A gente acha que isso aí é uma forma de mistificar toda nossa Escola, já que existem mil contradições lá dentro, existem diferenças claras lá dentro. Serviria, exclusivamente, para mistificar na forma enquanto na essencia o negócio continuava cada vez com mais contradições sociais lá dentro. Não ia fazer com que o cara que vai de carro para casa fique igual ao que vai para Viamão de ônibus, não ia realmente mudar as coisas. Ia ser só uma mistificação."

Nos últimos anos houve casos de aplicação do 477 ou ameaças de expulsão de alunos no Júlio?

Marta, Dario, Flávio (todos juntos)-"Pô! Bah! se houve ameaças?

Flávio Eduardo – "Agora durante a campanha, vários colegas da chapa foram advertidos. Alguns, receberam por escrito uma advertência de que receberiam "guia de transferência" por portarem "material clandestino", isto é, o SEM RODEIO e a propaganda da chapa." Isso ocorre desde que lançamos nosso jornalzinho. Mas, a pior repressão é a familiar. O diretor tem seus grandes aliados nos pais dos alunos. Mandam uma cartinha para o pai do aluno e aí o cara sofre repressões em casa."

Dario "Vou citar o meu caso. Chamaram minha mãe na escola. Logo me chamaram também no gabinete do Diretor. Fizeram que eu assinasse uma advertência por escrito etc. e tal. Bem, cheguei em casa e nem pude dar explicações. Minha mãe nem queria papo: "vai te entender com teu pai, vais sair do **Julio...** Assim, o diretor nem se incomoda, os próprios pais tiram a gente, cumprem o papel de repressor. É isso aí, ou sai de casa ou sai do **Julio,** é fogo, cara.

E o nível de participação do conjunto dos alunos secundaristas, como são as respostas das enquetes que SEM RODEIO tem feito no Júlio sobre participação estudantil secundarista?

Flávio Eduardo: "A participação do estudante secundarista é muito ruim, tá baixa. Ele está muito mal informado e inclusive não vê necessidade de se informar. Isso daí a gente sabe que é consequência de 14 anos de repressão, de ditadura, de uma ideologia dominante que causou tudo isso, até no **Julinho** que era um colégio muito politizado. Mas apesar de toda essa repressão a gente pode perceber que as coisas estão modificando, apesar de tudo isso não puderam fazer as pessoas pararem de pensar. Isso a gente verifica pela abertura que está sendo forçada, que está existindo na sociedade aí, pela peculiariedade da Conjuntura agora".

Caco, Marta e Dário

Luta interna no Vaticano

Como será o novo Papa? Um conservador, um progressista ou alguém sujeito a "dúvidas hamletianas", como definia João XXIII aquele que seria o seu futuro sucessor, o então cardeal Montini? Embora a escolha de um novo pontífice seja um índice importante da correlação de forças no seio da hierarquia católica, é pouco provável que o sucessor de Paulo VI seja capaz de unificar uma Igreja que tende a se dividir em campos frontalmente opostos.

Uma previsão

As previsões sobre a eleição do novo papa ficam ainda mais difíceis se pensarmos na alteração considerável que sofreu a composição do colégio de cardeais, comparado com o que elegeu João XXIII e mesmo com o que elegeu Paulo VI. Em termos imediatos esta alteração se reflete no seguinte fato: não se encontram entre os eleitores os cardeais de longo currículo (com mais de 80 anos) - o que já afasta certo esclerosamento. Além disso, é difícil discernir quais as posições dos cardeais na complexa política eclesiástica, o que não ocorria, em grande parte dos casos, nos dias do Vaticano II, quando os cardeais de direita-Ottaviani, Siri e de esquerda - Lercaro e outros - eram conhecidos diretamente por seus próprios nomes.

É incontestável a influência que exerce nisso a internacionalização do Colégio e da própria Cúria (o conjunto da burocracia eclesiástica romana), passando esta, como aquele, a refletir setores muito vastos da Igreja. De tudo o que se pode observar, as possibilidades de um representante das posições progressistas chegar ao trono papal são quase nulas. Por outro lado, a Cúria, de maioria conservadora (contendo em seu meio elementos de posições próximas à Tradição, Família e Propriedade - TFP) também terá de se contentar com a eleição de um moderado e tentar depois explorar sua inexperiência, bloqueando-o por todos os lados, para fazer predominar sua posição. Igualmente os currículos ligados à Secretaria de Estado (mais progressista) também dificilmente elegerão um seu candidato, embora estejam em situação melhor que os conservadores. Certamente estas previsões podem falhar: mas não se pode esquecer que nem um Benelli nem um Pignedoli (que não são considerados conservadores), nem qualquer outro cardeal emerge com as possibilidades que reunia Montini, em 1963. Nem se divisam com a mesma clareza os Ottaviani, os Siri, os Lercaro de hoje.

A morte do de Paulo VI (afinal, esperada há algum tempo), veio precipitar uma discussão vital para a sobrevivência da Igreja enquanto instituição, acerca do significado das obras de seu pontificado e dos rumos que a Igreja poderá tomar a partir de agora. Na realidade, a discussão em torno de sua obra tem servido para esconder as verdadeiras raizes da crise da Igreja. Trata-se a questão a partir de que tendência vai predominar: "conservadores", "moderados" ou "progressistas", como se a crise fosse resultado da vontade de uma dessas correntes. No mais das vezes, a imprensa tende a "culpar" os chamados progressistas pelo que está acontecendo na Igreja.

Longe de ser fruto da boa (ou má) vontade de um grupo de sacerdotes, a crise da Igreja é resultado as próprias transformações operadas no mundo moderno. Nos primórdios do desenvolvimento capitalista (contra o qual a igreja já tinha lutado com unhas e dentes) a religião tinha uma importante função ideológica: acalmar as massas espoliadas com a "palavra de Deus". O seu apelo era profundamente místico: só havia o Cristo "glorioso", o Cristo ressucitado. (Vide entrevista de D. Marcelo Carvalheira, E.T.nº8).

Mas, à medida que o capitalismo foi encontrando meios de dominação ideológica mais eficientes, a Igreja foi perdendo sua "função". Ao mesmo tempo, para as massas espoliadas já não bastavam os apelos míticos. A conciência anticapitalista crescia e a Igreja teve que tentar responder a uma questão incômoda: como viver na terra. Ou "eu também tô do lado de Jesus só que acho que ele se esqueceu de dizer que na terra a gente tem que arranjar um jeitinho prá viver" (Gilberto Gil).

Essa pressão da sociedade foi criando divisões dentro da Igreja. Se a sua unidade como instituição era garantida pelos dogmas, sua desunião começou a existir a partir da questão social, da questão concreta de como realizar sua missão evangélica.

Para uns não havia (e não há) por que mudar nada, mas sim reforçar cada vez mais os dogmas e os apelos místicos. Qualquer transformação é vista como " manobra do demônio ou do comunismo". É o caso, por exemplo, do Cardeal Lefrebve, da França que se rompeu publicamente com a hierarquia do Vaticano. Mas, para outros, tal atitude implicaria em não se ter mais condições de realizar qualquer missão evangélica. E, conservando é claro os dogmas sagrados, vão insistir nos aspectos mais humanos, mais terrenos da vida de Cristo.

Dentro desse grupo, entretanto, duas correntes distintas se formaram. De um lado, aqueles que, compreendendo a necessidade de transformação, localizam-na nos limites do próprio capitalismo (com "face humana"). E, por isso, vão tentar sensibilizar principalmente as classes dominantes e setores importantes da pequena burguesia para essa nova missão da Igreja: mudar e mudar o mundo, tornando-o "mais justo". De outro lado, estão aqueles que compreendem que a missão do cristianismo é libertar o homem o que não pode ser feito dentro do capitalismo.

Essas questões nos permitem compreender a obra de Paulo VI pois é fruto da condições que geraram esses grupos. Em primeiro lugar, o próprio Concílio Vaticano II (iniciado por João XXIII) que abriu o campo dentro da igreja para que essa correntes passassem a se expressar livremente. em seguida, está concepção de Igreja que tinha o ex-papa, que não alinhava com os mais conservadores, mas por outro lado não ia além da visão mais moderada de transformação. Então, ao mesmo tempo em que em alguns momentos reforçava o apelo místico, chegando a culpar o demônio pelas injustiças do mundo, de outro Paulo VI era capaz de exercer um papel decisivo na libertação de presos políticos, por exemplo no caso de Manoel da Conceição (lider camponês, quase trucidado pelos torturadores)

Essa constante oscilação vai marcar todo o pontificado de Paulo VI. E hoje, com sua morte, a Igreja se defronta com uma questão vital: como deve ser seu sucessor? Como ele? Mas suas dúvidas hamletianas (segundo João XXIII) não representarão agora um perigo? Haverá condições de um conciliador? D.Paulo Evaristo Arns disse que gostaria que o sucessor de Paulo VI "fosse como Cristo", e todas as correntes da Igreja concordariam com isso. Mas a pergunta é: qual Cristo? **(H.D.)**

PORTUGAL

Que novo primeiro ministro é esse?

Os trabalhadores cada vez mais afastados do processo político

O novo primeiro-ministro de Portugal, o engenheiro mecânico Alfredo Nobre da Costa, escolhido pessoalmente pelo presidente Ramalho Eanes sem levar em consideração as posições dos partidos, não representa uma solução viável para a crise política do regime português.

Por um lado, não conta praticamente com o apoio de nenhum dos grandes partidos – o socialista de Mario Soares, o comunista de Alvaro Cunhal e a ala centro-direitista composta pelo PSD-PPD e o CDS –; por outro, representa uma guinada para o fortalecimento do presidencialismo, num momento em que qualquer possibilidade de solução requer o enfrentamento da crise econômica e política portuguesa por meio de medidas que superam o impasse representado pela estagnação e retrocesso por meio de "revolução de 25 de abril".

A idéia "pragmática" de Nobre da Costa é a de compor um gabinete de unidade nacional, montando um governo transitório que dure, segundo suas próprias palavras, de cinco a sete meses.

Apoio dos industriais

Até o momento, apenas os industriais, por meio de sua associação de classe, a Confederação Industrial Portuguesa (CIP), manifestaram-se favoráveis à indicação feita por Eanes. Os trabalhadores deixaram claro que "nos postos anteriormente ocupados por Nobre da Costa (foi ministro da Indústria de Soares no seu primeiro governo constitucional) ele nunca procurou o diálogo e evitou cumprir o programa do governo para a indústria siderúrgica e outros projetos que previam grandes investimentos estatais no setor industrial.

Os socialistas de Mário Soares declararam que "não estão dispostos a integrar o governo de Nobre da Costa e nem sequer a apoiá-lo". Na verdade, Soares considera que a escolha do atual primeiro-ministro foi inconstitucional, na medida em que o artigo 190 da Constituição portuguesa manda que a escolha do chefe do governo respeite a maioria partidária existente no país. Como se sabe, o Partido Socialista é o maior partido de Portugal, possuindo 102 deputados num total de 263:

A posição dos comunistas

Os comunistas, depois de uma reunião especial da Comissão Central do partido, realizada na quinta-feira, também declararam-se contra a escolha de Nobre da Costa. Álvaro Cunhal lembrou para a imprensa portuguesa que o PC "sempre criticou o atual primeiro-ministro quando ele exercia o cargo de ministro de Soares", considerando-o, agora, "sem condições para solucionar a crise em que vive o país".

Francisco Sá Carneiro, que lidera o PSD-PPD, adotou uma posição conciliadora – "nem hostilidade nem apoio" –, que indica, de um lado, um certo grau de satisfação diante de um governo em que o PS praticamente perdeu a hegemonia, e, de outro, uma certa insegurança perante a possibilidade de eventuais composições que possam beneficiar a esquerda. A posição dos conservadores (para dizer pouco) expressa também a esperança de que o novo governo facilita a sua escalada contra os socialistas e comunistas. O PSD-PPD possui 73 deputados que, somados aos 41 do CDS, chegam a pesar no parlamento, mas não oferecem possibilidades de governo. No entanto, a direita tem tudo para se considerar vitoriosa com o desfecho de mais essa crise do regime português. Quando o CDS rompeu sua aliança com o PS de Mario Soares, exigindo que o ex-primeiro-ministro demitisse o chefe da pasta da Agricultura, Luis Saias, acusado de ter uma aliança com o PC que "impediaria a imediata desapropriação dos camponeses que tomaram as terras dos latifundiários depois do 25 de abril", o que os conservadores queriam era derrubar Soares e levar à formação de um governo com forte tendência presidencialista por meio do qual eles pudessem expressar mais firmemente suas posições. O governo de Nobre da Costa, se vier a se constituir, pode, portanto, corresponder a essa expectativa do CDS.

A ambigüidade do PS

Depois da legitimidade política obtida pelo PS nas eleições constituintes de 1975, o partido de Mário Soares caminhou, cada vez mais claramente, para alianças à direita. Durante a última crise, o que a direita fez foi exigir "consequência" do PS em suas alianças, propondo que os socialistas atacassem frontalmente um dos bastiões das conquistas obtidas pelas massas na revolução dos cravos: a reforma agrária do Alentejo. No entanto, a composição operária e pequeno-burguersa do PS bem como suas definições programáticas (ressalvando-se a ambiguidade nelas existente) contribuíram para fazer da exigência da direita um "preço alto demais para ser pago pelos socialistas".

O afastamento de Soares do cargo de primeiro-ministro representa, contudo, um fato que debilita a posição dos socialistas no quadro político português. Líder histórico das lutas portuguesas, Soares possui estatura suficiente para fortalecer de fato o cargo de primeiro-ministro, limitando na prática qualquer tentativa de "trânsito livre" que Eanes pudesse pretender. Com Nobre da Costa, o presidente de Portugal criou condições favoráveis para se expressar livremente.

As questões de fundo que movem os agentes diretos da luta de classes em Portugal, entretanto, continuam de pé. O acirramento entre as opções de esquerda e de direita persistem. As possibilidades de "soluções conciliadoras", que tinham em Soares um representante com melhores condições de implementá-las, a cada dia diminuem mais. O próprio prazo que Nobre da Costa dá para o seu eventual governo é um claro sintoma disso. E depois dos sete meses? *(C.E./C.T.)*

VIRAMUNDO

Greves: Bermudez com a corda no pescoço

Ao lado da Assembléia Constituinte o governo militar de Morales Bermudez, está enfrentando uma oposição ainda maior: 100 mil trabalhadores (45 mil metalúrgicos, 35 mil funcionários de hospitais, 20 mil bancários e 5 mil assalariados municipais), todos reivindicam melhores salarios e a readimissão dos 400 companheiiros demetidos durante a greve geral de 19 de julho de 1977. O governo Bermudez, este ano já esteve diante de uma greve de 120 mil professores, que durou 79 dias.

O regime militar não demorou a declarar a greve ilegal. O seu ministro do trabalho chegou a dizer que não se podia aceitar uma greve que "pretende ir além das disposições legais e impor suas próprias soluções".

Os trabalhadores, contudo consideram a greve como o principal instrumento de luta capaz de levar o governo atender suas reivindicações. Por isso, continuam exigindo do governo melhores condições de vida e a imediata volta ao trabalho dos companheiros demitidos.

Foto MARKA Líderes da greve dos professores

Minigolpe em Honduras

Acusado de ser conivente com o tráfico de drogas internacional, o presidente de Honduras, general Juan Alberto Melgar Castro, foi derrubado do poder pelo Conselho Superior das Forças Armadas e e substituído por uma junta de três militares considerados de extrema-direita

A imprensa local vinha denunciando a cumplicidade de militares com o tráfico ilegal de drogas, denunciando, inclusive, sequestros e assassinatos. Esta denúncias provocaram críticas e manifestações de rua contra o regime de Melgar Castro.

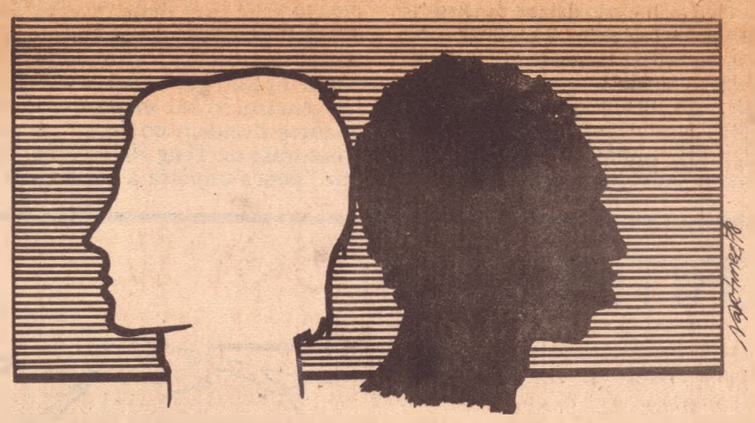
As últimas manifestações ocorreram em San Pedro Sula, a segunda maior cidade do país, coma participação de estudantes, professores, pais de família e universitários. Todos lançam fortes críticas contra o governo de Melgar, classificando-o de corrupto e opressor.

A comissão de militares limitou-se a afirmar, diante do escândalo das denúncias e das pressões da opinião pública, que não havia "nenhum oficial da ativa" envolvido com a Máfia. . Mas o próprio comandante das Forças Armadas de Honduras general Policarpo Paz Garcia, chefe do golpe, foi citado como dono de uma propriedade rural juntamente com o cabeça da Máfia no país.

A queda de Melgar Castro foi chamada de minigolpe. Não é para menos: o novo gabinete da junta conserva mais da metade dos ministros do presidente deposto.

(Cleide Ono)

Zimbabwe: a barra está pesando.



Pressionados pelo avanço da luta armada em Zimbabwe (Rodésia) sob a liderança da Frente Patriótica de Roberto Mugabe e Joshua Nkomo, o primeiro ministro Ian Smith e os líderes negros moderados Jeremiah Chrau, Abel Muzorewa e Ndabaningui Sithole, anunciaram o amolecimento da segregação racial. Para os observadores, são medidas que beneficiam mais os negros ricos-os poucos industriais e comerciantes de classe média que poderão executar seus negócios nas áreas antes só abertas aos brancos, bem como frequentar hotéis, bares, restaurtantes. Quanto às eleições, um negro só poderá concorrer nas áreas brancas se pertencer a o distrito eleitoraal, isto é tem que manter residência fixa no local, sendo que ainda se tocou na disoriminação existente nas secções residenciais.

Porém, a política do **apartheid**-que marginaliza a maior parte da população no setor de saúde, educação e moradia, continua intacta. A Frente Patriótica só considera que haverá uma verdadeira transformação quando se conquistar a abolição da **Land Ternure Act** segundo,o qual o país está dividido a em duas partes: uma região européia- onde se situam as melhores terras, propriedade dos 260 mil brancos-e a "região africana", a de terras tribais de 6 milhões de negros.

Como a posição da Frente Patriótica é a de não "negociar com os colonizadores", continuam com a luta armada, "único caminho para a verdadeira independência. De onde o abandono crescente das mansões dos brancos que as estão vendendo a preço de banana à medida em que a barra vai pesando.

Olgária Matos.

Paraguai: Laíno libertado.

Strossner não resistiu às pressões. Domingo Laíno, a principal figura da oposição paraguaia, que fora sequestrado pela polícia política no mês passado, foi libertado esta semana, apesar das ameaças do governo ditatorial de condená-los sob a acusação de "traição e subversão". De um lado o Departamento de Estado norte-americano "radicalizou" protestando e ameaçando publicamente o governo de Stroessener, pedindo a imediata libertação de Laíno; de outro, as pressões internas se fizeram sentir, particularmente as que provêm da Frente Ampla que está se organizando no Paraguai e que conta com Laíno entre suas lideranças.

A libertação de Laíno, segundo o seu advogado, Miguel Abdon Saguier, representa uma "vitória dos grupos democráticos que fazem oposição a Stroessner". E esse é de fato o sentido mais profundo de toda a campanha que se desenvolvem em torno da figura do vice-presidente do Partido Radical Autêntico: garantir o avanço de um projeto alternativo ao regime de Stroessner, que está entrando num novo mandato ditatorial.

A estabilidade política que há décadas Stroessner conseguiu manter sob a proteção de uma das mais selvagens repressões do continente tende a desmoronar. (M.O)

DEBATE Albânia – China

A publicação oficial das divergências da Albânia com a China motiva um debate político e ideológico sobre os problemas da construção do socialismo. Aqui, mais duas contribuições sobre as relações sino-albanesas, que retomam os antecedente históricos da concepção stalinista.

O que há por detrás das divergências

O recente rompimento entre a China e a Albânia apresenta uma série de pontos comuns - e algumas diferenças de vulto - em relação ao conflito sino-soviético, de 1958/1960. Os dois processos foram conduzidos, de início, sob forma de cerimoniosas cartas de "críticas fraternais", de circulação interna; depois, o tom dos interlocutores foi se tornando mais áspero, surgiram às primeiras críticas públicas (mas em linguagem velada) de "ocasionais desvios", até que a potência economicamente mais forte - antes a União Soviética e hoje a China - decidisse retirar seus quadros técnicos do país aliado. Então, nos dois casos, veio a denúncia, em longos e fastidiosos documentos, das posições do "revisionismo moderno".

Aí, entretanto, terminam as semelhanças. De um lado, o golpe desferido pela China contra a pequenina Albânia deverá ser incomparavelmente mais grave do que a agressão soviética de 1960. Esta pôde lançar a palavra de ordem de "contar com suas próprias forças" e apoiar sua economia numa gigantesca força de trabalho. É bastante improvável que a Albânia, de dois milhões e meio de habitantes, possa fazer o mesmo.

Do outro lado, a polêmica sino-soviética conduziu a uma profunda divisão no movimento comunista mundial, a primeira desde o afastamento da Iugoslávia do bloco stalinista em 1948 (e antes, praticamente só houvera a dissidência oposição de esquerda em 1923, esmagada por Stalin). Desta vez, as prováveis cisões estarão limitadas ao interior dos partidos maoístas (ou marxistas-leninistas, como insistem formalmente os albaneses).

DE qualqier modo, esta minicisão vai colocar os admiradores da China e/ou Albânia diante de algumas questões incômodas. A primeira delas é, sem dúvida , o por quê desta denúncia hoje; afinal, a teoria dos "três mundos", pela qual o III Mundo deve se unir aos países industrializados, como a Alemanha ou a França, contra os Estados Unidos e, sobretudo, contra a União Soviética - ao preço, inevitável, do abandono da alternativa proletária nesses países, como denunciam os albaneses - foi formulada por volta de 1972. Mesmo sob a liderança de Mao Tsé Tung e Chu En Lai, a política externa chinesa era conduzida com bases nestes "princípios" - e isto, sem que a Albânia fizesse a mais tímida declaração pública de advertência. Será que a China, de uma hora para a outra, se transformou num país capitalista, como teria ocorrido (segundo chineses e albaneses) com a União Soviética? Será que a direção chinesa cometeu, nos últimos meses, algum abandono público em relações às posições revolucionárias maior que o apoio à FNLA em Angola, que data de 1975? Ou será - e este é o limite teórico da análise albanesa - que o reformismo de soviéticos e chineses decorre da crescente instalação no poder , nestes países, de uma camada burocrática, pragmática e voltada para o culto à eficácia em detrimento da democracia operária, na "construção do socialismo num só país?"

Colocar esta questão obriga a fazer face ao problema, muito mais vasto, de herança do stalinismo - herança reivindicada por chineses e albaneses. Afinal, não foi a China a primeira a levantar os critérios "de nação em detrimento da luta de classes" (ET nº 23). Foi precisamente Stalin, com o apoio ao Kuomitang "nacionalista", em 1927 - antes, durante e depois do massacre dos comunistas chineses por Chiang Kai Shek. Foi Stalin quem favoreceu o apoio, nas frentes populares, de cada partido comunista europeu à "sua" burguesia; foi Stalin quem defendeu durante a guerra civil espanhola, que os defensores da revolução socialista na Espanha deveriam ser fuzilados; e foi ainda Stalin quem declarou que, na construção do socialismo, "os quadros decidem de tudo". A célebre frase de Teng Hsiao Ping, de que "pouco importa a cor do gato, desde que ele apanhe ratos", é apenas a tradução, para o chinês, desta velha máxima stalinista.

Temos, assim, um quadro paradoxal, em que a Albânia stalinista critica o reformismo dos chineses. Mas estes estão apenas *sendo consequentes em seu stalinismo*, quando cristalizam uma camada burocrática no poder, afastam os últimos remanescentes da Revolução Cultural de 1966/1967 e abandonam quaisquer perspectivas de internacionalismo proletário e revolução socialista. O stalinismo real, casca grossa, é combatido por uma pretensa "leitura de esquerda" do stalinismo - mas o preço que a Albânia paga pela ortodoxia é admitir o "patriotismo das burguesias nacionais", a revolução por etapas e os méritos da construção do socialismo num só país.

A posição albanesa é, assim, uma crítica ao reformismo incapaz de ser conduzida a suas últimas consequências devido a seus próprios pressupostos exatamente como foi a crítica do revisionismo soviético, empreendida durante a fase "de esquerda" da revolução chinesa. Uma crítica capenga, incapaz de construir a Albânia em novo pólo revolucionário do movimento comunista mundial. E que ao contrário, poderá fortalecer, a médio prazo, as alas mais conservadoras no seio do Partido do Trabalho da Albânia, mais pragmáticas e, portanto, mais "consequentes" em seu stalinismo. (*C.E.*)

A importância da cor do gato (inclusive do felino de Stalin)

O fato de a direção albanesa ter posto "as cartas na mesa" e tornado públicas suas divergências com a atual direção chinesa tem um sentido político que transcende o próprio ato. Isso por ser um momento de uma discussão fundamental para as forças proletárias: o rumo a tomar na construção do socialismo. Esse debate retoma em linhas gerais o debate URSS-China.

Para se compreender o que está acontecendo entre as duas direções hoje é fundamental ter em vista aquilo que, para os albaneses e para a ex-direção chinesa, é a questão central da construção socialista: a persistência das classes e da luta de classes no período do socialismo como eixo para se construir, nessa luta, a hegemonia do proletariado. Isso porque a tomada do poder pelo proletariado não "extingue" a luta de classes (assim como não extingue o Estado) pois a permanência desta está ligada à reprodução das classes sociais. A alteração das formas jurídidas de propriedade via estatização) não é senão o início (e de maneira nenhuma irreversível) do estabelecimento de relações de produção socialistas. O que significa que o eixo da construção do socialismo é a garantia da hegemonia do proletariado em todas as decisões. Isso está explícito na formulação de que a política deve ter "o posto de comando". Esse entendimento da construção do socialismo significou pôr em cheque todas as concepções existentes até então. Porque se entendia desenvolvimento socialista como sendo desenvolvimento técnico (uma indústría poderosa). Esse desenvolvimento tinha como modelo os países capitalistas avançados. E por isso trazia em seu eixo a conservação da mesma divisão social do trabalho, etc... Assim os operários não se apropriavam de suas condições de existência, pois ainda se sujeitavam à uma especialização dos técnicos (antes gerentes capitalistas, agora dirigentes do partido). Durante o processo de divergências com a URSS, setores do partido chinês e do albanês percebem essa questão e esboçam uma nova forma de desenvolvimento onde os operários tenham pleno controle de todos os meios de produção. Tenta-se acabar com os privilégios dos burocratas do partido e fazer com que todos se dediquem também ao trabalho manual. Nas fábricas as decisões já não pertencem mais aos "chefes", mas aos conselhos operários. Rompe-se assim a divisão capitalista do trabalho, a neutralidade da técnica e os operários tendem a se tornar efetivamente donos do que produzem e de como produzem.

Esse avanço se dá em meio a intensas lutas entre os setores que propugnavam pelo predomínio da técnica e os setores proletários. Diziam então chineses e albaneses que em cada questão que se enfrenta na construção do socialismo há sempre duas vias: a via capitalista (predomínio da técnica, mesma divisão do trabalho, incentivos materiais à produção, falta de participação das massas nas decisões) e a via socialista (a luta de classes como eixo, mudança da divisão do trabalho, luta política para aumentar a produção, participação das massas em todas as decisões).

Mas a luta entre os grupos acabou por fazer predominar na China de hoje o grupo que defende a via capitalista o que fez com que as relações entre as duas direções se deteriorassem..

As críticas albanesas tanto à "teoria dos três mundos" como à política interna chinesa em vez de encerrar o debate, abrem campo para que ele se estenda a todas as correntes marxistas, pensando inclusive sobre a própria prática política albanesas. Porque se de um lado os dirigentes albaneses tocam o cerne da questão - a luta de classes sob a ditadura do proletariado - de outro as práticas do partido albanês são ainda fortemente marcadas pela herança stalinista. E paradoxalmente são os albaneses os que mais avançaram na superação das práticas stalinistas na economia. Por exemplo há apenas três faixas salariais na Albânia. Isso contradiz frontalmente o absurdo stalinistas de que o igualitarismo é "pequeno burguês".

Mas a herança stalinista se manifesta em dois aspectos importantes: no oportunismo e na asfixia ideológica. O oportunismo é manifesto na política de alianças de classes tal como estabelecida na época das "frentes populares antifascistas". Tanto o partido albanês como o chinês sempre marcaram sua atuação no plano internacional por rebocar a luta de massas aos poderes de Estado constituídos, cujo último produto é a "teoria dos três mundos". Se de um lado setores do partido albanês fazem hoje a crítica a essa teoria, de outro essa crítica è marcada pelo oportunismo de não avançar e encontrar nessa teoria os mesmos marcos que orientaram sua própria prática. Que no plano internacional foi a aplicação da frase: "Não importa a cor do gato, importa é que cace ratos".

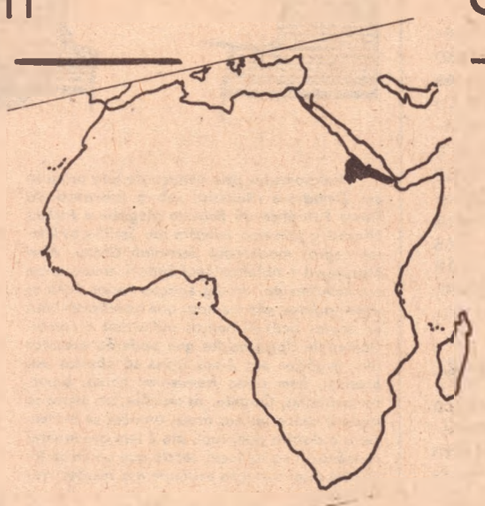
De outro lado a asfixia ideológica, o dogmatismo mais tacanho, que transforma o marxismo em meia dúzia de mandamentos sagrados. E um dos seus aspectos centrais é o mascaramento do papel do stalinismo na constituição das políticas reformistas e revisionistas de hoje. O Culto a Stalin - culto esse que não explica essa política, mas é seu reflexo - foi a forma encontrada para se "combater" o revisionismo. Entretanto ao afirmar o stalinismo para combater o reformismo, ao defender a "pureza" ideológica, perdida repentinamente com a morte do "guia genial dos povos", esta se escondendo uma questão essencial: a continuidade existente entre a prática atual do reformismo e a política stalinista. Afinal, quem estabeleceu as bases para a "coesistência pacífica" com o imperialismo? E quem iniciou o processo de "alianças táticas" que hoje tem sua feição mais acabada no "compromisso histórico"?

(H.D.)

ERITRÉIA VII

Uma cidade em poder dos guerrilheiros

Na ofensiva iniciada recentemente pela Etiópia, foi reconquistada a cidade de Tessanei, importante ponto estratégico da Eritréia. **Ari Cândido Fernandes** visitou a cidade quando ela ainda estava em poder da Frente de Libertação da Eritréia. Quando estava sendo reconstruída, quando o movimento guerrilheiro implantava seu sistema administrativo, e quando a população começava a participar, após séculos de dominação colonial, da resolução dos problemas de sua própria cidade. Nesta parte da reportagem é relatada também a situação na linha de combate. O desenrolar da luta contra as tropas etíopes que estavam sitiadas em Agordat.



Ao chegar à Eritréia, via Sudão, **Ari Cândido Fernandes** assistiu, num dos acampamentos perto da fronteira, uma apresentação do Grupo Musical da Frente de Libertação. Esse grupo, que faz parte de um programa de divulgação das tradições da Eritréia é uma das facetas do vasto projeto cultural, educacional, assistencial político e econômico que o movimento guerrilheiro está implantando, ao mesmo tempo em que se desenvolve a guerra. Depois de descrever os hospitais, escolas, prisões, discussões políticas da FLE, esta reportagem tratou no capítulo anterior, da questão econômica. Em Alighidir, em terras que pertenceram a uma família italiana e ao governo etíope, a FLE substituiu o cultivo de algodão pelo de trigo, seguindo um dos pontos do seu programa, o de criar mais emprego e incentivar o regresso de camponeses que fugiram por causa da guerra.

Eritreus recolhem os corpos de combatentes.

Às 6 horas da manhã o melhor é levantar para não ser pego de surpresa por algum bombardeio dos Mig-21 da Etiópia, antes que um par de aviões - eles sempre vêm aos pares - fizesse matraquear os alarmas antiaéreos das montanhas que cercavam Tessanei, uma cidade libertada no dia 5 de abril de 1977 e reconquistada pelas forças etíopes.

Quando a visitei, Tessanei estava destruída em 40 por cento. Os quartéis eram esqueletos carbonizados (a Frente de Libertação da Eritréia quando sitia uma cidade bombardeia de uma distância de seis quilômetros com morteiros de 120 milímetros). Os guerrilheiros às vezes passavam levando granadas israelenses na cintura ou metralhadoras UZI. Eram armas tomadas do inimigo. Armas dos tempos em que o regime do imperador Haile Selassie recebia 20 por cento da ajuda militar estrangeira concedida a toda a África.

Mas a cidade estava sendo reconstruída por grupos organizados espontaneamente pela população, que também se encarregou de remover cadáveres que ficaram após as batalhas.

A população recebia também orientação da FLE, em seu primeiro aprendizado para administrar sua própria cidade, após séculos de dominação colonial. A sede das Organizações de Massa estava em um antigo banco. Na prefeitura, foi instalado o Comitê Revolucionário Transitório, formado quase que exclusivamente por gente da Frente de Libertação, como o prefeito, o responsável pela segurança, pelos problemas sociais, economia etc.

A vida de Tessanei é noturna. Às 6 horas da tarde começa o movimento.

Caminhões carregados de munição enchem seus tanques que seguem para outras cidades, depois de receberem a obrigatória licença, por escrito, do serviço de segurança. (Grande parte dos 5 mil habitantes da cidade trabalha, na época de colheita e plantio, em Alighidir).

No fim do dia, começa a funcionar um mercado, onde a população e os nômades que chegam com camelos não barganham, não discutem preços, pois estes são supervisionados pela FLE. Como se viessem do nada, ao entardecer, aparecem os combatentes. Alguns vêm de mãos dadas, antigo costume árabe.

Em Tessanei existem cerca de 70 prostitutas - lembrança do passado colonial. Todas elas são obrigadas a comparecer semanalmente a um dispensário médico para exame. Os bares só têm garrafas vazias, e vários foram transformados em oficinas de trablho ou centros de formação. Num deles, por exemplo, funciona um centro de costura e bordado, onde as mulheres começam a aprender trabalhos artesanais e acabam participando de reuniões políticas, além de receberem ensinamentos sobre higiene e economia doméstica.

Tessanei, situada no Sul da Eritréia, próxima à fronteira com a Etiópia, é um dos pontos estratégicos da guerra. Desde que seu controle havia passado às mãos da Frente de Libertação – após a batalha em que as tropas etíopes perderam 750 homens, dos 2 mil que foram sitiados, a Etiópia vinha bombardeando a cidade regularmente. Por isso, em todas as ruas foram cavados abrigos antiaéreos.

O ataque etíope se desenvolve por duas linhas – a que passa por Tessanei em direção de Barentu e de Asmara, a capital; e a que passa por Adequala e Mandafara.

Na linha de frente

Partimos no outro dia ao entardecer. Conosco, iam no jipe guerrilheiros com capacetes de aço e camponeses. Passamos por Alighidir e fomos acompanhando uma estrada de ferro. Viajamos para Agordat, uma cidade no oeste da Eritréia, onde se guerreava há mais de três meses. Senti arrepios: era a linha de frente. Os guerrilheiros cantavam, marcando o ritmo com uma mão na lataria do carro, enquanto a outra segura a metralhadora Kalasnikov: "Agordat, oh, oh, nós vamos te libertar/Agordar,oh, oh, queremos te ver livre".

Às 4 horas da manhã já se escutava o estrondo de bombas. De repente uma bomba-luz iluminou o céu num clarão amarelo – as tropas etíopes sitiadas davam sinal de que estavam sendo atacadas (a Frente de Libertação costuma atacar de madrugada).

Quando amanheceu, camuflamos o jipe, bebemos chá e ficamos esperando que o dia passasse. A noite chegou e avançamos até um vilarejo, onde a Milícia Rural e guerrilheiros comentavam as novas da guerra: a FLE tinha destruído o aeroporto do inimigo. A partir daí, a viagem foi feita a pé. O estrondo das bombas era mais intenso, os projéteis riscavam o céu de vermelho e verde. Já não se podia acender cigarros.

Paramos para descansar numa montanha. Ao raiar o dia, atravessamos um rio. Do outro lado nos esperava o comandante militar do setor sul de Agordat. Era Ibrahim Gedam, presidente da União Geral dos Trabalhadores (o setor norte é comandado por Siom Tesfamarion, presidente do Comitê Preparatório da União Geral dos Camponeses).

Durante a noite, a FLE captou no rádio pedidos de auxílio feitos pelas forças etíopes sitiadas. Agora vinham aviões supersônicos que bombardeavam as posições da Frente de Libertação e escoltavam um outro aparelho que lançou pára-quedas sobre a cidade, com armas e mantimentos.

Foram 45 minutos de tiroteio. As bombas caíam a 1 quilômetro de onde eu estava. E o fogo antiaéreo lançava barulho ensurdecedor no ar; funcionavam um Mintra (fabricação russa), um Doska lança-morteiros de 120 milímetros.

Caminhei mais de 4 horas para escalar uma montanha espinhosa, de onde pudesse ver Agordat. Focalizei no binóculo dois combatentes que, atrás duma pedra no topo da montanha, orientavam os lança-morteiros. Saltos e gritos. Um morteiro tinha atingido a casa de rádio e telégrafo do inimigo. De lá, saiam correndo uniformes verdes, em todas as direções. O rapazote deu ordem através do rádio portátil que outro morteiro fosse lançado sobre o mesmo lugar.

Os equívocos da carta de Curitiba

Na penúltima edição, publicamos uma carta do Conselho Regional da Sucursal de Curitiba ao Conselho Editorial e Administrativo do jornal EM TEMPO/Editora Aparte, sobre episódios da vida interna da empresa. Publicamos agora resposta da Diretoria da Editora Aparte/jornal EM TEMPO.

Quando recebemos a carta do Conselho Regional da Sucursal de Curitiba, em primeiro lugar, causou-nos surpresa a desinformação sobre as medidas que o Conselho Editorial e Administrativoi da Editora Aparte, CEA, havia tomado em sua última reunião. Tanto assim, que optamos num primeiro momento por tentar esclarecer os companheiros dessas medidas e chegamos mesmo a enviar o presidente da empresa a Curitiba para, pessoalmente, demonstrar os equívocos gritantes que a carta contém.

Estes equívocos são:

1) Ao contrário do que diz a carta de Curitiba, não houve a demissão de **toda** *a editoria de Cultura (grifo da carta). De acordo com a própria ata da reunião do CEA, apenas* **um** *dos três editores foi destituido de seu cargo. Além disso, o CEA resolveu* **encerrar a experiência de editoria tríplice,** *isto é, a condução da editoria por três pessoas, como vinha ocorrendo desde os primeiros momentos do jornal,* **em caráter experimental.** *Para dirigir a Editoria de Cultura, em caráter interino, o CEA convidou* **um dos três antigos editores** *e decidiu abrir um debate nacional sobre a experiência da Editoria de Cultura, para melhor definir a partir daí um projeto editorial na área de cultura para EM TEMPO. O antigo editor convidado recusou-se a aceitar o convite. Conforme Estatutos da Editora Aparte, aprovados em assembléias geral da empresa, compete ao CEA delioberar sobre questões desta natureza. As decisões tomadas não foram por unanimidade dos 17 votantes do CEA; houve divergências políticas quanto a est encaminhamento, o que é absolutamente salutar numa Frente Jornalística que coloca a democracia interna como questão de princípio.*

A frente de redemocratização

2) A carta associa a "demissãode toda a editoria de Cultura" à ausencia de um "claro posicionamento político do jornal EM TEMPO quanto à Frente Nacional de Redemocratização. Diz que "na reunião, o CEA resolveu deixar em aberto a posição do nosso jornal quanto à FNR". E tenta ligar ainda a "intervenção" na Editoria de Cultura ao fato de um editor ter escrito uma carta à Editoria Nacional, "criticando sua posição ambígua quanto à Frente Nacional de Redemocratização".

Ora, isso não traduz a verdade dos fatos. Antes mesmo da reunião do CEA e da redação da Carta de Curitiba, o jornal EM TEMPO já havia publicado várias matérias opinativas criticando a Frente Nacional de Redemocratização: "MDB engoleChagas para entrar na Frente" (Carlos Alberto de Almeida); "O passe de mágica da Frente Ampla" (Tibério Canuto); "As viuvas da exceção" (entrevista com o deputado João Cunha, do MDB); "Os cristãos novos da democracia " (Eduardo Fernandes); "A Frente Ampla de Quatro Estrelas" (Pedro Parreiras); além de vários cartuns e duas cartas, "Enxergando aliados no campo inimigo", da própria Sucursal de Curitiba; e "Não cabe à Oposição entrar nesta Frente", de Luiz Nadai.

Na mesma reunião, o CEA definiu-se **explicitamente** *com relação ao assunto da Frente Nacional de Redemocratização fixando uma* **resolução editorial** *(também sem unanimidade de votos), cujas linhas centrais são as seguintes:*

a) Centrar fogo de nossa intervenção contra a **saída Figueiredo** *e as* **reformas de Portela** *Combatê-las desmascará-las, dando consequência ao cumprimento de nosso programa: transferência das decisões políticas para as massas, fim da opressão:*

b)Centrar nossa crítica em relação à Frente Nacional de Redemocratização,nos seus limites e não em sua existência enquanto tal, demostrando quais são esses limites e o que seria o interesse das classes populares em cada conjuntura.. Cobrar coerência da frente em relação ao próp io discurso que ela faz: "democracia, já", "fim do AI5"; "Eleições e diretas e livres", "Constituinte" etc."Constituinte"

c) Propagandear e subssidir as lutas democráticas do setores oposicionistas que evidenciem os limites da Frent, no sentodo de forçá-la a se radicalizar perante as reformas de Portela, e cobrar coerência dessa radicalização. Embora elitista, a Frente precisa se legitimar não só entre frações da classe dominante. Distinguir-se das Reformas de Portela exige o seu apelo mais radical, ainda que a Frente não absorva e nem tenha interesse em obsorver dentro de si setores oposicionistas mais consequentes. O importante para nós é distinguir precisamente quais as diferenças entre as saidas burguesas e como explorá-las em proveito das classes ppopulares.

Portanto, é falsa a ligação entre o episódio da destituição de um editor com a **alegada** *ausência de posição do jornal com relação à Frente de Redemocratização.*

Liberdades democráticas

Finalmente, a Diretoria do jornal lembra os companeiros de Curitiba que quando tentarem apresentar uma versão "resumida" do programa do jornal, como fizeram a certa altura na sua Carta, não emitem um aspecto **decisivo** *do nosso projeto:* **as liberdades democráticas.** *Sôbre a perspectiva de conquistar as liberdades democráticas, vistas sob a ótica dos trabalhadores, é que foi construida a nossa Frente Jornalística. Todos os acionistas, órgãos e sucursais do jornal EM TEMPO e da Editora* **Aparte**/*têm o compromisso de ,* **ao progpagandear nosso projeto jornalistico,** *colocar esta questão de modo claro e inequívoco.*

Assim, onde os companheiros de Curitiba escreveram: "...o papel do jornal, segundo o projeto, pode resumir-se em dois pontos básicos: 1) subsidiar, do ponto de vista dos trabalhadores, o desenvolvimento e a articulação das forças sociais empenhadas na luta contra o regime arbitrário: 2) contribuir para que dentro da oposição ao regime, predominem as forças mais consequentes".

É preciso que lembremos que o programa básico do jornal diz: "O papel reservado ao jornal se consubstancia em dois aspectos: subsisidar o desenvolvimento e a articulação das forças sociais empenhadas na luta contra o regime autoritário e naturalmente contra suas bases de sustentação, opondo-lhes a alternativa das lutas por **liberdades democráticas;** *contribuir, no universo da oposição, para o predomínio daquelas forças mais consequentes, assim definidas pela capacidade que tenham em conduzir até o fim a luta pela democracia, perspectiva que exige desde logo a defesa da* **livre organização e expressão dos trabalhadores".** *(grifos no original).*

Diretoria da Editora Aparte
Jornal EM TEMPO - Tibério Canuto, Robinson Ayres, Antonio de Pádua Prado Jr., Jorge Baptista, Flaminio Fantini.

Aparte

Cartas, críticas, sugestões, apartes, etc, para: rua Mateus Grou, 57 — Pinheiros, São Paulo — CEP: 05415. A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado, na base de 70 toques por linha. E mais: solicita-se que os correspondentes dêem seus nomes e endereços completos.

CRÔNICAS DA VIDA OPERÁRIA

Finalista do "Prêmio Casa das américas 1978, em Cuba e apresentado por Fernando Morais. O livro de Roniwalter Jatobá vai ser lançado na bienal do livro (Ibirapuera) no dia 15 de agosto às 10:00hs.

SOLIDARIEDADE CONTRA O TERROR DE DIREITA

Segue a publicação das manifestações de apoio que o jornal EM TEMPO vem recebendo, em virtude dos atentados que sofreram suas sucursais de Belo Horizonte e Curitiba, atacadas por comandos pará militares intitulados GAC, MAC e CCC.

O "pacote" das reformas se desmascara é no dia-a-dia

"Voltaremos.
A volta será pior.
Estamos vivos ".

Com estas pixações o GAC (Grupo Anti-Comunista) e o MAC (Movimento Anti-Comunista) invadiram a sucursal do jornal **Em Tempo** em BH. Roubando um mineógrafo, uma calculadora eletrônica, talões de cheques e fichas de assinantes. Dois dias antes a mesma coisa ocorria em Curitiba. o CCC (Comando de Caça Aos Comunistas - Ala dos 233) se responsabilizava pela invasão da sucursal do mesmo jornal naquela cidade. GAC telefona ao jornal **De Fato,** hoje, informando que ele será o próximo. Há aproximadamente dez dias, seis pessoas foram presas em Brasília, sem acusação explícita. E todos já sabem do "caso Cajá". Há quase três meses preso, com acusações montadas na base da tortura, esperando resultado do julgamento que será em janeiro.

Este é o quadro geral das coisas que acontecem ultimamente no "país das reformas".

Enquanto o governo concede liberdade à imprensa rescrita, organismos paramilitares invadem sedes da imprensa independente. Pessoas continuam sendo presas sem nenhuma acusação, brutalmente torturadas, e o sr. Portela responde que o habeas-corpus chegou.

A proliferação de atentados clandestinos ocorre no momento em que as lutas e reivindicações por liberdades democráticas e pela melhoria das condições de vida ganham maior expressão nacional. A oposição ao regime se fortalece e os anseios pela democracia abrangem os mais variados setores da população brasileira. Enquanto o governo, pressionado, promete aberturas, os grupos de ultra-direita recorrem aos antentados paramilitares para tentar deter esse processo.

No dia-a-dia, as reformas políticas se desmascaram e colocam para nós a necessidade da luta por uma transformação real da sociedade.

Contra o GAC, o MAC, o CCC, a AAB e demais órgãos paramilitares. Pelas liberdades democráticas."

Belo Horizonte, 29 de julho de 1978
Em Minas, assinaram esta nota os seguintes:

Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais
Federação Mineira de Cine Clubes
Associação dos Artistas de Teatro e Espetáculos de Diversão do Estado de Minas
Movimento Feminino Pela Anistia
Associação dos Professores Universitários
União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Belo Horizonte
Grupo Mineiro de Desenho
Sindicato das Assistentes Sociais de MG
Centro Mineiro de Cultura Popular
Diretório Central dos Estudantes da Universidade Católica de MG
Diretórios Acadêmicosda UFMG e UCMG
Jornais: Versus, Movimento, De Fato

O terrorismo de direita presta um grande serviço ao governo

"Em primeiro lugar, é bom lembrar que a única diferença que existe entre os **órgãos de segurança** e as **organizações clandestinas** é que os primeiros aparecem formalmente como órgãos do Estado, mas as ações são igualmente ilegais: sequestros, torturas, **suicídio, atropelamento."**

Esse foi o comentário inicial do jornalista Márcio Bueno, chefe da sucursal carioca do semanário MOVIMENTO, ao receber a notícia da invasão ocorrida em nossa sucursal de Minas Gerais, três dias depois da depredação em Curitiba. E disse mais:

– Quanto à possível ligação entre eles (órgãos do Estado e terroristas), os únicos que ainda duvidam, entre os 110 milhões de brasileiros, são apenas os seus governantes. Eu cito o exemplo de um jornalista que colaborou conosco: depois de duas semanas de telefonemas anônimos, ameaçando-o e à sua família, foi chamado para depor no DPPS, onde também recebeu uma série de "conselhos"...

O jornal Movimento, através de Márcio, expressou a sua solidariedade aos colegas do EM TEMPO e afirmou que "o caso da sucursal de vocês também é um fato revelador, pois em Curitiba, as inscrições nas paredes registram efetivamente a intimidade entre uma organização clandestina e os elementos dos órgãos de segurança que vocês denunciaram: **CCC – ALA DOS 233"**

"Geralmente, a ação das organizações clandestinas de direita presta um grande serviço ao governo, quando este está interessado em aumentar sua dose de manobras políticas. Elas fazem o mesmo serviço dos órgãos de repressão e não causam o mesmo desgaste, pois, aparentemente, estão fora do controle do governo. No entanto, se o governo nada tivesse realmente a ver com as ações clandestinas e ilegais e se estivesse interessado numa abertura política, teria que mudar radicalmente o tratamento que têm dispensado aos torturadores: terá que julgá-los, puní-los e não promovê-los ou condecorá-los, como tem feito até hoje."

Cine-clubes no Nordeste condenam "prática repressiva e violenta"

" Os cineclubes presentes à VII Jornada de Cineclubes do Nordeste, que se realiza em Cachoeira (Bahia), vêm através desta nota, manifestar sua solidariedade ao jornal **EM TEMPO,** representante da imprensa independente que foi vítima, recentemente, de atentados terroristas e violentos que têm como responsável o CCC, organização paramilitar que invadiu e depredou as suas sucursais de Belo Horizonte e Curitiba.

Diante deste acontecimento, os Cineclubes do Nordeste não podem deixar de manifestar seu repúdio à prática repressiva e violenta daqueles que, empenhados na manutenção do arbítrio no País, vêm perseguindo e reprimindo os brasileiros que hoje lutam pela democracia e pela liberdade."

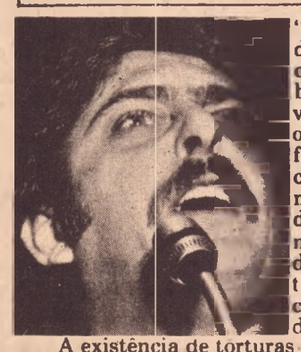
Cachoeira, 30 de julho de 1978
Cineclubes presentes à VII Jornada de Cineclube do Nordeste.

É preciso exigir punição para os torturadores e o fim da repressão

Companheiros,
Manifesto o meu mais veemente repúdio aos atentados a que foram vítimas as sucursais de Curitiba e Belo Horizonte do jornal EM TEMPO por parte de organizações paramilitares de direita GAC, MAC e CCC. Ao tempo em que reafirmo a minha solidariedade a todo o corpo de funcionários e colaboradores do EM TEMPO, reafirmo também a minha convicção de que este jornal não se intimidará e continuará a denunciar as torturas e os torturadores, seguindo a mesma trilha corajosa que lhe levou a estampar nas suas páginas a denúncia de 233 policiais e militares envolvidos em práticas de torturas. Fatos como a invasão das sucursais de Curitiba e Belo Horizonte atestam a impunidade das organizações terroristas de direita e mostram a necessidade de se exigir a punição para os torturadores e o fim dos aparelhos repressivos responsáveis pela institucionalização da tortura. "

Fraternalmente,
Airton Soares
Deputado Federal, MDB-SP

O cinismo oficial mascara estas atitudes de violência



"Nossa solidariedade a vocês que como todo o povo brasileiro têm sido vítimas do cinismo oficial que nesta fase da vida política procura ainda mascarar as atitudes de violência cometidas atribuindo-as a grupos que estariam fore do controle das autoridades constituídas.

A existência de torturas e atos terroristas é do conhecimento público nacional e seus autores também. A falta de atitude dos que hoje detêm o poder permite a todos concluir que: ou tais crimes foram cometidos por ordem de quem deveria evitá-los ou que pelo menos gozem de sue beneplácito.

O crime cometido pelos que dão ordens é tão grande ou maior do que o praticado por quem as cumpre".

Deputado federal João Cunha, MDB SP

Os atentados mostram a agonia e o desespero do regime militar

" Diante das recentes agressões praticadas por grupos terroristas de direita às sucursais do semanário **Em Tempo** em Belo Horizonte e Curitiba, nós, jornalistas de **O Trabalho,** manifestamos nosso mais profundo repúdio a estas invasões, que são tentativas de intimidar a imprensa independente que combate o regime militar brasileiro.

Também nos solidarizamos com os companheiros de **Em Tempo,** pois sua luta também é nossa, e por considerarmos qualquer agressão a um órgão independente como uma agressão a todos aqueles que discordam do atual estado de coisas.

Publicando corajosamente o "listão" de 233 torturadores até hoje impunes, assim como os grupos direitistas e seus atentados **Em Tempo** contribui indubitavelmente na luta pelas liberdades democráticas no Brasil, que só se realizarão com o total desmantelamento do aparato repressivo e com a punição a todos os torturadores que mataram, mutilaram e inutilizaram milhares de brasileiros.

Atentados como os perpetrados às sucursais de **Em Tempo** só demonstram a agonia e o desespero do regime, que tem de se valer de ações clandestinas para amedrontar seus opositores. Não devemos, contudo, recuar diante dessas agressões, e sim manifestar nosso mais violento protesto, prosseguindo sem tréguas na lutas pelas liberdades democráticas."

Redação do Jornal O TRABALHO

MFPA cearense rejeita promessas de "abertura política"

" Fatos recentes em nosso país têm revelado a continuidade do regime de opressão e do arbítrio onde não há possibilidade das garantias individuais e onde são cerceadas as tentativas de organização e de livre expressão do pensamento.

São exemplos destes fatos:

– as torturas sofridas pelo estudante Cajá – membro da Comissão de Justiça e Paz de Recife – e as acusações desencadeadas sobre a Igreja daquele Estado que firmemente tem se colocado ao lado dos injustiçados.

– as prisões em Brasília e Recife de estudantes e profissionais liberais sob o pretexto de estarem desenvolvendo atividades subversivas.

– as invasões do jornal EM TEMPO numa medida terrorista de impedir o livre funcionamento da imprensa independente que tem se firmado na defesa da causa democrática.

– o plano de sequestro do advogado Wanderley Caixe do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba e de um sacerdote comprometido com a causa dos agricultores. O referido plano foi denunciado por D. José Maria Pires que tomou a seguintê posição: "Reafirmamos toda a nossa solidariedade às pessoas ameaçadas e à causa que elas defendem. Qualquer atentado contra sua integridade física ou moral é um ataque direto à Igreja da Paraíba". (J.B. 26/7/78).

– atentados de várias naturezas contra membros do MFPA de Belo Horizonte que vêm cumprindo um papel importante da Defesa dos Direitos Humanos e na luta pela Anistia naquele Estado.

– a ameaça de processo contra Dra. Wanda Othon Sidou, advogada de defesa no julgamento de Jose Duarte (acusado de reorganização do PC do B no Ceará) e que a pedido do reu havia acrescentado nas alegações escritas de defesa uma carta em que ele se dirigia a seus julgadores e que foi considerada "criminosa por parte dos Juízes militares da 10ª Circunscrição Judiciária Militar". O Conselho Permanente da Justiça para o Exército mandou desentranhar as peças dos autos para enviá-las ao Ministério Público Militar que decidirá sobre os rumos do novo processo.

O MFPA – núcleo Ceará – no esforço continuado de ampliar a luta na defesa dos direitos humanos, por justiça e liberdade em nosso país, vem denunciar estes fatos ao mesmo tempo em que se solidariza com todos as entidades, movimentos e pessoas atingidas nos seus direitos básicos de organização, expressão e do livre exercício profissional.

Afirmamos outrossim que tais fatos vêm desmascarar as promessas de abertura política anunciadas no projeto de reformas do Governo Federal, enquanto fortalecem a nossa convicção de que só com Anistia Geral e Irrestrita formaremos as bases concretas para a eliminação dos erros e dos crimes cometidos contra os direitos humanos e o estabelecimento de uma autêntica Democracia em nosso país.

Neste sentido reafirmamos o nosso apoio à luta:

. em defesa dos direitos humanos
. por liberdades democráticas
. por Anistia ampla, geral e irrestrita
. por uma Assembléia Constituinte, Livre e Soberana

Fortaleza, 27 de julho de 1978

Nildes Alencar Lima
Movimento Feminino Pela Anistia, Núcleo do Ceará

O CCC é o embrião de uma das mais danosas formas de terrorismo

"O CCC de hoje é o embrião de uma das mais danosas formas de terrorismo político de direita. Atuam acobertados pelos órgãos de repressão, atacando a oposição. Quando EM TEMPO denuncia a extensão das barbaridades cometidas pelo regime autoritário, eles reagem. Poriso é preciso defender EM TEMPO hoje e lutar para que junto com o fim do regime militar, seja possível punir a extrema-direita que campeia soltas sem ser molestada pelas autoridades".

Geraldo Siqueira Filho. (Candidato a deputado estadual pelo MDB SP)

Só o poder ao povo garantirá segurança a cada um de nós

"Muitos são defensores, hoje, da democracia' neste país. Os próprios governantes, seu partido consentido, dissidências deste partido, militares da cúpula e "setores democráticos" dizem-na necessária. Mas, o que acontece quando operários, bancários, estudantes, professores, jornalistas e demais setores populares lutam para conquistar efetivamente a liberdade de manifestar-se e organizar-se independentemente? A repressão se revela: os aparatos militares e páramilitares que se dizem defensores da segurança nacional, invadem jornais (sucursais de **Em Tempo,** em Curitiba e Belo Horizonte, sucursal de **Versus** em Brasília), prendem, torturam e mantêm incomunicáveis representantes daqueles diversas categorias, como o ocorrido mais recentemente em Brasília (6 companheiros, alguns da Convergência Socialista) e em Recife (Cajá).

Nesse sentido, nós, Professores da rede particular, em Assembléia realizada no dia 6 de agosto de 1978, vimos manifestar o nosso repúdio a todas as atitudes e atos repressivos do regime e, como integrantes do CBA-São Paulo, damos apoio aos atos públicos realizados por esta entidade e pelo jornal **Em Tempo.**

Por outro lado, solidarizamo-nos junto a todos os setores que hoje, como nós, procuram lutar de forma organizada por: Melhores condições de vida e trabalho; fim da censura política e econômica ao trabalho artístico, jornalístico, cultural e científico; anistia ampla, geral e irrestrita a todos os presos e perseguidos políticos."

MOVIMENTO PRÓ – CHAPA DE OPOSIÇÃO NO SINDICATO ÚNICO DOS PROFESSÔRES DA REDE PARTICULAR

O fotógrafo José Isabel Nascimento preparava-se para bater o segundo filme da "Chacina da Usiminas", como ficou conhecido o massacre de dezenas de operários grevistas na cidade mineira de Ipatinga, em outubro de 1963. Um soldado viu José e disparou o fuzil. Ele caiu com a marmita e a máquina, no meio do piquete e das tropas da Polícia Militar de Minas Gerais. Morreu dez dias depois no hospital. Quinze anos passados, sua viúva ainda guarda junto com jornais e revistas, as fotos do episódio, batidas no primeiro filme de José. Em março, no nº 5, "Em Tempo" publicou uma reportagem sobre o massacre. Agora, reproduções das cenas da fuzilaria.

O fotógrafo, no álbum de família.

CENAS DO MASSACRE DE IPATINGA

Reportagem de João Batista dos Mares Guia

José Isabel Nascimento morreu no dia 17 de outubro de 1963, dez dias após a fuzilaria que a PMMG fez contra os operários da Usiminas e das empreiteiras que tinham entrado em greve geral de protesto contra a violência policial que contra eles se praticava dentro da fábrica e na localidade de Ipatinga, onde residiam.

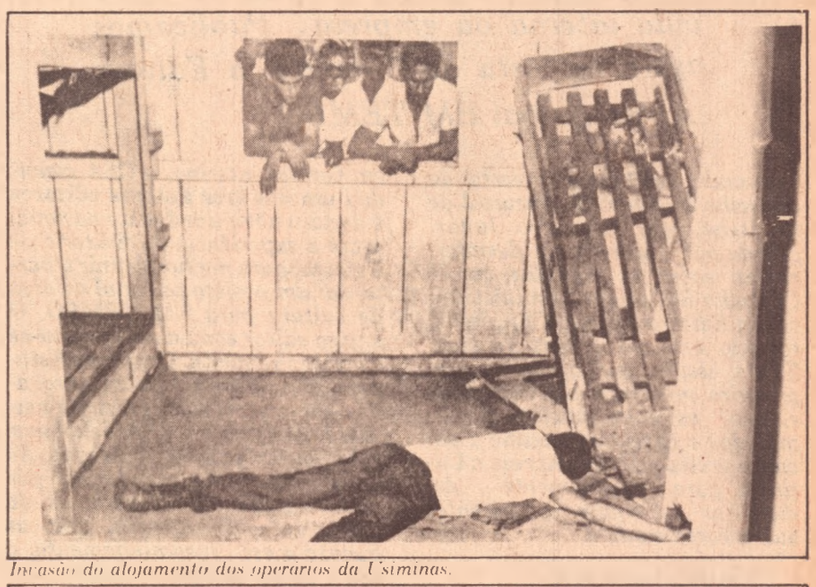
José Nascimento era fotógrafo amador. Na manhã do dia 7 de outubro de 1963, quando aconteceu a Chacina da Usiminas, ele estava junto com os operários grevistas no piquete de greve organizado em frente à portaria principal de acesso à Usina. Fotografou o soldado que portava a metralhadora de tripé e que de cima da carroceria, momentos antes da chacina se iniciar "acariciava a metralhadora e sorria para os operários", conforme depoimento do soldador Pedro Gouveia, que hoje trabalha em Contagem.

José Nascimento "teve tempo de bater um filme inteirinho. Tirou o filme da máquina e pôs outro. Quando ia bater a primeira foto do outro filme, um soldado viu, e deu um tiro de fuzil nele. Ele estava em cima de um pau. Fez duas operações. Morreu no hospital Santa Terezinha, em Coronel Fabriciano". Esse depoimento é da viúva de José, dona Geralda Aguiar Nascimento. Em sua casa, lá mesmo em Coronel Fabriciano, na rua 13 de Maio, 31, ela guarda todos os jornais da época.

"José caiu baleado com a marmita e a máquina. Os operários da Fichet, empreiteira da Usiminas, fizeram uma vaquinha pra meu sustento depois que o José morreu. A Usiminas deu mantimento durante três meses. Hoje recebo Cr$ 1.870,00 do INPS. Tenho 5 filhos e 1 deles é casado. Trabalho no grupo escolar pra poder sustentar a família. Ganho Cr$ 900,00.

Ela aponta para a filha Luciana e diz: "essa aí não conheceu o pai. Ela nasceu em dezembro de 1963".

Exibindo os ferimentos.


Invasão do alojamento dos operários da Usiminas.

Após a chacina, operários queimam caminhão da Usiminas.

Roupa ensanguentada. O caminhão arde atrás.

A metralhadora de tripé.

Sobre a mesa do engenheiro Gil Guatimozin, empresário da Usiminas.

No dia seguinte, tinha peça de sangue pra todo lado.

Pedro Gouveia hoje é soldador e trabalha em Contagem. Ele estava no piquete da greve, em frente à Usiminas, na hora da chacina. Recentemente, leu a reportagem do EM TEMPO sobre o assunto e procurou a sucursal de Belo Horizonte. "Gostei muito - ele disse. Só faltou uma coisa. É que a reportagem não fala da reação dos operários. É muito importante lembrar dos operários contra a PM". Eis seu relato:

"Começou a briga entre vigilante da Usina e operário. A PM chegou no acampamento Chicago British descendo o cacete. Isso depois de ter espancado operário na porta da Usina. Entraram quebrando armário, tudo. A PM quebrou o Chicago British todo. Era um acampamento feito pra operário de empreiteira e ficou pra Usiminas. Era de teto de zinco. A PM pôs o pessoal no chão, na chuva, de boca pra terra, e cobria o pau. Eles riscavam as costas dos operários com as esporas.

Levaram tudo pra Delegacia, em caminhão da Usiminas, fornecido pelo engenheiro Gil Guatimozin. A turma do acampamento Santa Mônica via aquilo e se mobilizou, reagindo. Um operário que ficou famoso, e qse depois das coisas de 64 foi muito caçado pela polícia, tinha uma corneta. Tocou a corneta e reunia os operários.

Foi feita uma barricada. Alguns operários tinham umas garruchas velhas. Na briga com a PM, eles garantiram a coisa. Tanto é que a PM recuou. Mataram um cavalo da PM com tiro de garrucha. Daí, todos desceram pra ponta da usina, já em greve.

Na hora da chacina, quem morreu foi porque saiu correndo, em pé, levando tiro pelas costas. Pra se ter uma idéia do tempo que demorou a matança, basta dizer que deu tempo de sair ambulância de Coronel Fabriciano e chegar até o lugar, e a balaceira continuava. Metralharam a ambulância toda. Por sorte ela era de aço. No outro dia tinha poça de sangue pra todo lado".

Soldado que participou da fuzilaria revela:

"Bebemos cachaça com pólvora, para dar valentia e braveza".

Ex-soldado da Polícia Militar de Minas, expulso por ter participado da chacina no dia 7 de outubro de 1963, conta como é que os soldados fizeram "aquela violência brava de atirar em operários": "ninguém entendia nada do que estava acontecendo, então não fazia diferença. Era uma revolução, greve, essas coisas, chegamos lá num caminhão carregando uma metralhadora de tripé". Seu depoimento:

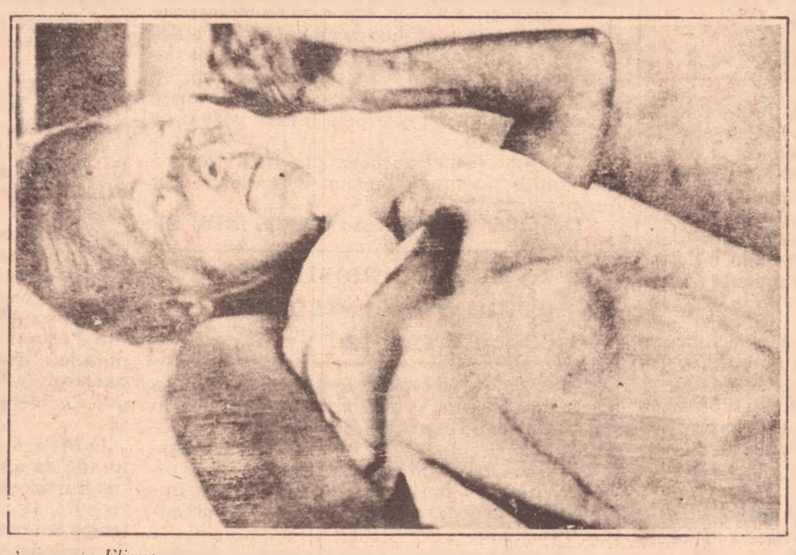
"Meu nome não falo porque eles buscam a gente. Fiz aquilo tudo mandado. Aquela revolução dos operários da Usiminas foi numa noite e continuou pelo dia seguinte, até que eles cercaram a gente e nós ficamos no alto de um morro, passando dois dias de fome. Na tal noite - **(6 de outubro de 1963)** - lá no quartel da cavalaria montada de Coronel Fabriciano nos soldados ficamos sabendo que os operários queriam quebrar a usina toda. Fomos lá para Ipatinga, que ainda não era cidade. Era uma espécie de treino de guerra. Rodiamos um morro até chegar por trás do alojamento dos operários, no acampanento Santa Mônica. O acampamento ficava numa bania, e nós cá em cima. Até trincheira o tenente Jurandir Gomes Carvalho mandou os soldados escavar. Só sei dizer que tiro nessa noite soldado não deu não. Mas o tenente Pedro Gomes passou uma notícia por rádio para o tenente Jurandir, que estava no alto do morro. Aí, de lá de onde estava o tenente Jurandir foi jogada uma **Lurdinha**, uma granada de mão, daquelas de arrancar o pino com a boca de atirar. Ela explodiu dentro do acampamento, arrebentou porta e janela, muito estrago, mas não matou ninguém.

Madrugada afora os soldados receberam cachaça com pólvora. Foi um cabo que andou distribuindo. Não sei mais o nome dele. Isso dá uma viclência brava na gente. Cachaça com pólvora deixa a gente com uma valentia e braveza. Sei que era pólvora pelo cheiro. Soldado bebeu. E mandado, não tem jeito. Ninguém também entendia nada do que estava acontecendo, então não fazia diferença. Sei que quando foi de manhã, lá na porta do escritório central da Usiminas tinha muito operário reunido. Era uma revolução, greve essas coisas, chegamos lá num caminhão carregando uma metralhadora de tripé. Soldado tinha era revólver 45 e fuzil. O tenente Jurandir era o único que tinha granada, parece que duas. A gente é que carregava o caminhão e sabia direitinho de tudo que tinha. Naquele tempo não tinha essas bombas de gás. Hoje em dia isso não vale nada. Antes era briga de morte. Lá naquela revolução dos operários da Usiminas o que sei dizer, porque depois soldado comentou com soldado e foi muito comentado que o Gil Guatimozin é que mandou jogar a granada e abrir fogo em cima dos operários. Não posso garantir. Sei também que depois dos tiros vi mais de 30 operários mortos, e o Gil Guatimozin teve de ficar escondido e depois escapou pelos matos porque os operários queriam acabar com ele. Na hora lá de começar os tiros eu sabia que o meu cunhado estava no meio daquela greve. A coisa toda começou quando o Tenente Jurandir, de cima do caminhão deu ordem de fogo. De cima do caminhão atiraram uma granada. A granada caiu perto de uma mulher grávida. Explodiu e partiu a mulher da barriga pra cima. Furou ela, não separou não. Morreu na hora. Aí nos atiramos com fuzil e revólver 45. Operários não deram tiros mas atiraram muita pedra. Teve soldado machucado. Não sei mais quanto tempo durou aquilo tudo. Mas não foi pouco não. Foi bem tempo.

Acabou aquilo, então nós fugimos no caminhão. Daí é que veio o cerco não entrava comida. Dois dias lá em cima do morro, até que chegou o reforço. Lá em cima o tenente Jurandir não falou nada com soldado.

Depois nós fomos presos lá para o quartel do 6º Batalhão de Caçadores mineiros de Governador Valadares, no Bairro São Raimundo. Era um quartel novo. Soldado ficou preso de um lado e oficial de outro. Nisso, um dia lá chega uma tropa do exército e levou todo mundo preso para um quartel do exército lá em Vitória, Espírito Santo. Ficamos presos. Ninguém nunca conversou conosco. Não teve processo, inquérito, nada disso. Todos os soldados foram expulsos. Aquilo foi um embrulho danado. Oficial não teve expulsão. Arrumaram lá um arranjo entre eles. Teve um soldado que quis entrar na justiça pra reclamar não sei que coisa. Depois disso nunca mais um ficou sabendo do outro. Cada um anda aí por esses rumos afora. Eu fui trabalhar na Construção civil. Os outros, nem tenho notícia."

Ana Maria, de 3 meses, baleada no colo da mãe.


Eliana.

Na época da chacina o Coronel José Geraldo de Oliveira, comandante da Polícia Militar de Minas Gerais, apoiou um movimento de solidariedade que os tenentes da PM iniciaram em apoio aos seus colegas tenentes, envolvidos na chacina. A PM abriu um inquérito, na época presidido pelo Major Silvio Sousa, depois coronel, hoje aposentado. Se os soldados foram expulsos, no entanto não foi isso que aconteceu com o Tenente Jurandir Gomes de Carvalho. O tenente de cavalaria montada hoje é major, e membro da diretoria do Clube da Polícia Militar de Minas Gerais.

O Inquérito de fato não teve conclusão. Inclusive não seria mesmo possível porque as armas usadas na chacina simplesmente desapareceram. As armas que vieram para inspeção não correspondiam às balas examinadas pela inspeção de balística. Conclusão do inquérito: "culpa sem dono".

Original

EM TEMPO: